



Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

BÁRBARA NAVES DOS SANTOS

O sofrimento psíquico do discente universitário: uma análise crítica

Goiânia

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Bárbara Naves dos Santos

3. Título do trabalho

O sofrimento Psíquico do discente universitário: uma análise crítica

**4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser
preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;- Publicação como capítulo de livro; - Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **BÁRBARA NAVES DOS SANTOS, Discente**, em 15/07/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Termo de Ciência e de Autorização (TECA) FE 2211650 SEI 23070.027794/2021-63 / pg. 1



Documento assinado eletronicamente por **Maria Do Rosario Silva Resende, Professora do Magistério Superior**, em 20/07/2021, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2211650** e o código CRC **78F04509**.

Referência: Processo nº 23070.027794/2021-63SEI nº 2211650 Termo de Ciência e de Autorização (TECA) FE 2211650 SEI 23070.027794/2021-63 / pg. 2

BÁRBARA NAVES DOS SANTOS

O sofrimento psíquico do discente universitário: uma análise crítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia
Área de Concentração: Psicologia
Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Educacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Silva Resende.

Goiânia

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Bárbara Naves dos

O sofrimento psíquico do discente universitário: uma análise crítica
[manuscrito] / Bárbara Naves dos Santos. - 2021. CXXVIII, 128 f.

Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário Silva Resende.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2021.
Bibliografia.

1. Sofrimento Psíquico. 2. Universidade. 3. Discente. 4. Estudante
Universitário. 5. Teoria Crítica. I. Resende, Maria do Rosário Silva, orient. II.
Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 02 da sessão de Defesa de Dissertação de Bárbara Naves dos Santos, que confere o título de Mestra em Psicologia, na área de concentração em **Psicologia**.

Aos 5 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um (05/07/2021),

às 14:30h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Maria do Rosário Silva Resende, doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Susie Amâncio Gonçalves de Roure, doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás, Kátia Barbosa Macêdo, doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Lívia Gomes dos Santos, doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para, sob a presidência do primeiro, e em sessão realizada através de **plataforma virtual** segundo a Instrução Normativa PRPG/UFG 001, de 27 de março de 2020, procederem à defesa da dissertação intitulada: **“O sofrimento Psíquico do discente universitário: uma análise crítica”**, em nível de Mestrado, de autoria de **BÁRBARA NAVES DOS SANTOS**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário Silva Resende, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-la **APROVADA**. Os trabalhos foram até às 17 horas e 20 minutos, e eu, Priscilla Melo Ribeiro de Lima, coordenadora do Programa de PósGraduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Goiânia, aos 05 dias do mês de julho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário Silva Resende

Prof.^a Dr.^a Susie Amâncio Gonçalves de Roure

Prof.^a Dr.^a Kátia Barbosa Macêdo

Prof.^a Dr.^a Livia Gomes dos Santos

Prof.^a Dr.^a Priscilla Melo Ribeiro de Lima (Coordenadora do PPGP)

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Ata de Defesa de Dissertação Ata 02 (2106916) SEI 23070.027794/2021-63 / pg. 1



Documento assinado eletronicamente por **Maria Do Rosario Silva Resende, Professora do Magistério Superior**, em 05/07/2021, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 05/07/2021, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Susie Amancio Goncalves De Roure, Professor do Magistério Superior**, em 05/07/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 15/07/2021, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KATIA BARBOSA MACEDO, Usuário Externo**, em 15/07/2021, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2106916** e o código CRC **93FA2342**.

Referência: Processo nº 23070.027794/2021-63

SEI nº 2106916

Ata de Defesa de Dissertação Ata 02 (2106916) SEI 23070.027794/2021-63 / pg. 2

Dedico esta dissertação a todos que fizeram parte de minha caminhada até aqui. O mestrado, para mim, foi a realização de um sonho e foi composto por vários passos. Alguns deles tive que dar sozinha. No entanto, nunca me senti só, pois sempre contei com o amparo de minha família, dos amigos e de minha orientadora. Cabe lembrar que o ano de 2020 não foi fácil, foi atípico, marcado por perdas e obstáculos. Nesse ano, perdi alguém que sonhou muito em ver minhas conquistas. São as nossas relações de afeto que nos tornam mais humanos e nos motivam a lutar por sonhos e ideais. Por isso dedico este trabalho, sobretudo, à minha amada avó Iraci Teodoro Naves, cujo amor manifestado em mim jamais se perderá.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me guiou por esse caminho, que me fortaleceu e que, para mim, é a sustentação maior diante de qualquer dificuldade. A Ele devo tudo que sou hoje.

À minha mãe, mulher forte, que me ensinou a lutar por um mundo melhor. Foi ela quem sempre me incentivou a estudar e que me deu todo o apoio e as condições necessárias para que eu pudesse me dedicar a este mestrado. Ao meu pai, por todo suporte e incentivo.

À minha orientadora Dra. Maria do Rosário Silva Resende, que se dedicou a orientar minha escrita e meus estudos durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

A todos que me incentivaram e estiveram comigo nesse processo: minha mãe, meu pai, meus familiares, minha orientadora, meus amigos... Todos que fazem parte de minha trajetória e que, de alguma forma, tornaram essa caminhada possível.

*“O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até seu lazer se torna uma
extensão do trabalho”.*

Theodoro Adorno

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	XI
RESUMO	XII
ABSTRACT	XIII
INTRODUÇÃO	14
1. A relação entre a universidade, a formação e a cultura.....	24
1.1. A universidade e sua relação com a cultura	24
1.2. A crítica à razão: indivíduo, sociedade e formação	28
1.3. Formação para o mercado: a falsa formação	33
1.4. A formação cultural e a universidade crítica	36
1.5. A universidade no Brasil: história e políticas públicas	38
1.6. Crise de sentidos da universidade: formação para que e para quem?.....	45
2. O sofrimento psíquico na sociedade	50
2.1. A individualidade no capitalismo.....	50
2.2. O sofrimento psíquico, a disciplinarização e o controle	54
2.3. O “mal-estar” presente na civilização	56
2.4. Depressão: um sofrimento cultural	63
2.5. O sofrimento e a constituição psíquica	69
3. Universidade e sofrimento psíquico discente nas publicações científicas	75
3.1. Descrição da pesquisa e metodologia.....	75
3.2. Coleta e descrição de dados	78
3.3. Análise da amostra.....	81
3.3.1. Sofrimento: principais termos e definições.....	82
3.3.2. O estudo do sofrimento: principais áreas e metodologias aplicadas.....	92
3.3.3. Fatores associados ao sofrimento (indivíduo, universidade e cultura).....	95
3.3.4. Estratégias de redução e superação do sofrimento.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de artigos selecionados na pesquisa bibliográfica.....	80
---------------------------------------------------------------------------------	----

RESUMO

Buscou-se investigar a relação entre o ambiente universitário em estudantes de graduação e a expressão ou o agravamento do sofrimento psíquico. Para isso, o objetivo desta dissertação foi realizar uma análise do sofrimento do discente por meio da compreensão sobre a universidade e a cultura. Os objetivos específicos foram: contextualizar a instituição universitária ressaltando o emergir da lógica organizacional dentro dela; apontar modos específicos de sofrimento relacionadas a um sofrimento particular que caracteriza a sociedade capitalista; analisar o sofrimento dos discente universitários de graduação a partir do discurso científico. A metodologia utilizada foi uma pesquisa teórico-conceitual sistematizada entre anos de 2015 a 2019 na base de dados do SciELO e nos periódicos da CAPES. A base teórica de análise foi a Teoria Crítica da Sociedade ou Escola de Frankfurt, permitindo uma compreensão contextualizada do sofrimento e do discurso científico produzido até então sobre a temática. Como resultado, destacam-se diversos fatores que estão relacionados ao sofrimento: pessoais, relacionais, ambientais, institucionais e culturais. Assim, a compreensão sobre a universidade e a cultura possibilita um melhor entendimento acerca do sofrimento discente, que é conformado e manifesta um sofrimento social. O capitalismo forma subjetividades, inculca discursos que legitimam o domínio e a violência; a desnaturalização desses discursos faz parte da resistência à essa lógica adoecedora. Além disso, este trabalho também perpassa a compreensão das condições concretas da universidade como a necessidade de investimento de recursos e o ataque a ela em seu cerne, submetendo-a à lógica do mercado. Conclui-se que fatores como violência, *bullying*, questões de gênero e desigualdades sociais também surgem como aspectos que agravam os sofrimentos no contexto da universidade e estão relacionados a fatores sociais e culturais que apontam para uma violência que se repete na sociedade.

Palavras-chave: sofrimento psíquico; universidade; discente; estudante universitário; Teoria Crítica.

ABSTRACT

We sought to investigate the relationship between the university environment in undergraduate students and the expression or aggravation of psychological distress. For that, the objective of this dissertation was to carry out an analysis of the student's suffering through the understanding of the university and culture. The specific objectives were: to contextualize the university institution, highlighting the emergence of the organizational logic within it; specific points of suffering related to a particular suffering that highlights the capitalist society; analyze the suffering of undergraduate university students from the scientific discourse. The methodology used was a theoretical-conceptual research systematized from 2015 to 2019 in the SciELO database and in CAPES journals. The theoretical basis for analysis is the Critical Theory of Society or the Frankfurt School, allowing a contextualized understanding of suffering and the scientific discourse produced so far on the subject. As a result, several factors that are related to suffering stand out: personal, relational, environmental, institutional and cultural. Thus, the understanding of the university and culture enables a better understanding of student suffering, which is shaped and manifested as social suffering. Capitalism forms subjectivities, inculcates discourses that legitimize domination and violence; the denaturalization of these discourses is part of the resistance to this sickening logic. In addition, this work also permeates the understanding of the concrete conditions of the university, such as the need for investment of resources and the attack on it at its core, submitting it to the logic of the market. It is concluded that factors such as violence, bullying, gender issues and social inequalities also arise as aspects that aggravate suffering in the university context and are related to social and cultural factors that point to a repeated violence in society.

Keywords: psychic suffering; university; student; university student; Critical Theory.

INTRODUÇÃO

Motivada por diversos relatos de colegas sobre sofrimento, ansiedade, sintomas psicossomáticos e depressivos, durante minha graduação e, posteriormente, neste mestrado em psicologia, busquei investigar como o sofrimento emerge no contexto da universidade. A partir de minha experiência pessoal e do contato com outros discentes universitários, percebi uma presença constante da culpa diante de atividades de lazer e de descanso em contraponto à necessidade recorrente de alguma espécie de produção acadêmica, alicerçada ainda num discurso meritocrático que culpabiliza o sujeito por seu próprio fracasso ou sucesso profissional. Diante dessa experiência, senti-me motivada a realizar a presente pesquisa que busca investigar a presença desse sofrimento na universidade.

Buscou-se então, com este estudo, investigar a relação entre o ambiente universitário vivenciado por estudantes de graduação e a expressão ou o agravamento do sofrimento psíquico. Relação retratada também em outras pesquisas com discentes e estudos da literatura científica como a realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (2018), em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, que aplicou 424.128 (quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e vinte e oito) questionários para a compreensão do perfil nacional do discente nas instituições federais de ensino superior. A pesquisa foi realizada com estudantes da graduação de cursos presenciais dessas instituições em todo o Brasil. A conclusão que se teve foi que 83,5% deles relataram dificuldades emocionais que interferiam no percurso acadêmico nos 12 meses anteriores à pesquisa. A ansiedade, por exemplo, acometeu de seis a dez estudantes; o percentual de ideia de morte (10,8%) e de pensamento suicida (8,5%) também foi alarmante. A pesquisa conclui que os sintomas de sofrimento psíquico se apresentam em altos índices entre universitários de instituições federais. Xavier, Nunes e Santos (2008, p. 428-429) afirmam que o ambiente universitário produz situações que ocasionam o sofrimento, o qual pode se manifestar por sintomas e psicopatologias como “absenteísmo, depressão, dependência química, melancolia, fobias, isolamento”.

Diversas outras pesquisas vêm recentemente ampliando o olhar sobre a presença do sofrimento psicológico no ensino superior. Essa temática tem se difundido devido ao

aumento de casos de adoecimento psíquico e às dimensões que isso vem tomando nos últimos anos (Silveira et al., 2011). As produções científicas, no entanto, encontram-se difusas em relação à utilização de termos. Alguns estudos, por exemplo, usam a nomenclatura saúde mental (Silveira et al., 2011); outros, sofrimento psíquico (Xavier, Nunes & Santos, 2008) ou, ainda, adoecimento psíquico. Há estudos que nomeiam algum aspecto específico do sofrimento apontando para evasão escolar, transtorno mental ou suicídio. Os estudos referentes à essa temática ainda variam a partir da amostra elegida pelas pesquisas, pois alguns trabalham abordam o sofrimento psicológico discente em universidades particulares (Vieira & Schermann, 2015); outros, em universidades públicas (Souza et al., 2016); outros, no contexto universitário mais amplo (Grecchi, 2009).

Todas essas manifestações de sofrimento são relevantes e precisam de estudos específicos. Para esta pesquisa utilizou-se a nomenclatura sofrimento psíquico, cujo sentido expressa a manifestação individual da crise cultural presente na sociedade. Essa crise se explicita entre os discentes universitários, muitas vezes, pela falta de tempo para reflexão e construção de sentidos sobre a realidade, bem como pelo excesso de cobrança internalizado por eles. O recorte desta pesquisa bibliográfica é a depressão, o estresse, a ansiedade e os Transtornos Mentais Comuns¹, frequentes manifestações de adoecimento que apontam para o sofrimento encontrado na população em geral. Essa escolha foi realizada considerando um modo de sofrimento que caracteriza a sociedade capitalista, capaz de se manifestar pelo adoecimento.

Nesse sentido, ao usar a nomenclatura sofrimento psíquico, evita-se termos patologizantes como transtorno ou estresse, embora se busque abranger, como manifestações de sofrimento, a depressão, o estresse, a ansiedade e os Transtornos Mentais Comuns. O recorte, a partir dessas manifestações, ocorreu por elas se referirem aos adoecimentos que mais cotidianamente acometem a população geral. Todavia, neste trabalho, elas são apresentadas como manifestações ou sintomas de um sofrimento abrangente que vislumbra a cultura e a sociedade. Considera-se também a forma como a psiquiatria tem como objeto as patologizações e os transtornos, auxiliando os sujeitos em extremo sofrimento, capaz de irromper em desequilíbrios químicos no organismo, com

¹ Esse termo é um conceito médico muito usado em pesquisas da área da saúde, que envolve alguns sintomas que apontam para um mal-estar (insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas), além da própria presença de um estado misto de depressão e de ansiedade. Os sintomas são tão difusos que não atingem as exigências para serem considerados transtorno psiquiátrico (Graner & Cerqueira, 2019).

medicação. Contudo, muitas vezes, a medicação torna-se medicalização ao tratar, como biológico, conflitos que, na realidade, são sociais, silenciando, assim, dilemas humanos que poderiam gerar transformação social. Há diferença entre o estado de profunda depressão ou depressão grave e o de outros estados de mal-estar psíquico mais brando. Há diferença ainda desses estados com o sofrimento manifestado em pessoas saudáveis que passam por esse mal-estar em função de algum contratempo específico. Embora não seja foco da pesquisa estabelecer essa diferenciação, essa delimitação foi feita pois, neste trabalho, buscou-se dar voz ao sofrimento em si, tentando entender sua constituição na lógica da sociedade e da universidade e não baseando-se em padronizações de manuais psiquiátricos. A lógica que rege esses manuais é criticada. Contudo, não se desconsidera o sofrimento de pessoas que estão passando por estados ansiosos e depressivos (Bolguese, 2004).

Por este estudo, realizou-se, como já dito, uma pesquisa bibliográfica, em que a amostra envolveu artigos científicos sobre os discentes de graduação em universidades públicas e privadas. Há uma grande heterogeneidade no modo de funcionamento das universidades, seja pela diferença entre os objetivos das instituições públicas e privadas, seja pela forma como elas atuam e a que se dedicam (apenas ao ensino) ou buscam (somente o lucro). No caso de instituições confessionais e comunitárias, o objetivo é obter maior reconhecimento em âmbito social e equilíbrio em relação à cobrança de mensalidades (Cult, 2009; Menezes, 2000).

Diferenças assim acabam por gerar sofrimento psíquico no discente por diferentes causas no interior dessas instituições. Por exemplo, as instituições privadas submetem o discente à necessidade de pagar mensalidades e isso pode gerar sofrimentos específicos; a cobrança por produção científica também pode resultar no aumento de atividades em instituições públicas. Apesar de se considerar essas diferenças, o foco dos artigos analisados não foi esse. O que se buscou foi analisar o sofrimento do discente na universidade de modo mais global em sua relação com a cultura.

O objetivo deste trabalho, portanto, foi investigar o sofrimento do discente universitário por meio da compreensão sobre a universidade e a cultura. Para isso, buscou-se analisar a produção de artigos presentes nas bases de dados do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2015 a 2019. E se estabeleceu como objetivos específicos: a) contextualizar a instituição universitária ressaltando o emergir da lógica organizacional dentro dela; b) apontar modos específicos de sofrimento

relacionadas a um sofrimento particular na sociedade capitalista; c) analisar o sofrimento dos discentes universitários de graduação a partir do discurso científico.

Por meio da Teoria Crítica da Sociedade, base teórica desta pesquisa, considera-se a compreensão sobre o sofrimento psíquico relatado ou presente na universidade, bem como o contexto mais amplo que abrange aspectos da cultura e da sociedade. Ao estabelecer como aporte teórico da pesquisa a Teoria Crítica da Sociedade, livros clássicos sobre essa abordagem teórica também guiaram a pesquisa. Adorno e Horkheimer são os principais teóricos que compõem a base teórica de análise realizada neste trabalho. No que se refere aos aspectos psíquicos do sofrimento, além dos teóricos da Escola de Frankfurt, autores de outras teorias, que discutem o sofrimento psíquico, foram considerados, dentre eles Freud e outros psicanalíticos. Também alicerçam a pesquisa autores que auxiliam na compreensão da sociedade como Byung-Chul Han (2015) e Debord (1997).

A Teoria Crítica da Sociedade surgiu em 1923 e, desde então, busca empreender uma crítica radical à sociedade. Seu surgimento se deu quando autores como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, dentre outros, se reuniram para estudar e pensar essa sociedade. Horkheimer refere-se ao aspecto do “sofrimento humano” de modo relacionado ao “sofrimento da natureza circundante”. Por isso, este estudo analisa o sofrimento das pessoas em relação ao contexto social, cultural e histórico em que vivem (Matos, 2012).

Como caminho metodológico, inicialmente, realizou-se uma pesquisa sobre o contexto da universidade e sua lógica a partir dos autores que trabalham essa temática. Para isso, foram utilizados livros e artigos capazes de possibilitar uma reflexão crítica sobre o contexto universitário. Esse passo visou compreender o que há de específico na universidade que pode gerar sofrimento e ainda efetivar uma compreensão contextualizada do lócus onde esse sofrimento emerge. Posteriormente, artigos e livros que abordam a compreensão do sofrimento psíquico na sociedade e na cultura foram analisados.

Por fim, partindo do entendimento de que o universo desta pesquisa abrange as universidades e os artigos científicos que compõem o discurso sobre o sofrimento discente no contexto dessas instituições, foram selecionados artigos para uma revisão teórico-conceitual sistematizada, buscando identificar e compreender as manifestações do sofrimento discente nesses estudos. Na seleção dos artigos presentes no banco de dados do SciELO e da CAPES, utilizou-se os seguintes descritores associados:

“sofrimento” e “graduação”, “sofrimento” e “formação”, “transtornos mentais comuns” e “universidade”, “saúde mental” e “graduação”. O recorte temporal para o levantamento bibliográfico foi de 2015 a 2019, tempo razoável para conclusões científicas.

O sofrimento psíquico na universidade e sua relação com a cultura são objetos desta investigação. A universidade e os estudos sobre esse sofrimento compõem também o universo desta pesquisa. Como fatores de inclusão foram selecionados artigos que abordam especificamente o sofrimento e/ou adoecimento do estudante universitário relacionados ao contexto da universidade, considerando o adoecimento psicológico como possível manifestação de sofrimento psíquico. Dentre os artigos que tratam de manifestações específicas do sofrimento, foram incluídos apenas os que abordam especificamente Transtornos Mentais Comuns, estresse, ansiedade ou depressão, transtornos mais comuns encontrados, atualmente, na população em geral (Graner & Cerqueira, 2019).

Artigos que apontam para a presença de sofrimento do discente na universidade, porém focam em algum fator promotor da qualidade de vida também foram considerados, sendo excluídos aqueles que abordam outras formas de adoecimento como abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares, suicídio e outros mais severos. Estes, como dito, não serão utilizados, embora sejam de grande importância já que expressam fatores de sofrimento, merecendo pesquisas específicas pela relevância que possuem.

Considerando, então, que a universidade compõe o universo desta pesquisa, busca-se compreendê-la também partindo de sua história e contextualizando o sofrimento discente que ocorre em seu interior. Para, assim, responder ao seguinte problema de pesquisa: “Como os estudos sobre a universidade e o sofrimento de seus discentes emergem? E como eles contribuem para uma crítica à cultura?”.

A universidade surgiu na Idade Média em um momento de muitas transformações econômicas e socioculturais. Coelho (2016a) defende que a expressão máxima do trabalho intelectual na época do surgimento da universidade se dava pela leitura, pelo questionamento e pela investigação. Entre a Idade Média e o século XX, diversas mudanças ocorreram no interior dessa instituição. Como obra da cultura, ela sempre esteve diante de contradições e críticas, conforme as contradições presentes na própria sociedade. Todavia, por volta do século XX, uma “onda reformista” (Coelho, 2016a, p. 93), realizada por defensores do instrumentalismo organizacional e de gestão, marcou a universidade em sua estrutura. Essa reforma a transformou de instituição de ensino a organização empresarial seguindo a lógica do capital (Coelho, 2016a). Diante de uma

lógica neoliberal, surgiu um modelo de universidade que passou a obedecer ao mercado a partir dos seguintes princípios: eficiência, produtividade, controle e gestão. De obra da cultura, a universidade passou a prestadora de serviços, atendendo não mais à coletividade, mas a interesses particulares, buscando formar um profissional competente em áreas cada vez mais fragmentadas. Conforme esse modelo instrumental e mercadológico de formação, o sentido da educação não é mais indagado e a formação prática, instrumental, mero treinamento, toma lugar de destaque (Coelho, 2016a).

Esse cenário de competição e a fragmentação do conhecimento que tem relação com a história da universidade também emergem de modo mais específico na história da universidade no Brasil, que surge a partir do modelo jesuíta, diretamente associado à formação de elites (Speller, Robl & Meneghel, 2012). Dentre seus vários movimentos históricos, destaca-se a reforma que ocorreu durante a Ditadura Militar no Brasil, que foi um movimento muito contraditório e que ressaltou ainda mais a lógica neoliberal no interior das universidades brasileiras, caracterizada pelo aumento do número de disciplinas e de horas-aula que privilegiaram o aprender a fazer meramente técnico, diminuindo o tempo em casa para estudo pessoal do aluno. Considerando essa lógica de universidade, em um contexto de mercado, cujas necessidades se alteram constantemente, aquele que não se flexibiliza e se adapta a esse contexto é culpabilizado por sua desatualização (Sá Mota, 2014)

Partindo desse cenário, os discentes enfrentam como principais problemas: um contexto competitivo, dificuldades de relacionamento, padrões individualistas de aprendizagem, enorme pressão por desempenho e sobrecarga de atividades. Tudo isso dificulta o equilíbrio com as demais atividades da vida pessoal desses estudantes. Esses fatores ganham maior destaque em cursos que exigem alto desempenho como medicina e outros da área da saúde, que envolvem, além disso tudo, o contato com o sofrimento do outro em suas práticas de estágio (Tanaka et al., 2016; Neponuceno, Souza & Neves, 2019; Coelho, 2016a).

Ao sofrimento do discente vinculado a esses aspectos históricos da universidade, além de culturais e sociais, acrescenta-se fatores específicos que compõem o perfil desses estudantes. Pinho (2016) aponta que os discentes universitários da graduação estão, em sua maioria, na fase da adolescência. A adolescência é um momento crítico, marcado pela exploração ocupacional, relacional e por mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Esse momento é de transição para a idade adulta, isso somado ao estresse psicológico referente ao ingresso na universidade, à saudade de casa, às exigências dos cursos e à falta

de apoio social. Há ainda fatores como os estudantes que dividem o tempo de estudo com o trabalho ou alguma outra atividade remunerada, enfrentando, em função disso, maior sobrecarga de exigência; aqueles que dependem do transporte coletivo; outros que possuem dificuldade em relação à questão financeira. Essa sobrecarga também está associada a fatores como o gênero, no caso o feminino, em que a mulher precisa dividir o tempo de estudo com outras exigências pessoais e sociais (Almeida et al., 2018; Souza et al., 2016).

Sobre o papel específico da universidade para o sofrimento e sua relação com a cultura, importante destacar que ela não se perdeu completamente no cenário de mercantilização da educação, pois carrega em si as contradições da sociedade, apresentando diversas práticas e discursos, desde os mais instrumentais e acríticos aos críticos e reflexivos. Desse modo, a própria possibilidade de um trabalho no interior da universidade que a questione explicita essas diversas possibilidades (Chauí, 2003).

Assim, a universidade gera um sofrimento que vislumbra o sofrimento proveniente da cultura. Por isso, a cultura e seus aspectos geradores de sofrimento contribuem para a análise das instituições da sociedade como a própria universidade. Pavón-Cuéllar (2017) defende a presença de um tipo de submissão forçada do trabalhador ao capital, sobretudo daquele que está submetido a condições objetivas degradantes, pauperizadas, de insegurança laboral e de desemprego. Por isso, os sujeitos tornam-se obrigados a se submeter à servidão do capital e a vender a si mesmo como mercadoria a fim de garantir sobrevivência.

A liberdade defendida no liberalismo e no neoliberalismo é, na realidade, a liberdade de compra e venda, a liberdade da mercadoria, em que o homem só é considerado livre quando ele mesmo se torna coisa, mercadoria. O trabalhador se submete a uma constante vigilância e avaliação do próprio desempenho; ele se objetiva e se reduz ao quantitativo. Essa lógica se estende às diversas instituições do capitalismo, incluindo a universidade. Para Pavón-Cuéllar (2017), desse contexto emerge um sofrimento particular marcado pela presença de sentimentos de ansiedade, angústia, medo, desânimo, estresse, impotência, frustração, vulnerabilidade e insegurança. Esse sujeito, escravo de sua própria liberdade, é responsabilizado por seus próprios fracassos e busca explorar a si mesmo e à sua liberdade; muitos acabam adoecidos, em estados depressivos e *burnout* (Pavón-Cuéllar, 2017).

Desse modo, ressaltando esse sofrimento particular que surge da lógica neoliberal, considera-se que o próprio capitalismo forma a subjetividade de modo específico, e essa

subjetividade também têm relação com os modos de sofrimento que emergem no interior da sociedade. Coimbra (2012, p. 261) destaca que, numa sociedade em que há um controle globalizado, surge uma nova subjetividade pautada no “homem endividado” e no “assalariado agradecido”. Assim, diante da grande quantidade de trabalhadores disponíveis para ocupar os cargos de trabalho oferecidos pelo mercado e da instabilidade desse mercado, há uma quantidade enorme de pessoas desempregadas. Os que possuem trabalho, muitas vezes, se adaptam às condições que lhes são oferecidas e se tornam gratos por não fazerem parte do grupo de desempregados, mesmo quando estão diante da precarização de direitos e da exploração do capital. Já aqueles que não conseguem um lugar no mercado de trabalho são responsabilizados por sua própria exclusão e passam a se considerar incompatíveis e indignos dessa sociedade (Coimbra, 2012).

Esta dissertação se constitui a partir dessa compreensão de relações e subjetividades constituídas em um mundo capitalista e submetidas à lógica do mercado, que se manifesta de modo específico na universidade. O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo consiste em analisar a universidade, dissertando sobre essa instituição e o emergir da lógica organizacional que influencia seu funcionamento e estrutura. Assim, a instituição universitária quando se volta apenas aos aspectos produtivos e quantitativos pode ser adoecedora. Mas também se ressalta que, na instituição universitária e na tentativa de buscar seu sentido, há possibilidade de crítica e de resistência à lógica adoecedora do capitalismo, já que, na universidade e na própria cultura, existem contradições e divergências. Todavia, a universidade não é a única que possui tais possibilidades de transformação, e ela não carrega sozinha a responsabilidade por mudança social, sendo uma instituição que transforma e é transformada pela sociedade na qual está inserida.

O segundo capítulo consiste em refletir como o sofrimento psíquico se constitui nessa cultura. A lógica da produtividade está presente não apenas na universidade, mas também permeia a sociedade que, por meio das ideologias, massifica e domina os indivíduos. Isso gera sofrimento causado pela adaptação do indivíduo ao irracional. Surge, então, na sociedade atual manifestações tais de sofrimento percebidas na enorme presença do narcisismo e da melancolia nos indivíduos, nas crescentes crises de pânico epidêmicas e em sintomas patológicos que são, cada vez mais, comuns como Síndrome de *Burnout*, Transtornos Mentais Comuns, depressão, ansiedade e outros.

Já o terceiro capítulo consiste na análise do discurso científico por meio de artigos selecionados que versam sobre o sofrimento dos discentes no contexto da universidade.

Quanto a esse discurso, buscou-se tencionar, para melhor compreender, os aspectos adoecedores dos discentes na universidade e como esses aspectos estão ligados aos fatores adoecedores da sociedade e da cultura. As análises desses discursos levaram à discussão de quatro eixos temáticos: principais termos e definições usados nas pesquisas; principais áreas e metodologias aplicadas nos estudos, destacando como isso influencia na forma como a temática é abordada; fatores associados ao sofrimento que incluem aspectos do indivíduo, da universidade e da cultura; estratégias de redução e de superação do sofrimento apontadas na literatura científica.

O sofrimento psíquico do discente envolve fatores diversos: pessoais, relacionais, ambientais, institucionais e culturais (Tavares et al., 2008). Todavia, muitos dos estudos da literatura científica analisados neste trabalho ainda focalizam apenas os aspectos individuais, microsociais e fazem apontamentos de prevalências de transtornos a serem tratados, cooperando com a lógica neoliberal que reproduz determinados discursos como o discurso meritocrático, que ignora as condições objetivas da existência; a razão instrumental, que promove uma falsa formação pautada na quantidade e na utilidade; a medicalização, que silencia determinados sofrimentos. Este estudo destaca que, para além da compreensão limitada ao indivíduo que se culpa por seu próprio sofrimento, ou que destaca apenas a universidade como causadora de todo o sofrimento nos discentes, aspectos da sociedade, da história e da cultura precisam ser considerados, já que produzem um padrão de funcionamento adoecedor que também se manifesta nas instituições de ensino e nos indivíduos.

O entendimento dos modos de dominação presentes no capitalismo e do “mal-estar na civilização” é condição para que o sofrimento na universidade seja compreendido em sua totalidade. Há também, na universidade, aspectos específicos que geram sofrimento relacionados ao próprio processo de ensino-aprendizagem, à demanda das atividades acadêmicas e ao sistema de avaliação. Tudo isso provoca ainda mais sofrimento, sobretudo em cursos considerados de alta performance como a medicina. No entanto, uma educação que reproduz e naturaliza o modo de produção capitalista agrava esse sofrimento e também leva a formas diversas de adoecimento.

Desse modo, a resistência a essa lógica adoecedora do discente na universidade só pode ocorrer pela desmistificação dos discursos neoliberais por meio tanto da conscientização individual como de mudanças estruturais, curriculares, resultando em ações preventivas e promotoras de saúde mental. Destaca-se a necessidade de novos estudos que apontem o sofrimento psíquico do discente, especificamente durante e após

a pandemia da Covid-19, considerando todas as questões específicas oriundas dessa crise de saúde pública. Além disso, são necessários estudos que ampliem os sujeitos de pesquisa, buscando compreender o sofrimento tanto de docentes como de funcionários da universidade. Necessário ainda um maior aprofundamento sobre o sofrimento psíquico com sujeitos pertencentes a grupos socialmente excluídos, pois esses foram apontados, em algumas pesquisas, como grupos prevalentes de sofrimento e que carecem de políticas públicas de auxílio e assistência como medidas necessárias para a redução do sofrimento psíquico, embora essas medidas precisem vir acompanhadas também de mudanças estruturais.

1. A relação entre a universidade, a formação e a cultura

1.1. A universidade e sua relação com a cultura

Para uma visão contextualizada sobre o sofrimento universitário, inicialmente, faz-se importante compreender aspectos sobre a universidade, seu funcionamento, sua história, as lógicas predominantes em seu interior. A universidade é uma instituição social, por isso também se insere em um contexto e é constituída por uma história própria e jogos de forças sociais a permeiam. A universidade, enquanto instituição social, manifesta o modo de funcionamento da sociedade, inclusive pela presença de uma diversidade de atitudes, opiniões e projetos contraditórios e conflitantes (Chauí, 2003). Ela envolve também o conjunto de pessoas que a constitui em toda sua diversidade. Essas pessoas realizam seus objetivos institucionais e formam o que a universidade é abstratamente, mantida pela convicção geral de seu caráter essencial para a vida da comunidade e o sentido da nação (Menezes, 2000).

O próprio cenário brasileiro do ensino superior se caracteriza por uma grande quantidade de instituições especializadas. A educação superior no Brasil, conforme artigo 45, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), é ministrada em instituições de ensino públicas ou privadas. Já o decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, destaca, em seu artigo 15, que as instituições de ensino superior são classificadas como faculdades, centros universitários ou universidades (Brasil, 2017). Nesse sentido, dentre as instituições de ensino, a maior parte delas é formada por faculdades isoladas e associações de faculdades; as universidades são minoria. A universidade é considerada como aquela que, além do ensino, promove a pesquisa e a extensão, sendo caracterizada por sua relevância social, predominando-se no setor público. Já as faculdades isoladas e as associações de faculdades predominam no setor privado. As instituições de ensino superior privadas são consideradas, inicialmente, como faculdades, podendo solicitar o reconhecimento como centro universitário ou universidade, conforme atendam a critérios estabelecidos pelo decreto nº 9.235/2017 (Brasil, 2017). Desde o cenário das universidades públicas, até as universidades e demais instituições privadas, todas são caracterizadas por uma enorme diversidade no padrão de educação, ou seja, não há homogeneidade em relação a isso. Dentre as instituições privadas, ainda se destaca as

instituições confessionais que também possuem entre si enormes diferenças (L. A. Cunha, 2000).

A universidade, enquanto instituição educativa, é reconhecida como “lôcus de formação” (Resende, 2005, p. 43), apesar de a formação ocorrer muito além dos espaços dessas instituições. Resende (2005) ao abordar, conforme a teoria de Adorno, a formação como cultura pelo lado de sua apropriação subjetiva, conclui que a cultura não é independente da sociedade, da natureza, muito menos do indivíduo. A discussão sobre cultura, civilização, indivíduo e sociedade é fundamental para a Teoria Crítica da Sociedade e para a compreensão da universidade e do sofrimento dos estudantes. Considerando a relação das instituições educativas com a cultura, é importante destacar que, por diversas vezes, ao se falar de uma suposta crise de formação cultural, há uma responsabilização dessas instituições como as grandes culpadas pela situação em que se encontra a formação da sociedade de maneira geral. Entretanto, reduzir ao âmbito escolar tal crise é desconsiderar que essa problemática, na realidade, é resultante de uma crise social, uma crise da própria cultura (Resende, 2005).

Ao destacar a crise da universidade como crise social, é preciso ter uma compreensão histórica da universidade para, então, concluir como ela sempre esteve relacionada à cultura e ao contexto em que se insere. Coêlho (2016a) destaca que a universidade surgiu no século XII, em um cenário de importantes transformações econômicas e de vida sociocultural marcada pelo crescimento das cidades, pela dessacralização do mundo, por contribuições importantes na área da educação, por novas ordens religiosas, pela valorização do livro, do estudo, do saber e do ensino. As aulas se faziam pela leitura comentada, no qual o livro era reconhecido como autoridade e do qual surgia uma questão controversa que era debatida ou disputada, exemplo disso foram as aulas de Tomás de Aquino [1224-1274] na Universidade de Paris, na qual uma tese era apresentada em forma de questão. Esta era debatida e o mestre deveria responder a cada objeção que tivesse sido feita; ao final, uma solução era apresentada. Assim, a universidade surge em um contexto que estimula a contestação, a argumentação e a autonomia. Além disso, a universidade garante sua legitimidade ao fruir do reconhecimento social, do debate público, como ação social específica, como obra da cultura.

Quanto aos aspectos ainda históricos da universidade, Foucault (2017) afirma ser ela instituição própria da Idade Média. A universidade surge com filósofos que, ao mesmo tempo, transmitem um saber que se refere à continuidade e à tradição, e pensam o ser

conforme pensam os sábios, por meio do enigma, do silêncio, da busca por princípios gerais que prescrevem condutas. Mas, na Idade Moderna, emerge a modalidade tecnicista centrada no conhecimento científico e que encontra forte expressão nas universidades modernas, sendo, assim, instituídas, constituindo subjetividades e impondo relações de poder e modos de subjetivação. A linguagem científica da universidade carrega relações de poder, limita a fala, reúne em seu corpo teórico apenas o que pode ser assimilado por suas leis, pela regulamentação linguística, excluindo o diferente, o estranho, o não culto.

Desde sua origem, a universidade sempre foi palco de ataques, pois, como apontado, em seu interior permeiam discursos contraditórios e jogos oriundos de forças sociais. Coêlho (2016a) aponta para uma onda reformista (fruto da cultura) que, ocorrida em meados do século XX, alcançou as instituições de ensino, atacando ainda mais a universidade. Esses ataques foram provenientes dos defensores da gestão e do instrumentalismo organizacional. Logo, tomaram conta das políticas internacionais, impostas aos demais países. A educação defendida por esses agentes reformistas defensores da gestão e do instrumentalismo obedece à lógica neoliberal e torna a universidade defensora do particular, das necessidades e dos interesses individuais. Além disso, privilegia os produtos, a prática, a formação técnica do profissional competente, a eficiência, a flexibilidade e a agilidade.

Desse modo, em uma sociedade capitalista e produtivista, a universidade como instituição inserida na cultura também é constituída por ela. Thayer (2002) é dos estudiosos sobre a universidade que discorre como o contexto social, político e cultural no qual essa instituição se inseriu em diversos momentos históricos constitui seu modo de funcionamento. Inicialmente, na Idade Média, a universidade imperial monoteísta buscava reunir e unificar a diversidade de línguas, crenças, opiniões, em uma língua acadêmico-imperial a partir uma reunião que atendia aos princípios da igreja e/ou do império. Em outro contexto, a universidade instituída foi nomeada “universidade moderna franco-cartesiana, napoleônica-comtiana” (Thayer, 2002, p. 68), propondo um ideal emancipatório, um projeto de libertação da subjetividade, da sujeição e da metafísica da Idade Média por meio da objetividade, do método positivista e do progresso. Contudo, mesmo na busca por se libertar do passado, o ideal de universalidade da universidade medieval foi mantido e a proposta foi unificar a diversidade. O resultado disso gerou a exclusão do diferente, ou sua absorção, de modo a enquadrá-lo em padrões científicos.

Thayer ainda cita dois outros modelos de universidade mais críticos que os anteriores: a universidade de Berlim ou universidade filosófica alemã, que surge da

resistência à universidade napoleônica e opõe-se à utilização instrumental do conhecimento e à submissão ao estado; a universidade genealógica, derivada da Faculdade de Filosofia e descrita por Kant como contestadora e crítica, visando ao invés de eficácia o adiamento capaz de acompanhar o ritmo próprio do conhecimento. Tais modelos de universidade propostos por Thayer (2002) permitem visualizar como cada um deles correspondeu ao modelo de sociedade e de cultura de sua época. Mesmo que a universidade tenha sido apresentada, em grande medida, como forma de dominação, ela estava sempre associada a um controle cultural e à possibilidade de resistência como ocorreu na universidade de Berlim e na genealógica.

Diante desse contexto, duas possibilidades se evidenciam: de uma universidade crítica e de uma universidade burguesa, que não reflete sobre si, sem possibilidade de transformação real, portanto, capaz de aumentar ainda mais a desigualdade social e as formas de sofrimento culturais e sociais. Essa divisão é, em grande medida, didática, pois a instituição universitária pode ser mais crítica em algum aspecto, burguesa e conservadora em outro, estabelecendo e manifestando a possibilidade de contradição que permeia a própria cultura.

Desse modo, a crítica e a reflexão sobre si são importantes para a universidade e possíveis ao se considerar a existência de contradições em seu interior, pois “Crítico o pensamento burguês é criticar a própria sociedade burguesa, que é marcada pela contradição na medida em que traz no seu seio a possibilidade de libertação e de dominação da natureza e do próprio homem” (Resende, 2005, p. 32). Nesse sentido, criticar o pensamento científico moderno positivista e utilitarista contribui para a crítica à cultura, às lógicas da sociedade e aos modos como esta produz sofrimento (Resende, 2005).

Considerando que a instituição escolar é um local privilegiado de formação cultural, que na sociedade burguesa é caracterizada por uma falsa formação, pois pautada na racionalidade burguesa de dominação irracional da natureza, ela pode ocultar a compreensão de que o próprio homem também é natureza e, portanto, também está sob tal dominação. Dessa forma, essa pseudoformação integra e domestica o indivíduo, impossibilitando o pensamento e a crítica (Resende, 2005). Por isso, se faz necessário analisar a formação e a universidade, compreendendo como a crítica à razão, por meio da Escola de Frankfurt, contribuirá para a compreensão dessa falsa formação, capaz de favorecer a manutenção das lógicas de dominação e do sofrimento na universidade, e para o melhor entendimento da formação crítica possível em seu interior.

1.2. A crítica à razão: indivíduo, sociedade e formação

A Teoria Crítica da Sociedade ou Escola de Frankfurt surgiu em 1923, compreendendo uma crítica radical aquele tempo. Autores como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, e outros, se reuniram para estudar e pensar essa sociedade (Matos, 2012). Desiludidos com as transformações do mundo contemporâneo, realizavam análises das contradições da sociedade capitalista e da cultura. Outros aspectos colocados em dúvida por eles foi a razão iluminista, que propunha trazer a luz da razão diante do obscurantismo da religião, e a ideia de que, pela ciência e pela técnica, seria possível promover a emancipação social. Isso não ocorreu, muito pelo contrário, a ciência e sua lógica acabaram produzindo ainda mais violência (Adorno & Horkheimer, 2014; Matos, 2012).

Horkheimer (2002), em seu livro *Eclipse da Razão*, conceitua e diferencia a razão como era entendida na Idade Média da razão moderna, constitutiva da racionalidade científica. Filósofos como Platão, Aristóteles, escolásticos e idealistas alemães defendiam uma ideia de razão fundada na estrutura objetiva daquilo que procuravam conhecer, ou seja, buscavam uma verdade universal com ênfase na finalidade de conhecer. No entanto, diante de diversos conflitos sociais, a verdade objetiva foi questionada e o relativismo tornou-se parte da própria racionalidade de uma época (Horkheimer, 2002).

A razão moderna, desse modo, passa a pautar-se não na objetividade da verdade, mas em sua característica subjetiva. Ela depende não do todo, mas dos interesses individuais, da autopreservação do sujeito, da faculdade subjetiva da mente. A razão da Idade Moderna tem como foco a utilidade e o individual. Essa mudança da racionalidade de uma época se manifesta na lógica de funcionamento de suas instituições, dentre elas, a universidade (Horkheimer, 2002).

Segundo Adorno e Horkheimer (2014), tudo o que não se submete à utilidade e à calculabilidade se torna suspeito para a racionalidade científica que se baseia, sobretudo, no número, na quantidade, na utilidade. Desse modo, o esclarecimento proposto pelos iluministas busca dominar a natureza e submeter as paixões, as figuras míticas, os deuses e as qualidades à mera objetividade. Para esses autores, “A filosofia buscou sempre, desde Bacon, uma definição moderna de substância e qualidade, de ação e paixão, do ser e da existência, mas a ciência já podia passar sem semelhantes categorias” (Adorno & Horkheimer, 2014, p. 17).

Kant (1985), filósofo moderno, representante da racionalidade científica, e que tem grande influência na forma como o Ocidente compreende o mundo atual, define o esclarecimento como a atitude humana de sair da menoridade e adentrar a maioridade. O próprio homem foi compreendido por ele como culpado por sua falta de esclarecimento. A menoridade é definida pela necessidade da tutela do outro a fim de fazer uso do entendimento. Já a maioridade seria o pensar por si mesmo numa postura que envolve autonomia e esclarecimento. Para os iluministas, do qual Kant é representante, a razão seria a solução para as mazelas da humanidade.

Todavia, conforme Matos (2012, s.p.), “A razão iluminista prometeu conhecimento da natureza através da ciência, aperfeiçoamento moral e emancipação política. A consciência de uma época se reconhece na metáfora da luz”. Contudo, esse mundo de luz e de paz, prometido pelo Iluminismo, não se cumpriu. A ciência, na busca por conhecer, usa do terror e da violência, subjuga a natureza e cria novos modos de dominação. Esse modo de racionalidade não traz a luz e, sim, o ódio e a hostilidade. A técnica não seria o oposto dessa visão, mas uma vez que, na ciência, somente a eficácia tem valor, a técnica seria sua principal expressão (Matos, 2012).

Mas, apesar de criticar o esclarecimento, conforme apresentado pelos iluministas, por ser ingênuo e idealista, a Teoria Crítica da Sociedade apresenta a possibilidade de esclarecimento de um modo diferente do apresentado por Kant. O esclarecimento consistiria em uma forma de “desencantamento do mundo” (Maar, 1995, p. 8 apud Resende, 2005, p. 33) pelo qual as pessoas são libertadas do medo da natureza desconhecida e dos poderes ocultos a ela atribuídos para explicar seu desamparo (Maar, 1995). A crítica é a atitude de não querer ser governado. Ela previne as pessoas de serem governadas de determinadas formas ou por determinado ideal. Assumir uma postura crítica é desnaturalizar e questionar as certezas da sociedade e de suas diversas instâncias: o direito, a religião, a sexualidade e o próprio conhecimento (Foucault, 2000).

Ainda sobre o pensamento moderno de Kant (1985), para ele, o eu-pensante, por meio da sensibilidade e do entendimento, chega ao conhecimento somente se seguir a lógica daquilo que é fenômeno, considerando-o como manifestação e não coisa em sua essência. A coisa-em-si, presente no mundo transcendente (Deus, mundo, alma, liberdade), não pode ser conhecida em sua essência pelo que, de fato, é. Segundo Matos (2012), ao afirmar que a ciência só é possível pela lógica formal, baseando-se apenas em fenômenos, Kant acaba eliminando a contradição, porém os frankfurtianos criticam o princípio de identidade e não contradição utilizando a dialética como forma de

compreensão da sociedade. A razão moderna, conforme Neto (2018) discorre, tanto no pensamento cartesiano quanto no kantiano, parte do viés quantitativo. “O viés quantitativo desloca o princípio universal da antiguidade clássica e do período cristão medieval ao princípio egóico” (Neto, 2018, p. 183). Assim, para Kant, o conhecimento só é possível pelo viés quantitativo, referindo-se aqui ao mundo dos fenômenos. “A duplicação da natureza como aparência e essência, acção e força, que torna possível tanto o mito como a ciência, provêm do medo do homem, cuja expressão se converte em explicação” (Adorno & Horkheimer, 2014, p. 24). A ciência moderna, muitas vezes, acaba por manifestar essa lógica quantitativa e não contraditória.

Adorno e Horkheimer (2014) criticam a ciência moderna fundada unicamente no cânon do número, nos aspectos quantitativos, em que os homens deixaram de se preocupar com o sentido e passaram a se basear em fórmulas, probabilidades e regras. Essa lógica da ciência moderna permeia também a universidade, Chauí (2000, p. 52) compreende que a universidade, influenciada pela lógica das forças do mercado, envolve: “O aumento do número de disciplinas, o aumento das horas-aula, a contagem da atividade estudantil por créditos, a aferição meramente quantitativa desse trabalho, segundo o número de evasão e o número de formados”.

O indivíduo não está isolado desse contexto da ciência e da universidade, ele carrega em si os conflitos e as contradições sociais. Coêlho (2016b) alerta sobre os riscos de desconsiderar os conflitos e as contradições inerentes ao homem e de não interrogar sobre o ser naquilo que ele verdadeiramente é. Por isso, a quantidade e a qualidade têm que ser conjugadas no processo de formação da consciência no indivíduo.

Assim, da filosofia kantiana, apesar de todas as críticas dos frankfurtianos, eles herdaram a noção de indivíduo. Kant não sacrificou essa noção tendo em vista noções universais (estado, povo, nação, sociedade sem classes). Para a Teoria Crítica da Sociedade, a noção de indivíduo autônomo está em extinção e precisa ser recuperada. Ao definir a coletividade como unidade, nega-se cada indivíduo, e a cultura, por meio de diversas agências, utiliza-se dessa noção de coletivo para inculcar comportamentos normatizados por meio da produção em massa, das mídias e de diversos outros meios. Com isso, pela força da coletividade, que tudo vigia e que atua em cada instância, os indivíduos são controlados e manipulados (Matos, 2012; Adorno & Horkheimer, 2014). Entretanto, o indivíduo defendido pelos frankfurtianos não existe de forma isolada, mas carrega em si a antítese da sociedade que o constitui e é, ao mesmo tempo, produto e produtor da cultura (Resende, 2005).

Nesse sentido, o indivíduo autônomo precisa ser recuperado, e os prazos impostos aos alunos e professores não respeitam a lógica interna do trabalho intelectual ou o próprio indivíduo, submetendo-o a uma lógica externa decorrente das exigências do capital, das necessidades do mercado. Diante desse sistema capitalista, é necessário um trabalho intenso para que o professor não exerça meramente uma docência informativa, repetitiva e rotineira, mas assuma uma docência formadora e crítica, capaz de despertar no discente a compreensão e a consciência das lógicas de dominação da sociedade, levando-os a uma formação verdadeira, possível de transformação social (Chauí, 2000). Hegel, autor que é uma das influências filosóficas da Escola de Frankfurt, defende a não separação de *Bildung* (formação intelectual) e *Formierung* (formação que envolve matéria) (Neto, 2018). Por isso, a formação cultural não deve estar separada da preparação técnica e prática para o trabalho, mesmo não se limitando a ela.

E para compreender os aspectos materiais envolvidos na formação para o trabalho, a Escola de Frankfurt dialoga com a teoria de Marx. Esse autor é fundamental para pensar as condições reais de produção, do homem econômico, político e social que produz seus próprios meios de existência (Matos, 2012). O indivíduo, desse modo, necessita se inserir na história para, então, se objetivar como humano, ou seja, ele se apropria dos resultados da história e a torna parte de sua própria individualidade, constituindo-se enquanto ser. Então, a formação do indivíduo ocorre em um processo que envolve a apropriação subjetiva da cultura e sua objetivação por meio da ação humana. Essa objetivação se dá por meio do trabalho, “atividade vital” humana, no qual o indivíduo transforma a natureza e se transforma no processo. Essa atividade forma e humaniza o indivíduo. No entanto, nos moldes capitalistas de produção, aquilo que era relacionado ao gênero humano, à humanização, se torna, em âmbito individual, alienado e transformado em mercadoria. O trabalho torna-se alienado sendo, portanto, fruto da cultura, da sociedade, e essa atividade passa a realizar-se por constrangimento, por imposição, como simples modo de sobrevivência do indivíduo (Duarte, 2013).

O indivíduo só pode se formar como um ser social, mas, numa sociedade dividida e fragmentada em classes, a sociabilidade carrega em si a alienação² em maior ou menor

² Abbagnano (2007, p. 26) define o que seria, para Marx, alienação: “o processo pelo qual o homem se torna alheio a si, a ponto de não se reconhecer”. Tal alienação ocorre como fruto da propriedade privada e do trabalho operário na sociedade capitalista. Ainda destaca que “Esse uso do termo tornou-se corrente na cultura contemporânea, não só na descrição do trabalho operário em certas fases da sociedade capitalista, mas também a propósito da relação entre o homem e as coisas na era tecnológica, já que parece que o predomínio da técnica ‘aliena o homem de si mesmo’ no sentido de que tende a fazer dele a engrenagem de uma máquina” (Abbagnano, 2007, p. 27, grifo do autor).

grau (Duarte, 2013). Considerando essa alienação, dois conceitos marxistas ainda precisam ser compreendidos para se entender a sociedade atual e compreender as transformações que têm acometido a universidade. São eles: o fetichismo e a reificação. O fetichismo concede à mercadoria um caráter mágico, um feitiço, caso seja considerada de modo a omitir sua história. Assim, o setor produtivo, conforme essa política adotada, tem força própria e governa a sociedade como se fosse entidade desvinculada da produção humana. O homem, então, se reifica, ou seja, torna-se coisa, não sendo ele mais quem governa as mercadorias. O contrário ocorre: as mercadorias passam a definir as relações sociais humanas. O homem se aliena de seu trabalho, não se reconhece na mercadoria que produz e, com isso, a indiferença e o totalitarismo surgem como consequências, assim como a “volatização da culpa” e a “banalização do mal” (Matos, 2012, s.p.).

A ciência seria uma das obras mais elevadas da objetivação humana, porém ela tem se mostrado contraditória, pois nunca o ser humano conheceu tanto a natureza e a utilizou tão universalmente, bem como esteve tão próximo de destruí-la completamente, destruindo, inclusive, a si mesmo. A consequência disso tem sido a miséria, a fome, a ignorância, a dominação e mesmo a morte de outros humanos. (Duarte, 2013). Nesse sentido, “As teorias críticas têm em comum a busca de desfetichização das formas pelas quais a educação reproduz as relações de dominação, pois entendem isso como fundamental para a própria luta contra essas relações” (Duarte, 2013, p. 1).

Como a formação intelectual para o trabalho está intimamente ligada ao trabalho material propriamente dito e à cultura, essa alienação é transmitida na própria fragmentação da formação e na transmissão de ideologias próprias do capitalismo nas instituições de ensino. Além disso, o pensamento moderno tem por objetivo o cânon do número e o quantitativo na formação, o que também se faz presente no pensamento científico moderno que se encontra nas universidades. Todavia, há possibilidade de resistência que se expressa na existência de duas das modalidades de formação contrárias em seus objetivos e metas: uma formação para o mercado ou falsa formação, que se baseia, sobretudo, nos interesses dos detentores de poder; uma formação cultural crítica, reflexiva e questionadora. A expressão dessas duas modalidades de formação nem sempre ocorre claramente separada na realidade. Embora tal separação seja didática, a tentativa é compreender em que consiste cada uma delas.

1.3 Formação para o mercado: a falsa formação

Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “O crepúsculo dos sábios”, Olgária Matos (2009) chama a universidade hodierna de apática e sem maravilhamento, pois ela não concede tempo suficiente para a reflexão, antes segue a lógica do lucro, da pressa, da produtividade quantificada. Essa universidade voltada ao mercado não reconhece a dívida simbólica que possui com as gerações passadas, muda incessantemente seus métodos e pesquisas, não aprofunda em seus sentidos, o que acaba por representar uma “massificação da cultura e da universidade” (Matos, 2009, s.p.). A universidade, entendida de forma isolada e ahistórica, abole a crítica e a reflexão. Daí a necessidade de contextualizá-la, entendendo-a de forma concreta, historicamente e socialmente determinada. Além disso, importante destacar que essa massificação é fruto de um processo cultural que envolve a pseudoformação e a ação da Indústria Cultural que propaga ideologias.

A ideologia é conceituada pela Teoria Crítica da Sociedade como “mentira manifesta” (Resende, 2005, p. 46), por meio da qual os indivíduos se adaptam e passam a enxergar o mundo por suas lentes. Nesse processo de propagação de ideologias, por meio da Indústria Cultural, composta por seus diversos agentes como o cinema, as revistas, os jornais e os canais televisivos, a cultura é vulgarizada e diversos estereótipos são criados, gerando conformismo e censurando vozes discordantes dela. Essa massificação da cultura se manifesta em suas instituições como na universidade, um dos espaços de formação na sociedade. Desse modo, até mesmo críticas e vozes discordantes do sistema acabam sendo absorvidas e massificadas por essa Indústria Cultural que as neutraliza. A educação que propaga ideologias visa ao controle de comportamentos e não a uma verdadeira formação, embora as universidades não sejam o único lugar de formação dos sujeitos (Adorno, 1995b; Adorno, 1973; Resende, 2005).

Thayer (2002) defende a ideia de que a universidade forma e é formada pelo contexto no qual se insere, mas não é ela o centro que produz e fiscaliza o saber. Na sociedade atual, a televisão, a informática e as mídias, de uma forma geral, modelam as opiniões e também formam os sujeitos. A Indústria Cultural absorve e explora até mesmo os discursos divergentes, considerados, em alguma medida, revolucionários, de modo a socializá-los e massificá-los, sendo uma maneira de neutralizar as agressões à cultura burguesa (Giannotti, 1986). Assim, conforme afirma Horkheimer (1985), o avanço dos recursos técnicos de informação, ao invés do progresso da dimensão humana, acarretou

um processo de desumanização. Massificação contrária à verdadeira formação, pois, como afirmam Adorno e Horkheimer (2014), as diversas agências de produção cultural em massa inculcam no indivíduo que os únicos comportamentos naturais, racionais, corretos, são aqueles normalizados.

Além da mencionada desumanização, os discursos ideológicos também são absorvidos e transmitidos pelos sujeitos que educam. Por isso, é necessário formar sujeitos conscientes, que saibam pensar e questionar as informações que lhe são transmitidas. Hannah Arendt (2000) afirma que conhecimento e pensamento são coisas diferentes. Na educação, a transmissão de técnica, competência, ou conhecimentos específicos, não forma, de fato, sujeitos conscientes. O conhecimento é necessário e útil, mas só o pensamento é capaz de atribuir sentido e significado às práticas e teorias. O conhecimento sem o pensamento é capaz de produzir atrocidades tais como as do nazismo e seus campos de concentração. O papel da escola é transmitir conhecimentos verdadeiros, mas até mesmo o que será transmitido por ela depende de escolha, ou seja, do pensamento. Assim, não se pode reprimir o questionamento e a reflexão em sala de aula, já que é por meio deles que se produz uma formação capaz de gerar sentido e humanizar (Almeida, 2010).

Soares e Cunha (2017, p. 318) afirmam que, de forma geral, a universidade dá prioridade a um “ensino iluminista”, abstrato, intelectualista, que foca na transmissão de dogmas, distante das reflexões sobre a vida real do estudante ou da prática profissional para a qual ele está se formando. Esse ensino iluminista parte da ideia de um estudante passivo e coloca o professor como única figura que detém o saber. Contudo, negando essa perspectiva, surge outra também perigosa: a do neotecnicismo, que nega o valor dos saberes acumulados, das humanidades, e valoriza o conhecimento prático, utilitário, mercadológico. As duas visões alienam o aluno de seu processo de formação e tornam o pensar, o sentir e o agir dissociados, o que pode ser adoecedor.

Essa formação neotecnicista é semelhante à lógica empresarial ou organizacional. E quando isso ocorre, a universidade ao invés de cumprir o papel de instituição social se transforma em organização social, que funciona em função do mercado. Com isso, ela acaba perdendo autonomia e se torna prestadora de serviço que, inclusive, pode ser privatizado e sofre diversas pressões nesse sentido. Suas principais características tornam-se: “gestão, planejamento, previsão, controle e êxito” (Chauí, 2003, p. 6). Esse modelo de educação atende à lógica já anteriormente citada da razão moderna, ou razão instrumental, própria da racionalidade científica que se pauta na utilidade e permeia todas

as instâncias da vida do sujeito, partindo de um conhecimento subjetivo, baseado em interesses individuais (Horkheimer, 1985).

Chauí (2003) afirma que as mudanças ocorridas com o surgimento de novos modos de produção no capitalismo e as crescentes novidades no ramo das tecnologias transformaram a ciência. Inicialmente, ela se caracterizava como uma investigação teórica com aplicações na prática, posteriormente, ela passa de investigação da realidade externa ao próprio pesquisador à construção da realidade própria do objeto estudado. Isso ocorre por experimentos que manipulam variáveis e mantêm controle sobre elas, sendo usados, para as investigações, constructos lógico-matemáticos. Nessa lógica, e ao se inserir no modelo capitalista, a ciência torna-se força produtiva. Considerando a universidade que segue a lógica da racionalidade científica e os reflexos gerados por isso, a formação de professores passa a ser voltada a adquirir competências técnicas em sua área. Situação que limita a visão do todo, da história e da sociedade de forma ampla (M. I. Cunha, 2000). Essa visão limitada do professor, extremamente especialista, também afeta a formação dos alunos e toda a lógica da universidade, cada vez mais quantificada. Conforme afirma M. I. Cunha (2000, p. 45),

O problema não está na formação para a pesquisa, mas na concepção de conhecimento que se instala no mundo ocidental, quase que hegemonicamente, dando suporte ao paradigma da ciência moderna. A visão mecanicista de mundo, onde a neutralidade e a quantificação tomaram dimensões preponderantes, definiu os alicerces da ciência moderna, tendo como pressuposto as mesmas bases. O predomínio da razão instrumental sobre as demais dimensões do conhecimento humano tomou proporções intensas, banindo do mundo acadêmico a possibilidade de trabalhar com as subjetividades e de privilegiar a condição ética.

Assim, baseando-se no pensamento moderno preponderante no mundo ocidental e na racionalidade científica, a universidade também é afetada por tal lógica e se torna cada vez mais quantitativa, ligada à produtividade, ao constante fazer. Entretanto, a possibilidade de crítica e resistência em seu interior existe, o que torna necessário e possível mediante à reflexão sobre si mesma, tendo em vista uma universidade que se transforma e que transforma a sociedade.

1.4. A formação cultural e a universidade crítica

A sociedade atual é chamada de sociedade do conhecimento. Muitos dados, bases teóricas conflitantes, o alto grau de exigência, a consciência sobre direitos, são apenas algumas das características dessa sociedade. Diante disso, a educação superior é cada vez mais necessária, desde que vise à análise crítica, à visão prospectiva que permita atividades de criação intelectual científica, técnica e humanística. Nesse cenário de incertezas, um dos grandes desafios da sociedade é alcançar uma educação que realmente forme e ensine a pensar e interpretar essas informações (Soares & Cunha, 2017), já que, como mencionado anteriormente, o avanço técnico não é acompanhado por uma maior humanização da sociedade (Horkheimer, 1985).

Falar da atualidade como cenário das incertezas pode significar a aceitação da realidade social que destrói as referências de espaço e tempo anteriores e institui um espaço-tempo comprimidos em uma velocidade cada vez maior. O mais adequado é utilizar a palavra insegurança no lugar de incerteza e compreender que essa insegurança só pode gerar medo e paralisia, submissão, autoritarismo, negação da crítica e conservadorismo. Essas atitudes são avessas ao conhecimento e à inovação. Por isso não servem à lógica do conhecimento e, sim, ao mercado (Chauí, 2003), conforme caracteriza a falsa formação já mencionada.

Nesse sentido, a educação serve ao mercado e torna-se instrumento do capital, e o capitalismo segue determinadas lógicas. O capitalismo, conforme se manifesta, caracteriza-se pela fragmentação da vida social, tendo um modo de funcionamento baseado em estratégias particulares que competem entre si. A necessidade de adaptação às rápidas mudanças da sociedade, do mercado, é também nomeada de flexibilidade diante do inesperado e das constantes mudanças. As informações tornam-se mais importantes do que o conhecimento e são a base para o poder econômico. Elas são ora impedidas de circular, ora vendidas como mercadorias. Por fim, outra característica é a compressão do espaço-tempo que, sob o efeito das tecnologias da informação, acarreta o encurtamento das fronteiras. Tudo passa a ocorrer aqui, tudo se passa no agora, sem considerar o passado ou o futuro, e o tempo passa a uma velocidade cada vez maior (Chauí, 2003). Não é em vão que Berman (1986) toma emprestado a famosa frase de Marx para compor o título de seu livro referente à modernidade: *Tudo o que é sólido desmancha no ar*.

Mesmo diante desse cenário que se opõe à resistência e gera comodismo e conservadorismo, Chauí (2003) define que a instituição social universidade, com autonomia intelectual, relaciona-se à sociedade e ao estado de forma conflituosa e internamente é dividida entre os que concordam e os que discordam do modo de funcionamento do estado, da divisão de classes e das exclusões sociais próprias da sociedade. A própria presença de contradições já aponta para a possibilidade de crítica e é apenas quando o homem compreende as condições que perpetuam a dominação, tanto no indivíduo como na cultura, que ele pode resistir a elas e chegar a uma formação verdadeira (Resende, 2005).

“É como se o trabalho essencial, hoje, fosse lutar contra o sequestro: em especial, contra o sequestro pela rotina, daquilo que dá sentido a viver, a pesquisar, a fazer ciência, a formar gente, a fazer cultura” (Ribeiro, 2003, p. 51). Esse sequestro consiste, para Ribeiro (2003), em privilegiar a regra em detrimento do valor ou o meio em detrimento do fim. Em um contexto de barbárie e pseudoformação na educação, Maar (1995, p. 12) afirma que:

A função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isso se dá, revelando as raízes desse movimento – que não são acidentais – e descobrindo as condições para interferir em seu rumo. O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir.

Só a partir dessa compreensão histórica e social, é possível uma educação emancipatória capaz de resistir ao ciclo da barbárie. Assim, Adorno se posiciona ao mesmo tempo contra a “falsa cultura” e a favor da “cultura verdadeira”, uma cultura que promova emancipação por meio de uma “consciência verdadeira” (Adorno, 1995a).

A universidade foi criada para transcender o mero treinamento, a simples formação profissional; ela possui diversas funções, dentre elas, a de produzir cultura, fazer ciência, desenvolver tecnologia, diagnosticar e encaminhar questões sociais. Contudo, ao mesmo tempo que constitui a sociedade, a universidade também é constituída por ela e pela cultura. Por isso, quando a nação perde o sentido, a universidade também sofre uma perda de sentido. Ameaçada por diversos fatores, diante de uma condição de sítio que, por diversos agentes a partir de argumentos e interesses políticos e sociais, essa instituição é, não raro, impedida de cumprir seus objetivos sociais e sua existência é ameaçada. Mesmo assim, a universidade pública tem sido a que mais promovido a reflexão e a mais confiável no papel de registro e promoção cultural e científica. Isso

considerando o termo público não apenas direcionado às universidades estatais, mas no sentido daquelas que buscam os interesses gerais da nação, não simplesmente os individuais (Menezes, 2000). Compreender a história da universidade possibilita entender suas resistências e acomodações ao capital e às imposições sociais. Necessário, então, discorrer um pouco sobre a história da universidade no Brasil.

1.5. A universidade no Brasil: história e políticas públicas

Considerando a universidade de maneira histórica e social, uma breve compreensão sobre como ela se desenvolveu historicamente no Brasil possibilita entender sua lógica de funcionamento. Inicialmente, Portugal proibiu que universidades fossem criadas em sua colônia, sendo necessário, aos filhos dos colonos, estudarem em Coimbra (L. A. Cunha, 2000). Posteriormente, foram construídas as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, que tiveram como primórdios o modelo jesuíta da “Ratio Studiorum” (Speller, Robl & Meneghel, 2012, p. 50). Nesse modelo, os estudos superiores abrangiam os cursos de filosofia e de teologia. Suas bases e princípios consistiam na unidade de professor, de método e de matéria. Buscava-se, sobretudo, cultivar a disciplina, a perseverança, a atenção, desenvolvendo o raciocínio lógico, formando as elites que teriam como base de suas ações as normas da igreja católica (Speller, Robl & Meneghel, 2012). Tal modelo, assemelha-se à universidade imperial monoteísta descrita por Thayer (2002). No fim do século XIX, com o golpe de estado, que coloca fim à Monarquia e implanta a República, buscou-se acabar com o que ainda existia do antigo sistema de ensino jesuíta. Foi adotada uma orientação de ensino laico e, em larga escala, o modelo napoleônico, que implantou a divisão rígida de disciplinas e teve como estrutura escolas isoladas, formada por “cadeiras” (Speller, Robl & Meneghel, 2012, p. 51) ou cátedras que não se comunicavam (Speller, Robl & Meneghel, 2012).

Matos (2009) descreve que a universidade e o conhecimento produzido por ela até por volta de 1960 teve como meta formar o cientista, a elite intelectual, o “mestre da verdade”, cujo objetivo era compreender seu ofício em toda sua complexidade e história. Com a Ditadura Militar, a universidade pública moderna, sob a pressão das massas que foram historicamente excluídas dos bens científicos e culturais, acolheu a população sem o repertório anteriormente exigido à vida acadêmica. Sob o ideal do mérito e não mais do sistema de nascimento, a universidade ignorou a desigualdade de oportunidades para ascensão social, apesar de manter o regime de privilégios do passado. Na ideia de

formação continuada, cada etapa do ensino compensa as deficiências da anterior, surgindo a ideia de avaliações permanentes. A massificação da cultura, fruto da Ditadura Militar, intensificou-se mais ainda com a privatização do ensino, vulgarizada pelas universidades particulares. Os efeitos dessa reforma são acompanhados por seu caráter contraditório, que impulsiona a universidade e reprime o pensamento e a crítica (L. A. Cunha, 2000).

Segundo Sá Mota (2014), o efeito do regime militar nas universidades é complexo e marcado por ambiguidades e contradições. As próprias universidades eram consideradas, nessa época, ao mesmo tempo, local estratégico por formar mão de obra qualificada e opiniões e local perigoso pela presença de ideias comunistas e revolucionárias. O regime militar buscou modernizá-las e, contraditoriamente, reprimir as ideias ali propagadas, uma vez que os militares cooptaram, em parte, as ideias reformistas e modernizadoras propostas pela esquerda, ao mesmo tempo que as reprimia fortemente. Foram realizadas reformas de grande relevância no ensino superior, concomitantemente a isso, ações repressivas e autoritárias contra professores e alunos ideologicamente suspeitos ocorreram. Tais contradições se manifestaram porque o próprio regime militar foi marcado por disputas provenientes de diversos grupos heterogêneos, reunidos em torno de um “inimigo” comum, que afirmavam ser o comunismo. Parte desse grupo era favorável a reformas, desde que a universidade fosse protegida das lideranças revolucionárias.

Essas ações são ainda permeadas pela cultura brasileira que possui uma tendência à conciliação e acomodação, evitando conflitos, inclusive para esconder problemas sociais e exclusão política, bem como para acobertar o personalismo, marcado pela cordialidade, que se caracteriza, sobretudo, como prática de privilegiar laços pessoais em detrimento de normas universais. Tudo isso contribui para manter a ordem social desigual e elitista. Desse modo, mesmo com a realização de reformas na universidade, o objetivo era que ela se tornasse mais produtiva e eficiente, promovendo o desenvolvimento econômico e a modernização da máquina pública. Não houve, portanto, uma preocupação com a formação de uma universidade crítica ou mesmo uma preocupação com a inclusão das classes populares no espaço da universidade. Além disso, o principal foco dessas reformas era o ensino técnico e o desenvolvimento tecnológico em prejuízo à tradição humanista e à ciência pura. Essas reformas defendiam ainda a cobrança de taxas nas universidades estatais. Como contribuições da reforma universitária que os militares realizaram nesse contexto estão a organização da carreira docente e a criação de

departamentos em substituição ao sistema de cátedras, além do fomento à pesquisa e à pós-graduação, estabelecendo um sistema universitário em que ensino e pesquisa são indissociáveis e que projetos de extensão universitária estariam presentes (Sá Mota, 2014).

Todas essas mudanças na estrutura da universidade foram fruto de pressões e de discussões de docentes e discentes ocorrido mesmo antes do golpe militar. Todavia, as demandas sociais no regime militar foram apropriadas de maneira seletiva e a modernização foi limitada por fortes ondas repressivas aos intelectuais como ocorreu com o Ato Institucional n. 5 e o Decreto n. 447. Além disso, a intensa expansão da universidade, impulsionada por pressões demográficas e econômicas, decorrentes do alto ritmo de crescimento urbano, foi acompanhada pela desigualdade de distribuição de recursos, o que levou a problemas estruturais e ao crescimento de instituições privadas com baixa qualidade do ensino (Sá Mota, 2014).

A reforma dessa instituição foi também fortemente influenciada pelos Estados Unidos da América (EUA), principalmente por meio de acordos como o MEC-Usaid, que permitia o envolvimento e a interferência desse país na educação brasileira, claramente para defender interesses próprios. O principal objetivo desse acordo explicitava que, por meio de aplicação de recursos na educação brasileira, os EUA manteriam não apenas o Brasil como área de influência e calariam os apelos revolucionários (“comunistas”), mas também como aliado na Guerra Fria e impediriam a “infiltração comunista” no ensino superior. Além desse controle em relação ao ideário norte-americano, dentre as principais influências dos EUA na estrutura da educação brasileira estão: a necessidade de o discente cumprir disciplinas por créditos, a matrícula por disciplina e a instalação dos *campi* universitários mais afastados dos centros das cidades. Outra característica desses investimentos afetou áreas como as ciências humanas e sociais que passaram a ter papel secundário nos investimentos tanto na universidade como em pesquisas (Sá Mota, 2014).

Todas essas reformas não resultaram na sonhada integração e universalização do saber pretendida pelos reformistas, considerando o próprio contexto social em que elas ocorreram. O grande problema não foi a ampliação do ensino, mas a forma como essa reforma universitária ocorreu, ignorando as desigualdades anteriores. Como resultado de tudo isso, o que se evidenciou foi uma grande massa de desempregados, agora com curso superior, e uma enorme competitividade dos vestibulares para ingresso nas universidades públicas, que passou a ter exames unificados e a gerar intensa competitividade e tensão nos estudantes. As universidades públicas passaram a ter maior padrão de qualidade,

contrastando ao ensino público de nível básico e às universidades do setor privado, com pouco investimento e fiscalização em termos de qualidade (Sá Mota, 2014).

Matos (2009) afirma que antes dessas mudanças a universidade moderna atendia a uma formação especializada e humanista, não apenas para a profissionalização, mas também para a “felicidade do conhecimento”. Contudo, a reforma ocorrida no governo militar buscando resolver o que nomearam de “crise estudantil” e baseou-se em uma visão quantitativa da educação que buscava o máximo rendimento a partir da diminuição dos gastos, conforme modelo empresarial. Opunha-se ainda fortemente à falta de disciplina e de autoridade, impondo um regime administrado e disciplinar. Como medidas desse modelo, a departamentalização eliminava as cátedras e dava, ao corpo docente, o direito às decisões. Todavia, na prática, diferentes departamentos foram reunidos num mesmo espaço, diminuindo gastos e facilitando o controle (Matos, 2009).

Outra mudança estrutural na universidade foi a matrícula por disciplinas, umas consideradas obrigatórias e outras optativas, e que também serviu a mesma finalidade de controle e redução de gastos, já que, nesse modelo, uma disciplina era optativa para um curso e obrigatória para outro. Desse modo, cada disciplina recebia alunos de diversos cursos, reduzindo a quantidade de aulas necessárias ao funcionamento da universidade. Isso também fragmentava a graduação, pois não havia mais turmas e, sim, reuniões que se desfaziam ao fim de cada semestre. Esse modelo acabava por levar à massificação do ensino universitário com o aumento do número de alunos e a diminuição da qualidade de ensino, o que, para além de uma consequência da reforma universitária, era projeto do governo militar que permitia um maior controle desses estudantes, ampliava as vagas, mas reduzia gastos. A necessária melhoria na infraestrutura não acompanhou a abertura de mais vagas na universidade e a pós-graduação passou a ser o mecanismo de discriminação de oferta de trabalho em uma sociedade com altos índices de desemprego e de desigualdade (Chauí, 1980).

Para Coêlho (2016b), o ensino superior no Brasil está desde seu início relacionado à aquisição de diplomas para se exercer uma profissão. A reflexão sobre o ser e a natureza da universidade faz parte dela desde sua gênese. Entretanto, desde 1960 e do movimento de reforma universitária que ocorreu no regime militar, juntamente ao movimento de ampliação da universidade e da repressão ocorrida dentro dela, transformações vêm acontecendo e a universidade tem refletido cada vez menos sobre si mesma. Assim, ela acaba servindo cada vez mais à produção de conhecimentos por encomenda, saberes práticos, respondendo aos interesses do mercado de trabalho, do mundo da produção, dos

serviços, do consumo, do estado. A universidade que não reflete sobre si mesma acaba por obedecer à lógica das organizações, dos supermercados do conhecimento que transmitem apenas informações, repetições, produtos, disciplinas, impondo esquemas de poder e formando funcionários para o estado (Coêlho, 2016b).

Chauí (1980) afirma que a universidade brasileira inverteu seu sentido de formadora de elites para adestradora de mão de obra, fragmentando o conhecimento e impedindo o pensamento. Ribeiro (2003) defende que clonar o mercado é inútil para a universidade, pois ela não consegue fazer, no âmbito da rotina e de técnicas, o que a empresa fará melhor, e também não fará o que ela tem de melhor como explorar sentidos e significações, compreender as relações de poder, os subtextos. Preparar para o mercado de trabalho, que é tão mutável, é inútil, pois quem pode prever o que o mercado de trabalho exigirá nos próximos anos? Apesar dessa consideração, mesmo depois da ditadura, as políticas públicas ainda apontam para a ampliação da lógica do mercado no contexto da universidade.

O documento nomeado “Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década”, criado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Speller, Robl & Meneghel, 2012), destaca avanços e desafios da educação superior brasileira. Esse documento ressalta a estrutura do ensino superior brasileiro na última década, afirmando a necessidade de que, além do ensino, haja pesquisa e extensão nas universidades brasileiras. Estrutura-base sobre a qual se sustenta a universidade na atualidade, produzindo novos conhecimentos e promovendo a responsabilidade social. Também destaca a necessidade de que, diante das dificuldades de aprendizagem dos alunos que têm tido acesso ao ensino superior, oriundos de grupos sociais anteriormente excluídos, haja um “alto grau de compromisso político e competência técnica”, já que esses alunos devem “aprender a aprender” e aprender a pensar sistemicamente (Speller, Robl & Meneghel, 2012, p. 88).

Desse modo, entre os desafios da universidade pública estão: o padrão de qualidade capaz de se adequar aos da exigência do mundo contemporâneo; o acesso à universalidade para a construção da democracia; o desenvolvimento de programas sociais relevantes para solucionar problemas nacionais (Mello, Almeida Filho & Ribeiro, 2009).

A articulação entre ciência e tecnologia e o papel significativo que o conhecimento desempenha na discussão dos principais problemas políticos da atualidade geram fortes tendências a introduzir, na produção e

disseminação do conhecimento, a lógica capitalista da propriedade privada. (p. 85) [...] e hoje é cada vez mais difundido o postulado de que sem uma intervenção política ativa, esse novo capitalismo baseado no uso intensivo do conhecimento possa ser muito mais desigual do que o capitalismo industrial tradicional. (Speller, Robl & Meneghel, 2012, p. 86)

Como anteriormente citado, a universidade brasileira precisa de uma intervenção política ativa para que não produza ainda mais desigualdades. A universidade brasileira se diferencia, significativamente, das universidades europeias e norte-americanas por causa de sua própria história. Enquanto nos países desenvolvidos a alta qualidade e a “pertinência científica” (Mello, Almeida Filho & Ribeiro, 2009, p. 2) se destacam como mais importantes; no Brasil, o engajamento social é uma necessidade para superar condições como o analfabetismo, a pobreza crônica e outros problemas sociais. A função pública de manter os valores democráticos e de desenvolver o pensamento crítico deve ser assegurada, rejeitando a competitividade e a produtividade, uma vez que, ao sucumbir à lógica do mercado, a universidade se silencia diante das injustiças e das desigualdades. (Mello, Almeida Filho & Ribeiro, 2009).

A formação do profissional do século XXI impõe a superação de uma visão puramente instrumentalista ou tecnicista do conhecimento, rejeitando os reducionismos inerentes à linearidade e fragmentação do saber. Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico. Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos criativos, críticos, empreendedores e, sobretudo, excelentes cidadãos. (Mello, Almeida Filho & Ribeiro, 2009, p. 3)

Apesar da lógica aparentemente progressista dessa formação interdisciplinar e crítica, ainda há, no documento da UNESCO e nesse discurso, um ideal neoliberal de formar sujeitos flexíveis, engajados e empreendedores, e de formar elites aptas e adaptadas ao capitalismo do conhecimento, da diversidade de dados e informações. O uso do conhecimento de forma a contribuir com uma sociedade mais justa permanece como desafio. Será possível que a universidade possa, de fato, ser, ao mesmo tempo, crítica e produtivista? Chauí (2000) afirma que, quando se fala de universidade, impossível ignorar o poder do mercado; uma universidade crítica deve questionar e criar armas de combate teórico e prático para as determinações desse mercado. A aferição meramente quantitativa do trabalho universitário, a submissão das pesquisas às agências

financiadoras e o aumento das horas-aula têm tornado a universidade uma substituição precária do ensino médio.

É necessário considerar que as leis e os documentos oficiais não são entidades transcendentais sem vínculo com a sociedade, mas expressam “um conjunto de ações sociais e políticas que exprimem, num dado momento histórico, a lógica de forças, a lógica de poder e a forma assumida pela luta de classes e a distribuição do poder na divisão social.”(Chauí, 2000, p. 51) Por isso, a lei também se torna lugar para manifestar os privilégios existentes na sociedade e para reprimir ações contrárias às forças de poder dominantes (Chauí, 2000). Um exemplo de política pública que explicita a lógica do mercado e expõe retrocessos em termos de políticas públicas historicamente construídas é o projeto para educação intitulado “Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (FUTURE-SE)”. O documento lançado no dia 17 de julho de 2019 teve por objetivo fortalecer a autonomia financeira da universidade por meio de parcerias com organizações sociais e captação de recursos próprios. Essa autonomia financeira representa uma redução de investimentos públicos nessas instituições e um maior investimento no setor privado, assim como uma maior dependência dos interesses privados em pesquisas e ações na universidade. As organizações sociais participarão da gestão das Instituições Federais, parcerias com o setor empresarial serão incentivadas e serão construídas plataformas capazes de garantir a aproximação das universidades com o setor produtivo (Brasil, 2019).

A universidade apresentada nesse documento é claramente uma organização gerida que acompanha a lógica do mercado, deixando de ser uma instituição social legítima. Todavia, diante da oposição de diversas entidades ligadas às universidades federais e aos movimentos sindicais, além de polêmicas envolvendo o atual governo e a exoneração de Abraham Weintraub, ministro da educação em exercício na época em que tal projeto de lei foi proposto, esse documento não foi aprovado e implantado nas universidades federais. No entanto, ameaças de ataque e liquidação da universidade pública tem sido práticas constantes na sociedade brasileira.

Para Menezes (2000), a universidade brasileira estaria sob ameaça de liquidação, tendo em vista as propostas de reforma no ensino universitário que submetem ao mercado seus serviços e potencialidades. Esse processo de desmonte das universidades utiliza como pretexto a baixa produtividade se comparada a outros países e a privatização do ensino público estatal. Segue-se a passos cada vez mais largos esse caminho que ameaça o verdadeiro sentido da universidade. Gianotti (1986) associa a sociedade atual e a

universidade, de modo particular, à barbárie. “A barbárie não seria, pois, retroceder ao estado dos selvagens, à abolição de qualquer legalidade, mas a dissolução dela [da universidade], sua transformação em mero expediente de domínio, instrumento *ad hoc* de controle social” (Gianotti, 1986, p. 10). Soares e Cunha (2017) defendem que a educação deve colocar o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, devendo ser crítica e inovadora. A complexidade do real e da incerteza deve fazer parte das aulas; teoria e prática precisam estar relacionadas; deve haver a construção e ressignificação do conhecimento, de atitudes e de valores presentes em sala de aula (Soares & Cunha, 2017).

A educação que privilegia a profissionalização dos alunos e que se vincula aos objetivos do mercado, visando o ágil, o eficiente e o seguro, acaba por silenciar questões fundamentais como o sentido e a gênese da educação, da universidade, da formação, do ensino e da aprendizagem. Além disso, é atitude ingênua tentar se adaptar a um mercado em processo constante de mudança, uma vez que uma profissão que existe hoje em breve não mais existirá, outras serão criadas, outras transformadas significativamente. Como consequência disso, é possível afirmar que “O predomínio da repetição, da rotina, da destreza, dos resultados, da quantidade, da eficiência e da produtividade na educação e na escola compromete a dimensão intelectual, humana e autônoma da formação” (Coêlho, 2016b, p. 49). Mais que profissionais, a universidade deve se preocupar em formar pessoas, cultivar a dúvida, o questionamento, a plena realização da vida do espírito, a autonomia, a democracia, a justiça, a igualdade; deve ensinar a pensar (Coêlho, 2016b).

1.6. Crise de sentidos da universidade: formação para que e para quem?

O livro *A crise não moderna da universidade moderna*, de Thayer (2002), aponta que a crise da universidade não é um processo tão moderno como se pensa e já vem se manifestando em diversos outros contextos históricos. Para esse autor, o moderno seria o pensamento crítico, reflexivo, acompanhado de narrativas de sentido, de filosofias de emancipação do humano. No entanto, a crise da universidade caracteriza-se como “modernização” (Thayer, 2002, p. 140) e se afasta das narrativas de sentido e das filosofias de vida, aquilo que é prático e eficiente passa a ser valorizado sem teoria que o sustente (Thayer, 2002). Para Menezes (2000), essa modernização altera o sentido da universidade pela sujeição ao mercado, que ocorre não por decreto, mas de modo introjetado. Por fim:

A modernização seria o contexto onde prolifera o ideológico, já não em função da comandância, mas de variedade, *menu* de oferta e de consumo, de enfeite simbólico, tino de *marketing* e de incidentalidade de cena. Questão de aparência de um discurso: o ideológico é derrotado em seu espessor semântico, porém recobrado, no instante seguinte, em sua leveza sintática. (Thayer, 2002, p. 141)

A crise da universidade corresponderia a uma crise de categorias que não permite a representação e a reflexão universitária sobre si mesma; a universidade não pode se representar, não tem categorias que permitam a ela uma narração que a totalize, uma sistematização de seus lugares. Essa crise está associada também à crise política da sociedade contemporânea capitalista, uma vez que a universidade e a política moderna são indissociáveis. O capitalismo opera de um modo pré-discursivo, funcionando tecnicamente sem reflexão como uma tecnologia (Thayer, 2002). “A crise do processo formativo e educacional, portanto, é uma conclusão inevitável da dinâmica atual do processo produtivo. A dissolução da formação como experiência formativa redundando no império do que se encontra formado, na dominação do existente” (Maar, 1995, p. 19).

Por fim, sobre essa crise de sentidos e falta de reflexão e crítica da sociedade, Coêlho (2016b, p. 60-61) aponta como consequência:

A não-interrogação do ser, daquilo que verdadeiramente é, a despreocupação com o sentido e a finalidade da sociedade e o não reconhecimento da existência dos conflitos e das contradições a ela inerentes e da necessidade de regulá-los, bem como da razão, da verdade, da igualdade, da autonomia e da justiça como exigências fundamentais na constituição da existência social e individual deixam o espaço livre para a instauração de um estado de profunda anomia. O que o caracteriza é o descomedimento, a ostentação e a insolência dos donos do poder e da riqueza, a insensibilidade diante do desemprego, da pobreza e da miséria, a busca de soluções individuais, o salve-se quem puder e como puder. Enfim, o esquecimento do que é constitutivo do ser mesmo, do sentido da existência humana, em sua dimensão social e individual, das implicações que daí decorrem [...].

A universidade chega a ser destacada por Foucault (1989) como uma máquina de governo, que carrega discursos, saberes, práticas, processos de subjetivação, estratégias de poder, tudo isso com objetivo de governar. Nesse sentido, ela impõe rituais de submissão promovendo o disciplinamento do corpo, naturalizando aquilo que, na realidade, possui motivos políticos e de dominação. A história da universidade acompanha a lógica de dominação da sociedade; começa na Idade Média com uma forma

de poder baseada na imposição do poder autoritário da monarquia e da igreja; na Idade Moderna, marcada por formas de poder disciplinar, sua forma de dominar é aprimorada (Thayer, 2002; Deleuze, 1990; Foucault, 1989).

Aqueles que não se submetem à dominação e ao controle e que não conseguem alcançar determinados objetivos são taxados de preguiçosos, e as conquistas acadêmicas passam a ser atribuídas ao mérito. Àquele que trabalha e estuda e não tem condições materiais e ambientais de simplesmente estudar é cobrado o mesmo desempenho do que não precisa trabalhar e que pode se dedicar completamente ao estudo. O mérito é naturalizado e influencia todas as relações presentes na sociedade, já que é considerado justo que, aos que se esforçam mais, recompensas devem ser dadas, desconsiderando o privilégio de certas classes, desconsiderando ainda que fornecer melhores condições a classes desprivilegiadas permitiria maior equidade (Souza, 2009; Giannotti, 1986). Desse modo, a universidade não é apenas docência e ensino, inclui pesquisa, prestação de serviços e modos de sociabilidade, de interação, que acabam por refletir os conhecimentos cristalizados na sociedade, dentre eles o automatismo das técnicas, a meritocracia e outras formas de controle social (Giannotti, 1986).

Essa universidade reflete os diversos discursos sociais e até mesmo os discursos dissidentes, adaptando-os ao seu modo de funcionamento, abolindo a verdadeira crítica em um processo bárbaro de civilização (Giannotti, 1986, p. 20). E é exatamente diante da crise que novas possibilidades transformadoras surgem (Giannotti, 1986). Para Resende e Roure (2012, p. 148), “Apesar de que a dominação se constitui como uma marca do sistema burguês, a essência contraditória de suas determinações permite vislumbrar a possibilidade de sua crítica e a de esperança de sua superação”.

A universidade é um lugar de luta, de contradições, de possibilidades, de formação, de questionamentos. Ela se constitui na cultura e por suas ideologias como também constitui e modela esses discursos. Como lugar de crítica e reflexão, a universidade torna-se espaço capaz de transmitir a cultura verdadeira, o saber acumulado pelas gerações anteriores; saber que permite se livrar das falsas ideias criadas com a finalidade de dominar a natureza e os homens. Com isso, ela liberta e emancipa. Em toda história da universidade, no Brasil e no mundo, ela se vê influenciada por um movimento cultural que busca a dominação e que se adapta ao mercado cada vez mais mutável, fragmentado e desumano. Esse mercado reifica as pessoas e impossibilita uma visão completa, geradora de sentido para os sujeitos. Essa lógica resulta em sofrimento,

adoecimento, e quando está vinculada à universidade cria um sofrimento específico em seus sujeitos, dentre eles nos estudantes universitários.

No entanto, há também contradições e diferenças na própria universidade que geram sofrimentos relacionados a diversos aspectos. Exemplo disso é o fato de as instituições privadas submeterem o discente à necessidade de pagar mensalidades ou manter bolsa de estudos, isso pode gerar sofrimentos específicos; há ainda a necessidade de produção científica que pode aumentar a carga de atividades em instituições públicas. Bolsas de permanência para discentes de baixa renda podem reduzir o sofrimento referente ao aspecto financeiro, permitindo uma integração melhor dos estudantes de baixa renda nesse espaço. Já a limitação de recursos financeiros pode acarretar dificuldades referentes à infraestrutura da instituição e à própria manutenção dessas bolsas de permanência. Apesar de considerar essas diferenças significativas, elas não são foco principal deste estudo, que busca analisar o sofrimento do discente na universidade e, modo mais amplo, compreendê-la em sua relação com a cultura.

Para Frigotto (2005), a escola não gera a desigualdade que é, na verdade, gerada pela própria sociedade. A escola pode reforçar ou buscar superar essas desigualdades. Por isso, é importante considerar os sujeitos que ali atuam de forma histórica e concreta, ou seja, esses sujeitos não são sem história, sem rosto, sem origem e sem classe social. Ao sofrimento do discente nessa cultura, acrescenta-se fatores específicos que compõem o perfil dos estudantes. Tavares et al. (2008) apontam que os aspectos que se relacionam ao sofrimento dos discentes em universidades são: fatores pessoais, que abrangem desde transtornos mentais, uso abusivo de substâncias e características comportamentais e de personalidade a problemas relacionados ao aspecto financeiro e à forma como esses estudantes convivem com as diferenças dentro da universidade; fatores interpessoais, que envolvem conflitos nas relações entre alunos, professores e técnicos; fatores ambientais, que abordam distanciamento da família, falta de recursos, trotes e violência nos *campi*; fatores institucionais, que têm a ver com normas legais, aspectos culturais, formação do corpo docente e técnico, presença ou não de auxílio aos estudantes e professores. Todos esses fatores se relacionam de forma complexa, multidimensional e multideterminada, estando entre si relacionados e sendo fundamental uma análise contextualizada de todos eles.

Pinho (2016) aponta que os discentes universitários da graduação estão, em sua maioria, na fase da adolescência, relacionando aspectos da idade como fator pessoal que contribui com o sofrimento. Destaca também que a adolescência é um momento crítico,

marcado, na sociedade atual, pela exploração ocupacional, relacional, e por mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Todavia, vale lembrar que a própria delimitação e existência da adolescência é fator social e construído. Esse momento é de transição para a idade adulta e a isso se soma o estresse psicológico relacionado ao ingresso na universidade e ao contexto específico em que esse discente se encontra com fatores como: saudade de casa, exigências dos cursos, falta de apoio social. Há ainda outros fatores que dependem do contexto e de aspectos socioeconômicos: estudantes que dividem o tempo de estudo com o trabalho ou alguma outra atividade remunerada, enfrentando maior sobrecarga de exigência; aqueles que dependem do transporte coletivo; outros que apresentam dificuldade financeira; sobrecarga relacionada ao gênero feminino que, muitas vezes, precisa dividir o tempo de estudo com demais exigências pessoais e sociais (Almeida et al., 2018; Souza et al., 2016).

Desse modo, a instituição universitária foi contextualizada, ressaltando o emergir da lógica organizacional em seu interior e de intuições de ensino superior (faculdades) a fim de compreender como a cultura produz nos sujeitos determinado sofrimento e quais aspectos mais específicos dessa instituição contribui para esse sofrimento. O que foi discutido anteriormente aponta que o ambiente universitário gera sofrimento nos indivíduos que compõem a comunidade universitária, principalmente professores e alunos.

No trabalho ora aqui desenvolvido, foi feito um recorte com objetivo de aprofundar na compreensão do sofrimento psíquico do discente, mesmo tendo consciência de que docentes e funcionários também vivenciam sofrimentos oriundos do contexto, do cotidiano, da realidade das universidades. No próximo capítulo, fundamentos para a compreensão do sofrimento psíquico serão buscados na tentativa de entender como ele emerge na lógica da sociedade capitalista e como se expressa, em alguma medida, nos discentes das universidades.

2. O sofrimento psíquico na sociedade

2.1. A individualidade no capitalismo

A individualidade concebida atualmente é fenômeno moderno. Na Idade Média, o coletivo se sobrepunha aos sujeitos, não havia diferenciação entre o que era público e o que era privado. Entretanto, movimentos que marcaram o surgimento da Idade Moderna como as reformas e as contrarreformas da igreja e os diversos movimentos políticos e culturais que traziam um ar de novidade à época levaram a um adensamento do “foro íntimo” (Figueiredo, 2007).

Dentre esses movimentos citados estão: o Iluminismo, movimento filosófico que pregava a necessidade do esclarecimento e do progresso pela razão, vista como guia de todas as experiências humanas; o Romantismo, movimento filosófico, literário e artístico que valoriza o sentimento e busca através dele superar a razão humana (Abbagnano, 2007). Esses movimentos, apesar de distintos, constituem a base que diferencia o público do privado. Ambos instituem a importância da experiência privada e da subjetividade privatizada como se tem hoje (Figueiredo, 2007). Tal subjetividade é caracterizada como uma “experiência de sermos capazes de decisões, sentimentos e emoções privados” (Figueiredo & Santi, 2010, p. 20) na qual ocorre uma perda de referências coletivas em função do estabelecimento de referências internas (Figueiredo & Santi, 2010).

Tanto o Iluminismo quanto o Romantismo defendem um sujeito responsável por sua própria liberdade, porém em uma sociedade que oferece diversas escolhas e as direciona por mecanismos de controle e de massificação da cultura. A liberdade do capitalismo é apenas ilusória, prevalecendo o medo em relação à própria natureza que o homem busca controlar por meio de uma racionalidade instrumental (Adorno & Horkheimer, 2014). Diante do peso dessa liberdade, o sujeito se depara com o desamparo e se submete a uma série de controle referente às próprias emoções, aos sentimentos e à imaginação, ou seja, à própria experiência privada criada por ela. Esse controle pode se manifestar como um disciplinamento dos corpos, que é dissimulado e ocultado, mas emerge na forma de um certo mal-estar e suspeita de que a liberdade e a diferença são, na realidade, apenas ilusões do sujeito (Figueiredo & Santi, 2010). Foucault (1987) afirma que a história do corpo e dos aspectos biológicos da existência é marcada pelo campo político. É esse campo que sujeita o corpo a trabalhos, que dirige, que suplicia, que o obriga a cerimônias, marcando-o de diversas formas.

O Iluminismo, por meio da ciência, busca dominar a natureza e vê o esclarecimento como possibilidade para isso, o que promoveria o progresso. Contudo, a busca por esclarecimento, conforme defende o Iluminismo, está ligada ao controle e domínio da natureza. O interesse do homem está em dominar a natureza de forma a empregá-la para seus próprios interesses e também dominar o humano. O homem, no entanto, se esquece de que ele mesmo é natureza; ao dominá-la, submete-se também à submissão. Adorno e Horkheimer (2014) explicam isso a partir do mito de Homero, localizado no duodécimo canto de Odisseia, em que ali se vislumbra o encontro de Ulisses com as sereias. Ulisses, personagem principal da obra, utiliza como estratégia para resistir ao enfeitiçador canto das sereias pedir para que os tripulantes do navio o amarrem em um mastro de forma a não poder se soltar, conforme explicitado no trecho a seguir:

As orelhas aos teus com cera tapes, Ensurdeçam de todo. Ouvi-las podes Contanto que do mastro ao longo estejas De pés e mãos atado; e se, absorvido. No prazer, ordenares que te soltem, Liguem-te com mais força os companheiros. (Homero, 2009, s.p.)

Assim, quando Ulisses e sua tripulação encontrassem as sereias, ele poderia escutar o canto delas, mas não se submeteria ao seu feitiço pois estaria amarrado; já os demais tripulantes, colocariam cera no ouvido para não ouvirem esse canto, não correndo o risco de serem seduzidos por ele. Essas estratégias visavam à autopreservação no sentido de manter sob controle os próprios desejos. Ulisses, por exemplo, escuta o canto das sereias, mas amarrado é impedido de ir ao seu encontro; diferentemente dos tripulantes, cujo som não foi ouvido, impedindo, portanto, que o encantamento ocorresse (Adorno & Horkheimer, 2014).

Essas formas de dominar a natureza e o próprio homem estão na base do sistema político e econômico do capitalismo. Exemplo disso é que o sistema mercantil, que transforma as relações humanas em relações de troca, e os interesses particulares dos produtores passam a se sobressair ao coletivo (Figueiredo & Santi, 2010). O industrialismo coisifica as almas, inculca comportamentos normatizados e acaba por manipular as massas de modo a vigiar e manter a ordem social (Adorno & Horkheimer, 2014). Na sociedade burguesa, surgem novas formas de controle ainda mais eficazes que as anteriores, como relata Souza (2009, p. 43-44, grifos do autor):

No mundo moderno, cuja legitimidade é baseada na liberdade e igualdade de seus membros, o poder não se manifesta abertamente como no passado. No passado, o pertencimento à família certa e à classe social certa dava a garantia, aceita como tal pelos dominados, de que os privilégios eram “justos” porque espelhavam a “superioridade natural” dos bem-nascidos. No mundo moderno, os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e de classe, como veremos adiante, mas sua aceitação depende de que os mesmos “apareçam”, agora, não como atributo de sangue, de herança, de algo fortuito, portanto, mas como produto “natural” do “talento” especial, como “mérito” do indivíduo privilegiado. Existiria, no mundo moderno, uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de conciliar as demandas de igualdade e liberdade. Os privilégios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado com a dominância do status de sangue, mas “desigualdades justas” porque decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo. [...] Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero “azarado”, mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por “culpa”, portanto, “escolheu” o fracasso.

Dessa forma, o controle da sociedade atualmente não é meramente externo e separado do indivíduo, mas internalizado e velado. O discurso ideológico, sustentado para manter os privilégios, é a “meritocracia”, divulgada de tal modo pelo ideário do sistema capitalista que é vista de maneira a considerar justa que aqueles que se esforcem mais recebam recompensas por isso, apesar da desigualdade de condições. Para que esse discurso funcione, o fundamental é que se esqueça que o privilégio de certas classes ocorre por aprendizado social e que esses privilégios estejam relacionados ao mérito individual. Tanto para Souza (2009) quanto para a Teoria Crítica da Sociedade, a compreensão desvinculada entre indivíduo e sociedade torna ambos abstrações e coopera com a dominação da sociedade capitalista. O eu tomado como diferente de todos os outros, isolado, iguala-se a todos. Já a coletividade que anula e nega os indivíduos, que nivela os sujeitos, também incorre em um grande erro (Adorno & Horkheimer, 2014). Conforme afirma Bolguese (2004, p. 34):

Dizer que o sujeito se constitui socialmente não significa sugerir que o homem é um mero produto da sociedade. Paradoxalmente, apenas se torna indivíduo, singular, no embate com o outro e com a cultura. Inevitavelmente marcado pelas condições biológicas de sua existência, pelas limitações de um corpo, enfim, pelos invariantes universais dos quais é portador, vê-se forçado a criar um único caminho único. Não menos universal é a sua singularidade. Ser singular reúne-o em uma categoria universal, mas também o isola e o desampara. O sujeito pode alienar-se de si mesmo tanto

a partir das explicações coletivizantes, quanto dos esconderijos ou refúgios encontrados nos limites de seu próprio corpo (limites universais).

A própria Teoria Crítica da Sociedade busca recuperar essa noção de indivíduo autônomo; pela possibilidade do sujeito de resistência, há a possibilidade de que se recupere a liberdade humana diante de um contexto que a torna mercadoria. Por isso, em um contexto de massificação da cultura, busca-se inculcar (por meio da produção em massa, das mídias e de diversos outros meios) comportamentos normatizados por meio da força da coletividade que tudo vigia e que atua em cada instância. Os indivíduos são controlados e manipulados com a finalidade de governá-los, e a autonomia precisa ser recuperada para que haja crítica e resistência (Matos, 2012; Adorno & Horkheimer, 2014). Nesse contexto de controle, todos os meios possíveis serão instrumentos para esse controle e massificação, inclusive aqueles que se referem aos aspectos mais privados e internos do sujeito. As ciências que também se relacionam a esses aspectos internos e privados podem ser usadas com a finalidade de controle. Um exemplo é a psicologia que surge, em muitos contextos, como instrumento de controle, buscando enquadrar padrões de comportamento considerados saudáveis e excluir o diferente.

2.2. O sofrimento psíquico, a disciplinarização e o controle

A psicologia se mostra como mecanismo de previsão e controle do comportamento em um contexto em que a liberdade e a diferença se revelam apenas ilusórias e a disciplinarização e o controle estão presentes até nas esferas mais íntimas do sujeito (Figueiredo & Santi, 2010). Na sociedade de controle, surgiu uma nova subjetividade pautada no “homem endividado” e no “assalariado agradecido” (Coimbra, 2012, p. 261), que, diante da quantidade de trabalhadores e da instabilidade do mercado, se tornam gratos por terem um trabalho. Além disso, essa mesma sociedade culpa aqueles que não conseguem um lugar no mercado de trabalho pela sua própria exclusão, que passam a se considerar incompatíveis e indignos dela (Coimbra, 2012).

Apenas a partir do conceito de indivíduo é possível mencionar o aspecto psicológico do ser humano e assim estudar um sofrimento que surge como psíquico, porém, muitas vezes, é tratado de forma desvinculada de seu aspecto social e político. Pavón-Cuéllar (2017) disserta a respeito de como a psicologia é usada de modo ideológico, fundamentando e naturalizando as dominações do capitalismo a partir das

doutrinas do liberalismo e do neoliberalismo. Desse modo, a psicologia do sujeito liberal que tem suas bases em Tomas Hobbes defende o homem como um ser naturalmente individualista, egoísta, centrado em seus próprios interesses. Conforme essa concepção, o homem se afasta de seu meio social e político, torna-se isolado, oculta as determinações e instituições que a sociedade lhe impõe e aparenta uma suposta indeterminação externa e autodeterminação interna.

Todavia, as ideologias e instituições que se compelem no sistema capitalista, apesar de negadas e ocultadas, passam a sobrepor-se a todas as relações. O sujeito, sobretudo aquele em condições materiais de pauperização, insegurança laboral e desemprego, acaba se vendo obrigado a servir ao capital, torna-se ele mesmo mercadoria que se vende para garantir sobrevivência. A liberdade é defendida no liberalismo e neoliberalismo, mas, na realidade, a liberdade anunciada é a de compra e venda, a liberdade da mercadoria; o homem só é considerado livre quando ele mesmo é reificado, torna-se coisa, mercadoria (Pavón-Cuéllar, 2017).

A racionalidade moderna cria esse eu abstrato que leva à reificação, só resta em sua lógica o “eu penso”. Tudo no sujeito que se refere à natureza é negado e controlado. O eu capturado pela civilização torna-se elemento inumano numa sociedade do controle, que abrange, inclusive, o domínio das relações e das emoções. O princípio do eu reduz o sujeito a simples objeto de um sistema administrado; o que se vê são seres genéricos e isolados em meio a coletividade (Adorno & Horkheimer, 2014).

O ideal de liberdade, seguido da reificação do homem, acaba o aprisionando à própria culpa, fazendo com que ele se submeta a uma constante vigilância e avaliação do próprio desempenho. O sujeito, nesse caso, se objetiva e se reduz ao quantitativo. Desse contexto emerge um sofrimento específico com a presença de ansiedade, angústia, medo, desânimo, estresse, impotência, frustração, vulnerabilidade, insegurança. Estados depressivos e *burnout* são adoecimentos comuns nesse cenário (Pavón-Cuéllar, 2017).

Além disso, torna-se imperioso compreender o movimento da sociedade e as transformações que ele aciona não apenas nas formas objetivas de organização da vida e do cotidiano, mas especialmente nas maneiras como somos impelidos a organizar nossa experiência subjetiva, nossas emoções, nossos ideais, nossas frustrações e terrores. Dificilmente alguém discordará, por exemplo, que a verdadeira epidemia de “doença do pânico” a que assistimos é uma expressão eloquente do caldo de cultura em que estamos mergulhados, hoje em dia, nas grandes metrópoles. Nossa sensibilidade, nossos padrões de reação, nossas expectativas, nosso modo de gozar e de sofrer, apesar de todas as esperanças dos reducionistas biológicos, são, em

uma imensa medida, engendrados diferencialmente em virtude das peculiaridades do mundo em que vivemos. E o mundo em que os humanos vivem é fundamentalmente um mundo intersubjetivo, um universo de significações, de cultura. (Corbisier, 2012, p. 286)

Desse modo, o sofrimento e o adoecimento dos sujeitos têm um importante caráter cultural para além de qualquer redução ao biológico. A forma de sentir e de reagir em determinada época e cultura apresenta diversas semelhanças, o que justifica a “doença de pânico” epidêmica na época atual como explicita Corbisier (2012).

Para a compreensão das principais diferenças entre sofrimento e adoecimento, é preciso entender que o psíquico em si é uma possibilidade humana que pode ser produtora de sentidos e de transformação social, mas, em uma sociedade que visa apenas remediar e silenciar a dor, o sofrimento não é escutado, não produz transformação e a existência se torna cada vez mais alienada. Com essa finalidade, a psiquiatria busca, muitas vezes, a simples eliminação do sintoma por meio de remédios psicotrópicos e, ao não ser escutado o sofrimento e ao desconsiderar todo o social adoecedor, irrompem nos sujeitos psicopatologias que manifestam o extremo sofrimento dos indivíduos nesse contexto. Ao ser novamente silenciada, e ainda categorizada, a lógica adoecedora permanece e só serve à exclusão. O adoecimento ocorre, sobretudo, do sofrimento não escutado, ou seja, alienado e que não produz sentidos ou transformação (Tavares, 2010).

Corbisier (2012) ainda acrescenta que a atmosfera cultural apresenta impiedade em relação aos que não se adequam aos padrões de beleza, eficiência e desempenho. Essa impiedade pode se apresentar no modo como a ciência moderna caminha, contexto em que os homens passaram a renunciar o sentido do conhecimento e substituí-lo pela fórmula, pela quantidade, pela calculabilidade, pela utilidade (Adorno & Horkheimer, 2014). Considerando que a universidade, como um dos locais que produz e reproduz ciência, e a sociedade que quanto mais desenvolvida mais tecnologia e ciência produz, aquela se apropria das ideologias presentes nesta. Assim, a universidade também é constituída pela cultura. E esse fato faz também com que ela seja mais do que um lócus, seja a reprodutora (muitas vezes de modo acrítico) de relações e exigências patologizantes. Por isso, os modos de sofrimento culturais também emergem em seu interior. Esse sofrimento, que é cultural, se manifesta nos indivíduos na maneira de um mal-estar. A teoria freudiana fornece subsídios para melhor compreender a relação entre esses aspectos sociais e individuais e o sofrimento psíquico.

2.3. O “mal-estar” presente na civilização

Pedrossian (2008) afirma que, para Adorno, não há relação harmônica entre psicologia social analiticamente orientada e teoria freudiana. Mas o pensamento freudiano é relevante por auxiliar na compreensão da relação entre a origem das questões psíquicas e das questões sociais, pois, conforme Freud mesmo afirma, a psicologia individual é, sobretudo, psicologia social (Freud, 1976). Nesse sentido, estabelecer relação entre a Teoria Crítica da Sociedade e a teoria freudiana não simplesmente integrá-las, mas, antes de tudo, estabelecer suas tensões e confrontá-las.

Para Sigmund Freud (1930/1929), em *O mal-estar da civilização*, para o desenvolvimento e a manutenção da civilização, é necessária a renúncia pulsional. Quanto mais desenvolvida é essa civilização mais ela exige essa renúncia e quanto maior a renúncia mais intenso são os efeitos psicológicos no sujeito, o que provoca determinado mal-estar e culpa. Esses sentimentos de mal-estar diante da própria civilização acabam se refletindo também em suas instituições, como a universidade. Para Freud, o sentimento de felicidade provém do princípio do prazer ou da satisfação de necessidades represadas, e quando essa situação de prazer se prolonga por mais tempo, a produção que se tem é de apenas contentamento, representado uma limitação na possibilidade de sentir prazer. Por isso, o sofrimento ou a infelicidade é mais facilmente experimentado que o prazer e a felicidade. Freud ainda afirma que a civilização restringe ainda mais o princípio do prazer, privando a satisfação individual em troca de reivindicações culturais. Quanto maior a renúncia instintual maior o sofrimento humano em seu interior.

Desse modo, a sociedade mais subjuga o sujeito do que permite que viva suas possibilidades desejantes. Essa sociedade, tal como é concebida atualmente, só foi possível após a ascensão da sociedade burguesa. Sua principal característica é a relação entre a sociedade e o processo de dominação presente nela, já que a própria sobrevivência nesse modelo social se pauta em dominar a natureza e organizar a vida social. A lógica de dominação torna-se, no entanto, cada vez mais sutil; a pseudociência é exemplo disso. A pseudociência aprimora argumentos que aparecem como sólidos e sustenta um viés e interesses ideológicos, disfarçando-os na neutralidade da ciência. Com isso, a partir das ciências, as tensões relacionadas aos contratos estabelecidos pela sociedade burguesa, que seriam o de propriedade e de domínio do estado legal, se naturalizam (Bolghese, 2004).

Essa naturalização é questionada pela Teoria Crítica da Sociedade, já que Adorno defende que a história deve construir-se e negar-se constantemente, partindo do ponto de

vista que nenhuma conceituação deve ser definitiva, considerando ainda o movimento constante do pensamento. Além disso, Marcuse traz em sua obra o conceito de “mais repressão” (Santana, 2017, p. 55), que se refere ao excesso de repressão gerado pelo desenvolvimento dos sistemas sociais. Segundo esse conceito, a sociedade contemporânea causaria ainda mais a infelicidade humana. Tal realidade, causadora de extremo sofrimento na sociedade capitalista, ocorreria pelo princípio do desempenho. Os indivíduos submetidos a esse princípio competem entre si de modo atroz e buscam padrões ideais, trabalham mais a cada dia com possibilidade de escolha de atividades e de funções cada vez menor. Tempo de trabalho esse que ocupa grande parte da vida do sujeito, ele trabalha para o sistema, um trabalho penoso e com poucas possibilidades de gratificação. Trabalha em alienação, não porque faz parte de sua essência e existência, mas por necessidade de sobrevivência, alimentando o sistema e não usufruindo da própria vida (Santana, 2017).

Esse trabalho alienado permanece por causa de diversos mecanismos eficientes que mantêm o sujeito adaptado a essa condição que o desumaniza. Para Pedrossian (2008), o mal-estar da cultura é proveniente do ajustamento acirrado do indivíduo ao meio social e da diminuição da própria individuação. Esse ajustamento é explicado pela manifestação da ideologia na sociedade real, uma sociedade pautada no modelo de troca que encobre seus próprios conflitos sociais por meio da ideologia. A ideologia absorvida pela realidade não desaparece; muito pelo contrário, prevalece de modo ainda mais contundente em todo processo de produção. Como afirma Crochik (2003a, p. 18 apud Pedrossian, 2008, p. 162):

O formalismo, presente na ideologia da racionalidade tecnológica, transforma o desigual em igual, o infeliz em feliz, o oprimido em livre e o injusto em justo, ao negar as condições sociais que geram a infelicidade, a opressão e a injustiça.

Esse mal-estar da cultura se intensifica ainda mais em uma sociedade tecnológica em que o sujeito econômico supostamente livre se torna objeto de organização e padronização em alta escala, bem como o avanço individual se transforma em eficiência padronizada com padrões e tarefas predeterminadas. As normas que guiam a eficiência do indivíduo são, portanto, externas, e a liberdade individual se limita à escolha do meio para se atingir um objetivo. Esse sofrimento é maquiado e normalizado pela mídia e pelos meios de comunicação que reduzem a tensão das problemáticas sociais, levando o sujeito

ao conformismo e responsabilizando-o por estar oprimido e infeliz, desconsiderando as circunstâncias sociais desumanas vividas por ele (Pedrossian, 2008).

Tavares (2010) faz uma análise dos aspectos da sociedade pós-moderna que causam esse sofrimento e disserta sobre como o contexto social e cultural modela subjetividades, empobrece relações e adocece sujeitos, a começar pela falsa sensação de liberdade que transforma todas as coisas em produtos, seguindo uma lógica mercadológica, oferecendo a cada sujeito uma diversidade de opções. Todavia, a falta de referências sólidas gera sentimento de insegurança generalizada. Tudo é transitório e assim o tempo é vivido de modo impreciso e rápido; o que hoje é, amanhã poderá não ser mais; o curso que hoje está em alta, com bons salários e muita oferta de emprego, amanhã poderá nem mesmo existir. Diante dessas inseguranças, o passado não é mais base sólida para se apoiar e se cristalizar. Todavia, nesse cenário de incerteza, também perde o sentido o projetar-se, já que tudo muda rapidamente e o futuro é visto como ameaçador. A expectativa e os medos do futuro obrigam o sujeito a manter-se num estado de constante alerta. Vive-se um contínuo presente em que tudo parece pronto e acabado e os aspectos históricos são desconsiderados.

Outra caracterização da sociedade é dada pelo termo “sociedade do espetáculo”, conceito emprestado de Debord (1997), que destaca que, na sociedade atual, o aparecer se torna mais importante do que o ser e o ter. O sujeito já não corre atrás de seus desejos de fato, mas de pseudonecessidades criadas pela mídia. Isso ocorre em uma sociedade completamente consumista, que sempre cria uma nova necessidade e, quando o sujeito alcança algo, sobram apenas sentimentos de vazio e incompletude. Nessa mesma sociedade, os sujeitos não conseguem encarar essa incompletude e buscam o silenciamento de seus conflitos. Na sociedade do consumo, o sujeito procura satisfações passageiras e substitutivas por meio do excesso de consumo, insaciável por sinal, pois nunca se alcança o real objeto de desejo (Bolguese, 2004; Tavares, 2010). Conforme trecho a seguir, que retrata o pensamento de Walter Benjamin:

Até nas conversas do dia a dia, dirá Benjamin, o dinheiro, os valores do capital, substituem o real interesse pelo bem-estar dos sujeitos que integram o diálogo. A preocupação com sentimentos é substituída por assuntos ligados ao capital. Benjamin afirma que a liberdade da conversa se está perdendo. Se antes, entre seres humano sem conversa, a consideração pelo parceiro era natural, ela é substituída pela pergunta sobre o preço de seus sapatos ou de seu guarda-chuva. Benjamin afirma que, na sua sociedade, em toda discussão entre as pessoas, o tema das condições de vida e do dinheiro é uma constante. Não há mais o interesse pelas preocupações e

sofrimentos dos indivíduos, os quais talvez pudessem fazer com que se ajudassem uns aos outros. (Benjamin, 2012c, p. 21 apud Santana, 2017, p. 48)

As lógicas do consumo, da compra e da venda de mercadorias se estendem também para as mais diversas relações interpessoais, mesmo as mais íntimas, e a quantidade sobrepõe-se à qualidade nessas relações. Em função disso, os sujeitos tornam-se individualistas e narcísicos. Assim, a sociedade experimenta um paradoxo conforme a teoria de Benjamin, em que os sujeitos agem tendo em mente o mais estreito interesse privado, particular, enquanto têm seus comportamentos cada vez mais influenciados pela massificação da cultura. Por isso, as pessoas estão cada vez mais solitárias, mesmo que acreditem fazer parte de um todo e procurem, num ritmo de vida acelerado e na publicização de suas vidas, definir-se como seres únicos, individuais (Santana, 2017).

Assim como no mito de Narciso, a sociedade atual volta-se para a aparência e para a performance, para o corpo, para o amor investido em si próprio, para a dificuldade em investir energia no outro. Freud descreve a melancolia; nela há um investimento libidinal do sujeito em seu próprio eu. Há uma melancolia que é constitutiva da própria sociedade burguesa, egoísta e voltada aos interesses individuais que se manifestam de alguma forma em seus sujeitos (Freud, 1917/1915, Bolguese, 2004; Tavares, 2010).

O mito de Narciso permite compreender melhor como o narcisismo emerge na sociedade atual e no individualismo narrado. Narciso logo ao nascer já recebe a profecia que apenas chegaria à velhice “Se não se conhecer a si próprio” (Ovídio, 2017, p. 52). Ao crescer, muitos o desejam, mas a ninguém ele se entrega. Ao rejeitar a ninfa Eco e dela escarnecer, Narciso foi amaldiçoado. A maldição consistia em que ele amaria, mas nunca possuiria aquele a quem amara. Assim, Narciso acabou apaixonando-se por seu próprio reflexo. O trecho a seguir narra parte desse mito, a admiração de Narciso pela própria imagem, causadora de sua decadência:

Sem saber, deseja-se a si próprio, e o elogiado é quem elogia; e, ao desejar, é o desejado, e junto incendeia e arde de amor. Quantas vezes beijos vão não deu àquela fonte enganadora! Quantas vezes não mergulhou os braços no meio das águas para abraçar o pescoço que vê, e não se abraçou a si mesmo! O que está a ver, não sabe; mas abrasa-se com aquilo que vê, e a mesma ilusão que engana os olhos enche-o de desejo. Crédulo, porque tentas agarrar em vão a fugidia imagem? O que desejas não existe! Sai daí e o que amas perderás! A forma que tu vês não passa de uma imagem reflectida: ela não tem substância. Contigo vem, contigo permanece, contigo parte — oh! se tu pudesses partir! (Ovídio, 2017, p. 55)

Narciso se apaixona por um reflexo, uma imagem, e acaba por morrer admirando sua própria imagem e deixando de lado todas os cuidados reais consigo mesmo, como a própria alimentação e demais cuidados fisiológicos.

O narcisismo como marca da sociedade atual é apontado por Pedrossian (2008) e tem relação com a melancolia. Ambos traços marcantes dessa sociedade. Tanto o narcisismo como a melancolia apontam para o enfraquecimento do ego e para a propensão do sujeito atual à regressão. A defesa pessoal do sujeito, nesse contexto, manifesta-se como a domesticação do corpo e da mente e a negação do desejo humano. Essas são as manifestações individuais de cobranças e conflitos que são sociais; o sofrimento do corpo e da mente se manifesta pela dominação da ideologia em uma sociedade marcada pela técnica, em que esta deixa de ser vista como meio de autoconservação e passa a ser compreendida como fim em si mesma. Com isso, a finalidade da técnica de proporcionar uma vida humana digna passa a estar encoberta e desconectada da consciência, tornando o eu fragilizado e conformista a essa dominação. Diante do desalento e da inibição, sem condições para reagir, o indivíduo manifesta sua dor existencial por meio da melancolia.

Nessa sociedade, há também os que não se encaixam e os excluídos, porém mesmo os que tentam fugir dessa lógica manifestam essa fuga usando a linguagem ou os modos de subjetivação proporcionados pela cultura; as psicopatologias que surgem são frutos das novas configurações simbólicas criadas pelos discursos sociais predominantes. Aos “estranhos” ou fracassados, o desamparo sentido é ainda maior. Esses são desde os que não conseguiram alcançar os padrões de consumo e a subjetividade que a sociedade lhe impõe àqueles que, de alguma forma, preservam sua criticidade e identidade particular mesmo ante a lógica globalizante predominante (Tavares, 2010).

A esses que fogem ao padrão, a dúvida, a culpa e o sentimento de dívida são ainda maiores do que os totalmente adaptados. Configurações patológicas de ordem narcísica, como é mesmo característica da sociedade, surgem, como os distúrbios alimentares que visam manter o corpo nos padrões exibicionistas exigidos; a doença do pânico que resulta em intensas crises de angústia; as toxicomanias que são fugas ou tentativas de auto-alienação por meio de mudanças na química corporal, ou ainda, as depressões nas quais o sujeito volta sua energia para si, tornando-se introvertido, culpando-se e sendo visto como fracassado diante dessa sociedade que busca a aparência e o espetáculo (Tavares, 2010).

Outra definição da sociedade atual é proposta por Byung-Chul Han (2015), que a nomeia como sociedade do cansaço ou sociedade do desempenho. O autor também reforça que cada época tem suas próprias enfermidades. Ainda que afirme que o aprimoramento das técnicas imunológicas reduziu o medo de pandemias em todo o mundo, embora a pandemia da Covid-19 tenha mostrado que a proteção não tem sido total, as patologias tais quais depressão, síndrome de ansiedade, síndrome de *burnout*, transtorno de *déficit* de atenção com síndrome de hiperatividade, transtorno de personalidade limítrofe, entre outras, ainda demandam intensa preocupação e manifestam-se de forma importante neste século.

Um dos fatores que tem adoecido os sujeitos, para Han (2015), tem sido o imperativo da positividade, que prega ao indivíduo a capacidade de ter todos os poderes sobre si mesmo, além do direito à felicidade e bem-estar plenos e o poder de ser e ter o que quiser, de modo ilimitado. Com a hegemonia desse ideal, quando o indivíduo entra em contato com momentos ou situações nos quais seus limites se mostram, a frustração ocorre; ou diante de sujeitos que simplesmente não se sintam encaixados nesses ideais, irrompem patologias como as anteriormente citadas (Han, 2015; Oliveira, 2018).

Além disso, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, aponta que a crise global de saúde mental se agravou ainda mais com a pandemia e com as medidas de contenção tomadas em função dela como a quarentena. Contudo,

A pandemia do Coronavírus não surge isoladamente. Ela é a expressão de um conjunto de outras crises: crise no sistema de saúde, crise cultural, crise política, crise social, crise subjetiva e existencial. Mas também e igualmente, uma crise de valores, da nossa forma de pensar, perceber, viver e ser-com-o-outro. Inicialmente, essa pandemia nos faz questionar a incapacidade de governança e a falta de visão global e cidadã de muitos governos atuais. Em um contexto como esse, quando um governo não percebe a gravidade de uma crise dessa natureza, o próprio governo já está em crise e não percebemos. De imediato, já podemos dizer: a crise na saúde pública não está separada da crise política em que vivemos, uma política que condena milhões de pessoas à pobreza, a desnutrição, aos maus-tratos, a fome, ao descaso, a falta de educação e saúde, a falta de dignidade. Estamos diante de uma pandemia do COVID-19 e de uma outra subjetiva: uma pandemia de medo. (Fonseca, 2020, p. 196)

Além do potencial adoecedor, a pandemia, ao expor uma crise cultural que já existia, evidencia a possibilidade de sua transformação ao explicitar o valor da máquina

em detrimento ao homem; da troca e da economia em detrimento à pessoa humana; da individualidade em detrimento à solidariedade. Soma-se a isso, a ausência de sentido da lógica que cobra, cada vez mais, eficiência e rapidez (Fonseca, 2020). Todavia, este trabalho não se propõe a aprofundar aspectos específicos do sofrimento causado pela Covid-19, pois as próprias obras analisadas são anteriores a esse período e uma pesquisa específica sobre o sofrimento psíquico durante a pandemia se faz necessária.

Segundo Han (2015), os sentimentos considerados negativos como raiva, tristeza e desamparo perdem potencial transformador ao serem excluídos e interditados para melhorar o desempenho dos sujeitos. Em tal sociedade, a (auto)produção, o indivíduo empreendedor da própria vida, o homem que faz a si mesmo, explicitam como o controle, antes externo, torna-se cada vez mais interiorizado, alimentando, assim, o mercado capitalista neoliberal. Essa nova configuração social produz outras formas de sofrimento: antes o louco e o delinquente eram os problemas sociais enfrentados; agora, diante da pressão excessiva por desempenho, os depressivos e os fracassados figuram como inadaptados.

Ainda, segundo o autor, nessa sociedade, em que é preciso produzir constantemente algo, não há espaço para o tédio, para a contemplação, para o aprofundamento, para a reflexão, ou mesmo, para o descanso. O tédio capaz de construir coisas novas ao invés de meramente reproduzir é visto como improdutivo; já a multitarefa, em que o sujeito faz muitas coisas ao mesmo tempo, é, desde a infância, aprendido como caminho para o sucesso. O cansaço e o esgotamento compreendidos como o mal a ser superado, às vezes, levam os sujeitos a se doparem com medicamentos que melhoram o desempenho. Diante desse contexto, os sujeitos ao invés de se tornarem cada vez mais produtivos são, a cada dia, acometidos por um cansaço psíquico, por adoecimentos que o incapacitam e por sentimentos como culpa e frustração (Han, 2015; Oliveira, 2018).

Essa sociedade, em estado permanente, conforme explicita Adorno (1995b), é caracterizada pela “falsidade total”, pela mentira e pela alienação radical num mundo administrado em que as pessoas são guiadas, cada vez mais, por ideologias que beneficiam, sobretudo, a classe dominante. Entretanto, o que Han (2015) chama de tédio, Adorno (1995b) nomeia como tempo livre ou ócio. O tédio, para Adorno, seria o estado de letargia que o tempo livre se torna diante da coação do trabalho e da rigorosa divisão do trabalho no capitalismo. O tédio, para ele, é reflexo do sempre-igual do mundo produtivo aplicado também ao tempo livre, porém quando o tempo livre é, de fato,

autônomo e não submetido à lógica repetitiva da produção ele se torna repleto de sentido e significado para o indivíduo (Adorno, 1995b).

Desse modo, para Adorno, até o tempo de lazer, na sociedade capitalista, é guiada pelo tempo de labor. A sensação de liberdade do tempo livre é falsa, uma vez que até o entretenimento na sociedade da produção se liga à própria produção e ao ideal de trabalhar incessantemente. O grande mal do século XX seria a pressa, o nervosismo e a instabilidade, já que as pessoas têm que se dedicar a algo o tempo todo. Esse fazer constante denota fuga e tentativa de proteger-se contra a ameaça da coletivização em uma sociedade de massas que padroniza gostos e pensamentos para torná-los mercadorias de consumo. Mesmo em suas relações de afeto, as pessoas foram cooptadas pelo capitalismo, perdendo sua espontaneidade. Para isso, criam-se metas, objetivos, os ritmos rápidos e as aparências são valorizados, nada foge à essa lógica (Santana, 2017). Em meio a esse cenário cultural, que adoce e faz sofrer de determinados modos, criam-se modelos classificatórios para certos comportamentos considerados patológicos como os manuais psiquiátricos. Um exemplo disso é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, que acompanha essa tentativa de normatização e conformidade presente na cultura.

2.4. Depressão: um sofrimento cultural

As primeiras versões do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) ainda consideravam os aspectos subjetivos como fundamentais para compreender os psicopatológicos, porém o modelo nosográfico, sustentado na lógica da psicofarmacologia, abandonou cada vez mais o subjetivo e se apoiou na normalização e na conformidade com a média. Abandonou-se também as definições estruturais como psicose, neurose e perversão para utilizar as noções de transtorno, desordem e distúrbio (Bolguese, 2004).

Esse manual, no capítulo sobre transtornos depressivos, começa a descrição desses transtornos da seguinte forma:

Os transtornos depressivos incluem transtorno disruptivo da desregulação do humor, transtorno depressivo maior (incluindo episódio depressivo maior), transtorno depressivo persistente (distímia), transtorno disfórico pré-menstrual, transtorno depressivo induzido por substância/medicamento, transtorno depressivo devido a outra condição médica, outro transtorno depressivo especificado e transtorno depressivo não especificado.

Diferentemente do DSM-IV, este capítulo “Transtornos Depressivos” foi separado do capítulo anterior “Transtornos Bipolares e Transtornos Relacionados”. A característica comum desses transtornos é a presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo. O que difere entre eles são os aspectos de duração, momento ou etiologia presumida. (American Psychiatric Association, 2014, p. 155)

Após uma introdução, o manual segue caracterizando cada uma dessas categorias de modo a descrever sinais e sintomas. De fato, ele não recorre às descrições psicodinâmicas da experiência humana, ou aos aspectos sociais do sofrimento, apenas parece descrever sentimentos e estados psíquicos que se tornam transtornos quando persistem ou atingem uma quantidade elevada. Por exemplo, o transtorno disruptivo da desregulação do humor tem como característica central a irritabilidade crônica grave. Essa irritabilidade se manifesta por explosões de raiva diante de frustrações que ocorrem por, pelo menos, um ano em, ao menos, dois ambientes e que são inapropriadas para o desenvolvimento; pode ainda se manifestar por um humor persistentemente irritável ou zangado. A preocupação do médico ao diagnosticar um transtorno deve ser distingui-lo de outros, e a medicação dessas condições deve ser de acordo com o transtorno que melhor se encaixe o sujeito (American Psychiatric Association, 2014).

Não há uma consideração do que socialmente possa estar causando essa irritabilidade. Desse modo, o sujeito não é visto como um ser histórico, não há uma consideração de como a sociedade capitalista possibilita a emergência de alguns desses sintomas. No entanto, aspectos como perturbações na família da criança, nas relações com os seus pares e no seu desempenho escolar são apontados como consequências do transtorno, sem levar em consideração a possibilidade de serem também causa de sua sintomatologia. No fim da descrição desse transtorno, afirma-se que sua comorbidade é alta. O transtorno disruptivo da desregulação do humor raramente se encontra de forma isolada; diversos outros transtornos já foram apontados só nessa parte do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-V) como possibilidade de diagnóstico diferencial que talvez encaixe melhor o sujeito (American Psychiatric Association, 2014). Não é objetivo deste trabalho se ater à análise do DSM-V, mas exemplificar como o discurso científico pode transformar um sofrimento, que é social, em uma patologia individual e biológica. Esse discurso culpabiliza o indivíduo, mas não permite que ele se responsabilize, já que, para haver melhora, basta o diagnóstico e o

tratamento adequados, geralmente medicamentoso, e não uma mudança real da sociedade e da cultura.

Bolguese (2004) afirma que a depressão é um termo ainda usado de forma ambígua e difusa, possuindo múltiplas significações, ora ela é usada para se referir a uma tristeza ocasional, ora para um quadro de adoecimento acentuado com indícios físicos e psíquicos clinicamente verificáveis. A utilização vaga do termo também foi apontada por Tavares (2010) quando afirma que, diante de um ideal inalcançável de bem-estar, há um excesso de diagnóstico que desconsidera o contexto cultural e social. Essa utilização indiscriminada do termo e o excesso de diagnóstico banalizam seu conceito, principalmente em uma sociedade que forma cada vez mais melancólicos e pessoas que se sentem vazias de sentido pela presença de certo mal-estar na civilização.

A própria cultura que promove determinado sofrimento e adoce, culpa o sujeito depressivo e busca formas de anestesiar as “dores” que sente, ou seja, deve-se considerar que, apesar da constante atribuição da depressão como problemática apenas interna do indivíduo, relacionada à sua própria responsabilidade e aos aspectos biológicos/orgânicos, há um mal-estar imerso na cultura que desampara a níveis insuportáveis os indivíduos. A própria medicalização da vida, feita por meio de remédios psiquiátricos, parte da venda, sobretudo, de um ideal de felicidade, não só para aqueles que sofrem um grande mal, mas também para qualquer mal-estar sentido, silenciando, com isso, o sofrimento (Tavares, 2010; Bolguese, 2004).

A expressão “medicalização” foi usada pela primeira vez por Ivan Illich (1975, p. 17). Esse termo foi cunhado como forma de alertar para a extensão do poder da medicina e de como essa ampliação de poder estava minando as possibilidades de as pessoas lidarem com a dor da vida. Tanto o termo medicalização quanto o termo patologização, citados neste trabalho, referem-se a um processo que transforma questões não médicas em doenças, distúrbios e transtornos. Por meio disso, ocultam aspectos políticos, sociais, afetivos e culturais. Dessa forma, questões sociais são transformadas em individuais e acabam servindo à culpabilização do indivíduo. Esse processo contribui para que o próprio estigma da doença exclua ainda mais os já excluídos por fatores políticos, sociais, afetivos e culturais (Conselho Federal de Psicologia, 2011). Isso se difere da medicação que pode ser importante em algum momento pela necessidade de reequilíbrio químico do organismo, sendo apenas uma das formas de auxílio para a redução do sofrimento que deve ser escutado e não silenciado ou anestesiado.

Quando considerada a definição da depressão como transtorno de humor, a própria definição do que seria humor é, em si, muito vaga. Para a medicina tradicional, humor se refere a processos biológicos e disfunções do humor ocorreriam pelo excesso ou pela falta de substâncias no corpo. Partindo de autores como Empédocles, Hipócrates, Galeno e Descartes, o humor é considerado em sua origem fisiológica. A melancolia, por exemplo, estaria associada à Bile Negra e ao mau funcionamento do fígado. Outras correntes de pensamento associam o humor a estados de ânimo ou a uma reação da consciência. Com raízes epistemológicas em Hegel, Nietzsche e Hurssel, explica-se o humor como atributo moral ou transtorno ético, fatores ignorados pela psiquiatria (Bolguese, 2004).

A primeira corrente carrega uma visão apoiada em aspectos quantitativos; a segunda, em aspectos qualitativos. Entretanto, para a psiquiatria moderna, a depressão é explicada, sobretudo, de modo a se apoiar excessivamente em aspectos biológicos, quantitativos, como problema dos mecanismos cerebrais relacionado à liberação de serotonina. Bolguese (2004) utiliza a noção de afeto em Freud para se contrapor à noção de humor da psiquiatria: o afeto como um *quantum*; a pulsão como resgate das paixões da alma. Assim, a depressão ligada ao afeto recuperaria categorias psicodinâmicas e humanas, não se limitando ao biológico e às substâncias corporais.

Na obra de Freud, a melancolia é um dos conceitos de grande relevância para a compreensão do que seria a depressão. Freud (1917/1915), em *Luto e Melancolia*, descreve os traços presentes na melancolia, dentre eles: “Desânimo profundo, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de autoestima a ponto de encontrar expressão de autorrecriminação e auto envilecimento, culminando numa perspectiva delirante de punição” (Freud, 1917/1915, p. 250). O luto possui as mesmas características da melancolia, com exceção da perturbação da autoestima. Ele descreve e diferencia o que seria o luto como um processo normal e a melancolia como uma disposição patológica. Todavia, a própria possibilidade de compará-los e diferenciá-los mostra que há entre eles muitas semelhanças, o que permite compreender a um e a outro. O luto seria uma reação normal a uma perda real que pode ser de um ente querido ou de um ideal. Em algumas pessoas, ao invés do luto normal, essas mesmas influências geram melancolia.

O luto, portanto, consiste na perda de um objeto. Diante do teste de realidade, torna-se claro que o objeto amado não existe mais, então toda libido antes nele investida é retirada das ligações com tal objeto, o que não ocorre sem oposição libidinal. Ao fim

do trabalho do luto, o ego fica livre e desinibido. Já a melancolia também consiste em uma perda objetal, mas essa é de natureza mais ideal. O objeto que se refere à essa perda pode não ter morrido de fato, mas se perdeu enquanto objeto de amor. Há casos em que a morte de fato ocorreu e o paciente tem consciência de quem ali morreu, mesmo não havendo consciência do que ele perdeu nesse alguém. Desse modo, Freud conclui que tanto no luto quanto na melancolia ocorrem uma perda; na primeira, essa perda é consciente; na segunda, ela é retirada da consciência.

Além disso, a melancolia leva a uma inibição e perda de interesse, como no luto. Contudo, a melancolia se diferencia do luto por uma perda extraordinária de autoestima e um empobrecimento do ego em grande escala. No luto, o mundo externo se torna empobrecido; na melancolia, é o próprio ego que se esvazia de sentido. Há no melancólico um delírio de inferioridade em que a pessoa vê seu ego como desprovido de valor, incapaz, desprezível; ele próprio se pune com excesso de autocritica. Essa crítica direcionada a si, na maioria das vezes, não se aplica à própria pessoa, mas se refere a um objeto amado por meio de uma identificação com esta, que é narcísica, ao se voltar para o próprio ego do sujeito. Assim, há ambivalência em relação a esse objeto ao expressar sentimentos de amor e de ódio que se digladiam na melancolia (Freud, 1917/1915).

Por meio de sintomas e reações subjetivas, os sujeitos manifestam e questionam as lógicas totalizantes da sociedade, pois esses sintomas mostram as divergências entre os anseios subjetivos e as possibilidades objetivas de existência. O sintoma também é uma solução de compromisso encontrada pelo psiquismo atendendo às finalidades do recalque, mas por uma via de satisfação substitutiva. Outro aspecto que aponta para a crítica presente na depressão é que, diante de uma sociedade que cobra excesso de produção, rapidez, eficiência e performance, o sujeito depressivo volta-se à própria reflexão e introspecção, tempo possível de subjetivação legítima e necessária diante da estrutura social que gera sofrimento, sendo uma oportunidade para o sujeito saber de si, momento no qual novas representações são criadas. A depressão, o medo, o pânico, as fobias, como componentes do *pathos*, ou seja, das paixões, mostram a necessidade do sujeito em buscar elaborar suas experiências e compreender a si mesmo, e precisam ser consideradas e escutadas (Tavares, 2010; Bolguese, 2004).

A própria frustração, o desamparo e a angústia, tão presentes em pessoas depressivas, são mesmo constitutivas da psique humana. Desde o momento em que a criança se separa da mãe e descobre-se castrada, um sentimento de perda emerge. Com isso, o sujeito percebe-se como um ser faltante por meio da alteridade (reconhecimento

do outro). O homem é um ser de conflito, de falta, e o sofrimento é humano. Ao mesmo tempo, a partir de explicações individualizantes e biologicistas, a sociedade acaba por banalizar esses sentimentos que deveriam ser colocados como forma ou possibilidade de crítica. Essa sociedade culpabiliza o indivíduo pelo mal-estar social, não permitindo que, na verdade, ele se responsabilize e se aproprie, de fato, por seu conflito e busque alterar aquilo que o faz sofrer. Posicionamento assim impede também a percepção do sujeito sobre o sofrimento constitutivo e, portanto, necessário, daquele exagerado e imposto por uma sociedade cruel e controladora. Bolguese (2004, p. 33) afirma: “Tomando a sociedade, no que se refere à rede das relações individuais, é preciso notar que a essência do homem jamais poderá ser pensada sem se considerar a natureza da sociedade e sua dinâmica”.

Para Pedrossian (2008), o problema da sociedade atual expresso tanto no narcisismo como na melancolia é o enfraquecimento do eu que diminui a capacidade de pensar sobre si e sobre o que faz, o que leva ao sofrimento, à busca por uma eficiência que se adeque a determinados padrões e à dificuldade de o sujeito reagir à exploração do capital, internalizada com o auxílio das mídias e dos meios de comunicação. Quanto mais narcisista o sujeito for, mais se torna vulnerável à dominação. Tanto o sofrimento remete às forças ideológicas como, por meio do contato com a realidade externa, é possível uma reversibilidade da dor. Além disso, é preciso fortalecer a razão em uma sociedade em que o ego (consciência) perdeu a força. Pedrossian (2008, p. 170) categoriza algumas das formas de sofrimento na atual sociedade:

Em se tratando de configurações psíquicas que a sociedade demanda para a reprodução do standard estabelecido, podemos extrair considerações fecundas a partir do que afirma Crochík (2004): 1. O indivíduo está cada vez mais se identificando com o todo social irracional, de tal modo que a regressão individual é notória; 2. As conformações narcisistas – incluindo o tipo manipulador – melancólicas, sadomasoquistas e compulsivas guardam certa relação, e estão associadas com a defesa irracional da técnica; 3. A síndrome de pânico, na atual sociedade, é decorrente de ameaças constantes; 4. A sociedade, que sacrifica seu meio cultural mediante a dominação técnica, não tem sensibilidade pelas necessidades humanas e, conseqüentemente, a cultura que propicia o narcisismo torna a totalidade sombria e melancólica.

Disso, destaca-se que a regressão causada pela identificação com o social irracional, as estruturações narcisistas, melancólicas e sadomasoquistas como reação à

técnica, a síndrome de pânico, a insensibilidade pelas necessidades humanas, são apenas algumas das configurações psíquicas encontradas nessa sociedade. Outras manifestações apontadas por Pedrossian (2008) são a claustrofobia e o tédio, que estão vinculadas e também refletem como os conflitos sociais se manifestam no âmbito individual. A claustrofobia é vista como uma sensação de enclausuramento em uma situação tão socializada e articulada que se torna difícil dela se escapar. Situação que leva a um aumento cada vez maior da raiva contra a civilização, manifestada pelo excesso de regras e pela dificuldade de romper com elas. Além disso, essa sociedade leva ao confinamento do homem em si, que é o protótipo do tédio, que também se pauta em um sistema produtivo em que o sempre-igual é valorizado e capaz de paralisar toda oposição. A rígida divisão do trabalho e a coerção presente nele se expressa até mesmo em horas de lazer numa sociedade que nega a possibilidade do ócio. Apesar dos esforços por separar trabalho e lazer, eles estão cada vez mais entrelaçados e a dominação social se faz presente em ambos. Sentimentos inúmeros mostram como a dominação é interiorizada e as contradições são impedidas de serem percebidas. As ambiguidades presentes na cultura e nos próprios conflitos psíquicos são mascaradas por meio de uma consciência feliz ou adaptada. No entanto, essa falsa consciência causa ainda mais sofrimento (Pedrossian, 2008).

2.5. O sofrimento e a constituição psíquica

Quando o sofrimento que deveria ser visto como uma possibilidade inerente à condição humana, produtora de sentidos e de transformação social, é entendido meramente como dor a ser silenciado e anestesiado por meio de remédio, então o sujeito sofre duas vezes. Sofre pela própria condição de sofrimento em que se encontra, vivendo os conflitos da sociedade capitalista como próprios; sofre ainda pela cobrança do outro social que não o aceita e o culpa, não dando ao sujeito o tempo necessário para suas próprias construções subjetivas e desvalorizando as dimensões simbólicas da vida. Assim, seguido da biologização do transtorno está sua medicalização. Para isso, quando a psiquiatria busca a simples eliminação do sintoma a partir do uso de remédios psicotrópicos, ela transforma os homens em seres controlados e controláveis, buscando livrá-lo de sua condição humana (Tavares, 2010).

Uma *depressividade* inerente à vida psíquica, que permite ao sujeito manter uma pressão para a busca de satisfação na vida, que caracterizam e dão sentido à vida humana, a depressão não deixa de ser a expressão de dificuldades internas da vida psíquica, uma perturbação gerada no entrecruzamento das disposições do sujeito e das condições atuais de vida. (Bolguese, 2004, p. 93)

Diante dessa depressividade inerente ao sujeito, a sociedade coopta aquilo que estaria a serviço da pulsão, do desejo e da mudança e a converte em um transtorno que deve ser tratado e silenciado, fazendo do homem um ser apático diante de seu próprio sofrer (Bolguese, 2004). Um sofrer que, no modelo atual de vida e de sociedade, em que público e privado se misturam, o que antes era sofrido de fora para dentro, no âmbito das relações sociais, passa a ser vivido no íntimo do sujeito, adoecendo-o.

Para Pedrossian (2008) há, nessa sociedade, vivido nesse íntimo adoecido, um enfraquecimento do ego³, conceito que, para Adorno, é dialético, no caso, psíquico e não psíquico, fragmento de libido e representante do mundo, dialética que não foi trabalhada por Freud. Esse enfraquecimento do ego é caracterizado pela perda da consciência moral enquanto reguladora dos pensamentos, dos juízos, da razão e da linguagem. O sujeito enfraquecido diminui a responsabilização por seus atos, mas internaliza um ideal que culpabiliza os indivíduos como problemáticas da cultura.

Outra conformação psíquica comum na sociedade moderna encontra-se na melancolia, em que o superego se torna lugar para o instinto de morte⁴. Como o superego relaciona-se à moralidade, como consequência “o superego super moral castiga o ego do indivíduo, e quanto mais o indivíduo controla sua agressividade, mais se torna intensa a tendência de seu ideal à agressividade contra seu ego” (Pedrossian, 2008, p. 171). Na melancolia, o grande problema é a agressividade que o sujeito volta para seu próprio ego.

O superego possui vínculo com os aspectos filogenéticos do indivíduo, representando uma história que é bem mais antiga que a história individual, pessoal, estando ela relacionada a toda espécie humana e seu processo de evolução (Freud, 1923).

³Para abordagem psicanalítica, o sujeito é constituído pelo id, ego e superego. O id é a instância psíquica mais primitiva que atende ao princípio do prazer. O ego seria a parte do id que sob a influência do meio externo busca substituir o princípio do prazer do id pelo princípio de realidade. Por fim, o superego garante a permanência da influência dos pais no sujeito, surgindo de um processo de desenvolvimento no qual a criança conhece e internaliza os valores sociais e paternos (Freud, 1923).

⁴Tanto no indivíduo como na civilização coexistem a luta entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. A civilização está a serviço da pulsão de vida, que tem a função de trazer à humanidade união entre indivíduos, famílias, raças, povos. Já a pulsão de morte seria a que se opõe a essa união, tendo como principal representante a agressividade e a hostilidade de cada um contra todos. Neste trecho do trabalho destaca-se a agressividade do indivíduo contra ele mesmo (Freud, 1930/1929).

O controle e a repressão internalizados por meio do superego, até certa medida, são necessários para a existência da civilização (Freud, 1930/1929), mas, na sociedade administrada, pautada pelo excesso de produtividade, pela massificação dos indivíduos, ela pode ser especialmente adoecedora. Sobre esse controle social, Horkheimer (1895, p. 110) aponta como o próprio conceito de ego, nessa sociedade, é vago e tem a função de dominação:

É difícil dizer precisamente o que as línguas do mundo ocidental quiseram, em qualquer época determinada, significar com o termo ego – uma noção impregnada de associações vagas. Como princípio do eu que se esforça para vencer na luta contra a natureza em geral, contra as outras pessoas em particular, e contra os seus próprios impulsos, o ego pode ser entendido como algo relacionado com as funções de dominação, comando e organização. O princípio do ego parece manifesto no braço estendido do governante, dirigindo os seus homens na marcha ou condenando o réu à execução. Espiritualmente, tem a qualidade de um raio de luz. Ao penetrar as trevas, afugenta os fantasmas da crença e do sentimento, que preferem se ocultar nas sombras. Historicamente, pertence preeminentemente a uma era de privilégio de castas, marcada pela divisão entre trabalho intelectual e manual, entre conquistadores e conquistados. Seu predomínio é patente na época patriarcal. (Horkheimer, 1985, p.110)

Dentre as explicações que ignoram as condições objetivas e de dominação na sociedade atual, tanto a explicação mais psicológica do sofrimento como as explicações biológicas ligadas à psiquiatria marcam as duas formas predominantes de se apreender esse sujeito adoecido. Em tal caso, ora se recorre a explicações unicamente fisiológicas como na psiquiatria moderna e na psicofarmacologia; ora se trabalha aspectos meramente psicológicos. No entanto, essas duas abordagens acabam sendo desenvolvidas de modo independente, sendo consideradas opostas, aspecto que revela a fragmentação com que essa temática vem sendo estudada. Não que as duas devam juntas ser consideradas, sem o devido apontamento de diferenças fundamentais, já que, considerando a própria Teoria Crítica da Sociedade, os aspectos contraditórios devem ser levados em consideração (Bolguese, 2004).

No entanto, deve-se considerar que ambas podem veicular ideologias caso ignorem as condições objetivas de existência e o controle social e político imposto na atualidade. A ideologia da depressão pauta-se na irracionalidade objetiva, pois desconsidera que a própria medicalização da vida é fator político e cultural, quer pela cultura herdada na infância que molda a constituição do sujeito, quer pela cultura

enfrentada no viver cotidiano (Bolguese, 2004). A assimilação do ideário cultural é sutil e permanente, os sujeitos se estruturam por um processo de individuação de fatores que vão além deles próprios. A medicalização da vida, por meio de psicotrópicos, acoberta as dificuldades existenciais contemporâneas que contribuem para sinalizar as mazelas do homem na civilização. A indústria cultural contribui para a massificação da ideologia da depressão como aponta o estudo de Bolguese (2004). Nele, a autora analisa os materiais de divulgação referente aos remédios para depressão. O que deveria ser um material técnico, disponibilizado para médicos a fim de conhecer determinados remédios, torna-se *marketing*, ou seja, comerciais de produtos que associam remédios psicotrópicos a imagens de alegria e de leveza.

O remédio, além de uma medicação que promove o tratamento de uma doença como a depressão, vende um ideal de felicidade, no caso, a “pílula da alegria” ou mesmo a própria alegria vista como produto de consumo, como saída para qualquer mal-estar. Os efeitos colaterais são neutralizados e o remédio já não se volta apenas àqueles que sofrem um grande mal ou estão em profunda depressão, mas se torna uso comum para a pessoa saudável que sofre os contratempos da vida ou mesmo para qualquer um que sinta algum mal-estar psíquico (Bolguese, 2004).

Até aqui foi discutido como a medicalização e a biologização veiculam ideologias e silenciam as condições objetivas da existência capazes de causar sofrimento. A contrapelo disso, o sofrimento psíquico precisa ser compreendido levando em consideração o próprio mal-estar presente na civilização e o modo como essa civilização tem influência nas conformações psíquicas e na própria forma como esse sofrimento se manifesta. Ao considerar o sofrimento psíquico na universidade, objeto deste estudo, importante destacar que, para além do sofrimento específico do contexto da universidade, há também um sofrimento presente na universidade que se relaciona à cultura.

Considerando como a própria cultura produz sofrimento em seus sujeitos, e na forma como a sociedade se organiza, oferecendo diversas opções de consumo e criando várias pseudonecessidades que mudam velozmente, o próprio mercado de trabalho também muda constantemente. Desse modo, a hipótese levantada é que uma formação meramente técnica, cujo objetivo é a adaptação ao mercado, perpetua os modos de dominação próprios da cultura, conforme trecho apresentado a seguir:

E, no entanto, ao mesmo tempo que o mundo assim se modificou, quer-se do jovem que tenha certeza de suas metas profissionais, que escolha o curso que melhor corresponda ao desenvolvimento do mercado de trabalho, a suas

capacidades e que não contradiza demais seus desejos e pendores. (Ribeiro, 2003, p. 37)

Por isso, no primeiro capítulo houve a necessidade de discorrer sobre a instituição universitária e o emergir da lógica organizacional que influencia seu funcionamento e estrutura, voltando-se para aspectos produtivos e quantitativos, além da adaptação a um mercado de trabalho cada vez mais instável. Essa formação é uma pseudoformação e contribui para a propagação de ideologias e para a criação de pseudonecessidades. Mas é também na instituição universitária, e na busca por seu sentido, que existe a possibilidade de resistência e de crítica. Ao compreender a lógica contraditória e ambígua da cultura, é possível entender como a diferença de opinião coexiste nas instituições, tendo como exemplo a universidade.

Além disso, o discurso científico presente na universidade e analisado nesta pesquisa também carrega ideologias. Às vezes, a ciência está a serviço da resistência frente aos ideais impostos pelo capitalismo, daquilo que gera sofrimento, do trabalho alienado. Isso por possibilitar a reflexão. Contudo, quando ela parte do modelo quantitativo, da necessidade constante de desempenho cobrada socialmente, da impossibilidade e mesmo culpabilização diante do ócio, a universidade também expressa a cultura adoecedora. O próprio conhecimento científico, presente na universidade e pautado na razão instrumental, pode reproduzir esses modos de dominação sobre a subjetividade humana.

O sofrimento psíquico na universidade também está fortemente relacionado ao sofrimento psíquico proveniente da crise cultural. Motivo pelo qual a discussão do segundo capítulo foi voltada ao sofrimento proveniente da cultura, que se torna importante para contextualizar o sofrimento psíquico do estudante na universidade. Partindo dessas considerações, da revisão teórica apresentada nos dois primeiros capítulos e da base teórica da Teoria Crítica da Sociedade, no terceiro capítulo, a análise recairá sobre a cultura, mais especificamente sobre o modo como a universidade e o sofrimento discente emergem nos estudos científicos.

Esse sofrimento, no recorte estudado e conforme a base bibliográfica já apresentada, refere-se à manifestação individual de uma crise e de uma falta de sentido que também é cultural e que pode estar presente na universidade, inclusive pelo excesso de cobrança por produtividade, sendo internalizada pelo sujeito e expressa no discurso científico. Mesmo diante de diversas conformações patológicas de sofrimento e mal-estar,

o recorte para a pesquisa bibliográfica deste trabalho abrangeu a depressão, o estresse, a ansiedade e os Transtornos Mentais Comuns que são as manifestações mais frequentemente encontrados na população em geral. Outras manifestações de sofrimentos psíquicos são também importantes, porém não são objetos de estudo desta pesquisa.

Assim o recorte escolhido para este estudo foca nos sofrimentos psíquicos que se apresentam mais comuns no cotidiano, inclusive sendo às vezes normalizados e considerados de modo vago, não havendo distinção clara de sua relação com o contexto cultural e nem uma maior clareza de quando esses sintomas são uma manifestação de mal-estar e sofrimento e quando se referem a um estado patológico de adoecimento. Como parte do recorte da pesquisa, esse sofrimento psíquico será estudado especialmente nos discentes universitários.

Além disso, na pesquisa aqui desenvolvida, o termo Transtornos Mentais Comuns é um conceito médico muito usado em pesquisas da área da saúde, que envolve alguns sintomas que apontam para um mal-estar (insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas), além da própria presença de um estado misto de depressão e de ansiedade (Graner & Cerqueira, 2019) tão difuso que não atinge as exigências para ser considerado transtorno psiquiátrico. Por suas características, esse conceito desperta atenção tanto da psiquiatria como da própria psicologia como um estado que merece atenção. Apesar de utilizar esse conceito como recorte desta pesquisa, o objetivo não é fazer uso cego de uma categoria que padroniza o sofrimento, antes questioná-la, apresentando esse sofrimento não como um transtorno que deve ser silenciado e medicado e, sim, como um modo em que alguns sujeitos expressam em si uma crise que é também cultural.

Por isso, no próximo capítulo, serão analisados o discurso científico sobre o sofrimento dos discentes dentro da própria universidade, um discurso a ser tencionado. Tendo como hipótese o fato de que esses estudos podem auxiliar na compreensão do sujeito que sofre, na normalização desse sofrimento, no que o causa e em como um grupo social pode manifestar mais esse sofrimento do que outros, trazendo ainda manifestações de como a cultura tem relação com esse sofrer. Mas este estudo também permite entender como a própria literatura científica imersa na cultura e na universidade pode expressar, às vezes, esse sofrer de modo quantitativo, fragmentado e vinculado à necessidade produtivista.

3. Universidade e sofrimento psíquico discente nas publicações científicas

3.1. Descrição da pesquisa e metodologia

O sofrimento psíquico presente na universidade precisa ser compreendido a partir de uma contextualização. Essa contextualização inclui a universidade com seu funcionamento, sua história, as lógicas predominantes em seu interior. Lembrando que a universidade é uma instituição social fortemente marcada pela cultura e que explicita ali seu funcionamento e jogos de força predominantes. Por isso, não se trata de uma universidade com apenas um posicionamento e ponto de vista, mas trata-se de perceber como em seu interior existe a presença de atitudes e opiniões contraditórias e conflitantes (Chauí, 2003). Conforme discutido nos capítulos anteriores, a universidade pode ser crítica, reflexiva e transformadora de si e da sociedade ou se submeter ao mercado e à lógica produtivista e meritocrática. Essa divisão entre universidade crítica e universidade produtivista é, na verdade, divisão didática, pois essas duas visões de mundo permeiam a cultura e suas instituições. Essas instituições universitárias tencionam essas lógicas a partir de diversos fatores como o fato de ela ser pública ou privada, de sua área de conhecimentos e posição geográfica, tudo isso coopera e forma cada instituição universitária e também as demais instituições de ensino superior (Chauí, 2000).

A universidade tem função social relevante por ser uma instituição reconhecida enquanto local de formação, mesmo que a formação não se limite a ela. Essa formação, conforme Adorno (1995a), refere-se à apropriação subjetiva da cultura, é aquela que busca formar sujeitos autônomos e críticos. A formação cultural não é independente da sociedade, da natureza, nem do indivíduo. Assim, a discussão sobre cultura, civilização, indivíduo e sociedade é fundamental para a Teoria Crítica da Sociedade e para a compreensão da universidade e do sofrimento de seus estudantes (Resende, 2005, p. 43) e compõe esta dissertação.

A crise de formação que muitos afirmam estar presente na universidade, constituída por uma educação que forma sujeitos adaptados e não críticos, ocorre pela conversão da formação aos interesses individuais, particulares e do mercado. Todavia, essa crise é, na realidade, não simplesmente da instituição universitária, mas de toda cultura. Considerando que a instituição escolar não possui finalidade em si mesma, tendo

relação com a formação cultural, a sociedade burguesa propõe uma formação caracterizada, sobretudo, por uma falsa formação. Essa pseudoformação integra e domestica o indivíduo, limitando-lhe o pensamento e a crítica. Contudo, a resistência a essa pseudoformação se dá a partir da formação verdadeira, crítica, e da reflexão sobre ela na universidade, possível pela presença de contradições que ali existe. Essa formação também é uma crítica à cultura, à sociedade, ao pensamento científico moderno positivista e utilitarista e aos modos de sofrimento gerados por essa universidade produtivista (Resende, 2005). Para Frigotto (2005), mesmo que a desigualdade tenha origem na sociedade, a escola pode reforçar ou contribuir para a superá-la.

A universidade envolve também o conjunto de pessoas que a constitui em toda sua diversidade. Essas pessoas realizam seus objetivos institucionais. Docentes, discentes e demais funcionários a constituem (Menezes, 2000), transformam-na e são transformados por ela. O discente universitário foi o sujeito escolhido para esta pesquisa pela necessidade de um recorte e pela motivação inicial do estudo. Motivação referente à presença de relatos de alunos sobre sofrimento, ansiedade, sintomas psicossomáticos e depressão durante a graduação e a vivências no mestrado em psicologia, além da percepção tanto em minha experiência pessoal como no relato de colegas há uma constante presença de culpa diante das atividades de lazer e de descanso, somado a um sentimento incessante de necessidade por alguma espécie de produção acadêmica.

Outro fator motivador para esta pesquisa foi a percepção da presença de um discurso meritocrático, culpabilizando o sujeito por seu próprio fracasso ou sucesso profissional, o que possibilitou levantar a hipótese de que o sofrimento psíquico relatado ou presente na universidade não está limitado a ela, mas também é pertencente à cultura. Considerando que a Teoria Crítica da Sociedade traz uma análise relevante dessa cultura, essa foi a base teórica mais adequada para a pesquisa em questão. Além disso, a razão instrumental, própria da racionalidade científica moderna, conforme apontado por essa abordagem teórica, destaca a naturalização de algumas ideologias inclusive presentes no discurso cientificista. Para uma melhor compreensão de como o discurso científico se constitui em torno do sofrimento discente, escolheu-se como amostra os anos de 2015 a 2019, buscando entender como essa temática tem sido abordada nos últimos anos pela ciência e como o ideal científico sobre o assunto vem sendo discutido

O sofrimento presente na universidade que também se relaciona ao sofrimento cultural inclui a presença de uma lógica baseada na constante produtividade, na adaptação ao mercado de trabalho, na formação técnica e pragmática e na propagação de ideologias

que massificam e dominam os indivíduos. Outro aspecto gerador de sofrimento são as contradições presentes no interior da própria sociedade capitalista, que busca absorver diversos discursos mesmo contraditórios e ambíguos de modo a neutralizá-los e massificá-los, assim perpetuando determinadas formas de dominação e dificultando a resistência a elas. Considerando essa presença da contradição na universidade, destaca-se que as cobranças e interesses ali presentes, muitas vezes, se contrapõem às vontades do indivíduo e da cultura.

Tudo isso em uma cultura que forma sujeitos narcísicos e, ao mesmo tempo, leva a um enfraquecimento do eu. A desvalorização do ócio e a exigência por eficiência estandardizadas são marcas não unicamente da universidade, mas da cultura de modo geral. Todo esse contexto gera enorme sofrimento devido à adaptação do indivíduo ao irracional, à enorme presença do narcisismo e da melancolia, à crescente crise de pânico pelo excesso de cobrança manifestado em patologias como síndrome de *burnout*, depressão, ansiedade. Desse modo, a pseudoformação, que contribui para a manutenção dessa lógica na universidade e na cultura, também faz com que esse modo de sofrimento se perpetue na universidade.

Na busca por compreender e aprofundar mais sobre o sofrimento psíquico do discente, optou-se por realizar uma pesquisa teórica-documental sistematizada para destacar o que tem sido veiculado nas pesquisas científicas a respeito dessa temática. A fonte de dados usada foi uma pesquisa em artigos, abrangendo os anos de 2015 a 2019, no SciELO e nos periódicos da CAPES. O recorte temporal escolhido foi demarcado pelos últimos cinco anos por proporcionar uma visão das últimas produções referentes à temática, possibilitando um recorte sobre como elas têm sido trabalhadas nas pesquisas mais recentes. Foram, para isso, utilizados os seguintes descritores associados: “sofrimento” e “graduação”, “sofrimento” e “formação”, “transtornos mentais comuns” e “universidade”, “saúde mental” e “graduação”.

O sofrimento psíquico do discente universitário é o objeto deste estudo, mas a universidade e os estudos sobre esse sofrimento compõem o universo da pesquisa. Como fatores de inclusão na amostra da pesquisa foram selecionados artigos que abordem especificamente o sofrimento e/ou adoecimento do estudante universitário da graduação. Esse recorte foi escolhido porque esses sujeitos expressam um sofrimento específico, que precisa ser compreendido em sua especificidade e está relacionado ao contexto da universidade. Dentre os artigos que tratam de manifestações do sofrimento, foram incluídos os que abordam especificamente Transtornos Mentais Comuns, estresse,

ansiedade ou depressão, pois são as formas de manifestação de sofrimento mais comuns encontrados na população em geral atualmente. Foram incluídos ainda artigos que destacam a presença de sofrimento discente na universidade, tendo como foco algum fator promotor da qualidade de vida. Artigos que abordam outras formas de adoecimento como abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares, suicídio, dentre outras, não serão utilizados, embora eles sejam de grande importância e expressem fatores de sofrimento. Situação que merece pesquisas específicas pela relevância de cada um desses temas, mas que, nesta pesquisa, foram critério de exclusão.

A partir da pesquisa bibliográfica, os artigos coletados foram analisados tendo por base os fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade e a fundamentação teórica realizada sobre a universidade e o sofrimento psíquico. Partiu-se, portanto, do entendimento da história, da sociedade e da cultura para a compreensão dos estudos sobre o sofrimento psíquico do discente universitário. Para uma melhor análise dos artigos selecionados, foram identificados, durante a leitura dos textos, as seguintes informações: título do artigo, ano de publicação, autores, objetivos, definição de sofrimento e de universidade, causas apontadas para o sofrimento e adoecimento na universidade. Essas informações permitiram coletar o máximo de dados capazes de contribuir para o objetivo deste trabalho, lembrando que a análise é qualitativa e tem como base a Teoria Crítica da Sociedade.

3.2. Coleta e descrição de dados

Partindo da pesquisa no SciELO, de artigos referentes aos anos de 2015 a 2019, foram encontrados: 19 (dezenove) artigos ao usar as palavras-chave associadas “sofrimento” e “graduação”; 73 (setenta e três) artigos ao usar as palavras-chave “sofrimento” e “formação”; nenhum artigo ao usar “transtornos mentais comuns” e “universidade”; 57 (cinquenta e sete) artigos ao usar “saúde mental” e “graduação” associadas. Já, nos periódicos da CAPES, considerando a mesma faixa temporal de 2015 a 2019, foram encontrados: 390 (trezentos e noventa) artigos ao usar as palavras-chave “sofrimento” e “graduação”; 512 (quinhentos e doze) ao usar “sofrimento” e “formação”; 119 (cento e dezenove) ao usar “transtornos mentais comuns” e “universidade”; 793 (setecentos e noventa e três) ao usar “saúde mental” e “graduação”.

Com a revisão sistemática da literatura, buscou-se fazer um relato da literatura com base nos artigos capazes de atender aos critérios de seleção definidos, focando a

compreensão do sofrimento na universidade e também esse sofrimento como manifestação do sofrimento na cultura. Realizou-se uma revisão dos principais conceitos, definições e teorias desse campo de investigação e uma análise de como ocorre o discurso científico sobre o sofrimento dos discentes dentro da própria universidade (Flick, 2013). Por se tratar de uma análise crítica e qualitativa, não foi foco principal do trabalho abordar aspectos quantitativos de análise, mesmo que números e porcentagens possam ser utilizados para sustentá-la.

Para a seleção dos artigos, destacou-se fatores de inclusão e de exclusão. Os fatores de inclusão abrangeram artigos que abordam especificamente o sofrimento e/ou adoecimento do estudante universitário da graduação, na universidade, incluindo Transtornos Mentais Comuns, estresse, ansiedade ou depressão. Observou-se ainda a necessidade de se incluir os artigos que, apesar de apontar a presença do sofrimento discente, focam, em sua análise, algum fator promotor da qualidade de vida. Foram fatores de exclusão demais artigos que explicitam outras formas de adoecimento como abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares, suicídio. Os fatores de inclusão e exclusão foram escolhidos conforme recorte da pesquisa, pois as manifestações definidas para inclusão no estudo referem-se aos adoecimentos que expressam sofrimento psíquico ou reações subjetivas que se apresentam mais comuns ou frequentes no cotidiano. Essas foram estudadas conforme sua relação com a cultura e como geram sofrimento.

Contudo, após uma filtragem dos artigos, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, utilizando inicialmente o título para realizar essa avaliação, e após uma seleção inicial, uma segunda seleção foi feita a partir dos resumos dos artigos a fim de avaliar a conveniência deles aos objetivos deste trabalho. Fez-se também a eliminação de duplicação de artigos presentes nas duas bases de dados pesquisadas, bem como de trabalhos não disponibilizados em seu formato completo. Nesta pesquisa, foram incluídos ainda artigos que apontam a presença de sofrimento do discente universitário, mas que focam em algum fator promotor de qualidade de vida como associativismo, que seria a participação de estudante em associações, atividades de lazer entre os universitários ou busca de auxílio psicoterapêutico. Mesmo não se encaixando nos fatores de inclusão inicial, por serem condizentes com o objetivo proposto de compreender e analisar o discurso científico sobre o sofrimento discente, essas produções foram consideradas.

Depois desse processo, foram selecionados 25 (vinte e cinco) artigos conforme apresentados na tabela a seguir:

Quadro 1 - Quadro de artigos selecionados na pesquisa bibliográfica			
Nome do artigo	Ano	Autores	Revista publicada
Discriminação e sofrimento psíquico de graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina	2015	Souza, Lemkuhl e Bastos	Revista Brasileira de Epidemiologia
Estresse e fatores associados em alunos de psicologia de uma universidade particular do sul do Brasil	2015	Vieira e Schermann	Aletheia
Impacto das piores experiências escolares em estudantes: um estudo retrospectivo sobre trauma	2015	Albuquerque e Williams	Paideia (Ribeirão Preto)
Adaptação de alunos de medicina em anos iniciais da formação	2016	Tanaka, Furlan, Branco e Valerio	Revista Brasileira de Educação Médica
As dificuldades emocionais experienciadas por acadêmicos de enfermagem na abordagem ao paciente	2016	Lima e Tavares	Revista Portuguesa de enfermagem de Saúde Mental
Caracterização da clientela de um programa de atendimento psicológico a estudantes universitários	2016	Pinho	Psicología, Conocimiento y Sociedad
Estresse entre graduandos de Enfermagem de uma universidade pública brasileira	2016	Souza, Costa, Rodrigues, Bevilaqua, Inoue e Oliveira	Investigación y Educación em Enfermería
Situações e fatores de estresse em estudantes de enfermagem na prática clínica	2016	Rodrigues, Marques, Neto, Montesinos e Oliveira	Investigacion y EducacionenEnfermeria,
Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de psicologia	2016	Andrade, Tiraboschi, Antunes, Viana, Zanoto e Curilla	Psicologia: Ciência e Profissão
Associativismo e qualidade de vida entre estudantes de graduação em odontologia	2017	Kovaleski, Neto, Spieger e Massignam	Revista CEFAC: Atualização Científica em Fonoaudiologia e Educação
Common mental disorders in medical students: a repeated cross-sectional study over six years	2017	Costa, Mendes e Andrade	Revista da Associação Médica Brasileira
Dimensões do sofrimento psíquico em estudantes universitários estrangeiros	2017	Girardi e Borges	Psico
Depression, stress and anxiety in medical students: A cross-sectional comparison between students from different semesters	2017	Moutinho, Maddalena, Roland, Lucchetti, Tibiriçá, Ezequiel e Lucchetti	Revista da Associação Médica Brasileira
Estresse em estudantes de cursos preparatórios e de graduação em medicina	2017	Santos, Maia, Faedo, Gomes, Nunes, e Oliveira	Revista Brasileira de Educação Médica
Percepção dos professores de medicina de uma escola pública brasileira em relação ao sofrimento psíquico de seus alunos	2017	Silva, Tavares, Araújo e Ribeiro	Revista Brasileira de Educação Médica
Por que no buscar la Terapia? El papel de estigma y sintomas Psicologicos em Universitarios	2017	Baptista e Zanom	Paidéia
Avaliação do apoio social e estresse em estudantes de enfermagem	2018	Almeida, Carrer, Souza e Pillon	Escola de Enfermagem da USP
A violência no ambiente universitário	2018	Godinho, Trajano, Souza, Medeiros, Catrib e Abdon.	Revista Brasileira em Promoção da Saúde

Estresse e correlatos com características de saúde e sociodemográficas de estudantes de medicina	2018	Estrela, Rezende, Guedes, Pereira, e Sousa	Revista CES Medicina
Lazer entre universitários da área da saúde: revisão de literatura	2018	Vieira, Romeira e Lima	Ciência & Saúde Coletiva
Saúde mental de ingressantes no curso médico: uma abordagem segundo o sexo	2018	Medeiros, Camargo, Barbosa e Caldeira	Revista Brasileira de Educação Médica
Alterações de saúde em estudantes de enfermagem em ano depois do ingresso no curso de graduação	2019	Silva, Costa, Mussi, Lopes, Batista e Santos	Revista da Escola de Enfermagem da USP
Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados	2019	Graner e Cerqueira	Ciência & saúde coletiva
Sintomas ansiosos e depressivos em universitários brasileiros	2019	Maltoni, Palma e Neufeld	Psico
Transtornos mentais comuns em estudantes de medicina	2019	Neponuceno, Souza e Neves	Revista Bioética

3.3. Análise da amostra

Dos artigos encontrados, 8 (oito) foram publicados em revistas das áreas de medicina ou educação médica; 7 (sete) da área de psicologia; 5 (cinco) da área de enfermagem ou educação em enfermagem; 4 (quatro) da área de saúde de modo geral e menos específico; 1 (um) da área de fonoaudiologia e educação. Todas as publicações, portanto, foram encontradas em revistas da área da saúde, mesmo quando vinculadas à educação. Essas revistas acabaram influenciando a linguagem e a forma de como esses estudos foram trabalhados, gerando o questionamento da razão de essas publicações ocorrerem nesses periódicos, ou seja, todos eles numa mesma área de conhecimento. Exceção a isso foi o artigo de Silva e Powell (2016), intitulado “Microagressões no ensino superior nas vias da educação matemática”, que pertence a área da educação vinculado à matemática, porém ele foi excluído da análise por não ter sido possível acessar o trabalho completo. Essa prevalência de artigos na área da saúde pode representar aspectos da fragmentação do conhecimento e peso da posição biomédica na saúde, pois uma hipótese a ser pensada é que tal resultado é endossado pela visão de que, por se tratar de uma temática da saúde, apenas profissionais dessa área poderiam abordar esse assunto, quando, na realidade, a saúde mental e o sofrimento psíquico perpassam o aspecto social e englobam todas as humanidades.

Quanto às terminologias usadas: 7 (sete) artigos utilizam o termo estresse e 5 (cinco) o termo sofrimento psíquico, sendo esses os mais usados. Outros estudos citam de modo específico: os Transtornos Mentais Comuns; a depressão, a ansiedade; as

alterações de saúde geral de universitários; a violência; as piores experiências escolares ou traumas; as dificuldades emocionais do universitário os aspectos ligados à adaptação do estudante universitário; a caracterização da clientela de um programa de atendimento psicológico; a qualidade de vida, o lazer. Considerando esses resultados, as questões que nortearam a discussão foram: quais os significados dos termos prevalentes nesses estudos? E qual sua relação com o presente estudo?

O ano com maior número de artigos encontrado foi o de 2017, com 7 (sete) artigos; o com menor número foi o de 2015, com apenas 3 (três). A maior parte dos trabalhos é empírica e realizada no contexto brasileiro. Exceções, por se tratarem de estudo de revisão de literatura, foram: o trabalho de Graner e Cerqueira (2019), intitulado “Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados”; o trabalho de Neponuceno, Souza e Neves (2019), intitulado “Transtornos mentais comuns em estudantes de medicina” e o trabalho de Vieira, Romeira e Lima (2018), intitulado “Lazer entre universitários da área de saúde: revisão de literatura”.

Artigos e livros que contribuíram para a análise desses 25 (vinte e cinco) artigos já selecionados foram acrescentados à discussão como parte do referencial bibliográfico, mas não como parte da amostra. Como exemplo, é possível citar: o trabalho de Vieira e Russo (2019), intitulado “*Burnout* e estresse: entre medicalização e psicologização” e o capítulo de um livro escrito por Tavares et al. (2008), intitulado “*Apoio Psicológico e social a estudantes nas universidades brasileiras*”.

Considerando a amostra da pesquisa e a seleção bibliográfica para análise, os resultados encontrados foram divididos entre aqueles que trabalham o sofrimento em si e sua prevalência e os que abordam a necessidade de apoio e tratamento para o sujeito que sofre. Dentre esses estudos, há aqueles que apontam os recursos para o enfrentamento desse sofrimento. As unidades temáticas encontradas para a análise desses artigos foram: sofrimento: principais termos e definições; o estudo do sofrimento: principais áreas e metodologias aplicadas; fatores associados ao sofrimento (indivíduo, universidade e cultura); estratégias de redução e superação do sofrimento.

3.3.1. Sofrimento: principais termos e definições

As pesquisas científicas que trabalham a temática do sofrimento psicológico no ensino superior encontram-se difusas, com a utilização de diversos termos. O estudo bibliográfico realizado selecionou artigos que tratam do sofrimento ou de transtornos

mais comuns encontrados atualmente na população em geral, que são os Transtornos Mentais Comuns, o estresse, a ansiedade ou a depressão. Esses estudos se dividem entre aqueles que trabalham o sofrimento em si, com sua presença e prevalência, ou alguma forma de patologia que surge desse sofrimento, e outros que abordam a necessidade de apoio e tratamento para o sujeito que sofre. Dentre esses estudos, há aqueles que apontam outros recursos para o enfrentamento desse sofrimento, como participar de associações e de atividades de lazer.

O termo estresse foi o mais utilizado nos artigos encontrados referentes à temática pesquisada, seguido do termo sofrimento psíquico. Outros estudos citam, de modo específico: os Transtornos Mentais Comuns, as piores experiências escolares (denominadas traumas), a adaptação do estudante universitário, as dificuldades emocionais do discente universitário, a caracterização da clientela de um programa de atendimento psicológico, a qualidade de vida, a depressão e a ansiedade, a violência, as alterações de saúde, o lazer e, por fim, o estigma relacionado à terapia.

O estresse, principal termo citado nos trabalhos, é definido como um conjunto de reações internas do organismo que se manifesta diante de situações consideradas ameaçadoras (Vieira & Sherman, 2015). O estressor seria qualquer demanda externa ou interna que esteja além dos recursos do indivíduo para lidar com aquilo. Nas palavras de Almeida et al. (2018, p. 2),

Entende-se por “estresse” ou “estressores” qualquer demanda, interna ou externa, que exceda os recursos individuais disponíveis para lidar com determinada situação. Trata-se, portanto, da relação entre o sujeito e o ambiente e da atribuição de significados aos eventos cotidianos

O estresse é conceituado como uma reação do organismo se preparando para o enfrentamento ou para a fuga de uma situação. Mudanças importantes, pressões, cobranças, alto grau de exigência de realização profissional e pessoal, diversas demandas sociais e a própria trajetória acadêmica exigem do organismo uma “adaptação” física, mental e comportamental, conforme afirmam Vieira e Schermann (2015). Dito de outro modo, o estado de tensão do organismo rompe o equilíbrio, percorrendo um conjunto de reações fisiológicas denominadas “síndrome de adaptação geral”. Essas reações são divididas nas seguintes fases: alerta, resistência, quase exaustão e exaustão (Estrela et al., 2018). Souza et al. (2016, p. 519) explicam que

Em contato com um agente estressor, na tentativa de retomar ao ponto de equilíbrio, o organismo tenta se adequar ou eliminar o problema, mas se o agente não for eliminado e/ou manejado, comprometimentos de ordem física e/ou psicológica, tais como ansiedade, depressão, insônia, hipertensão arterial, mudanças extremas de apetite e úlceras, poderão ocorrer. Os agentes estressores se fazem presentes nos mais variados segmentos sociais e são determinados por situações críticas que podem ocorrer na vida de qualquer indivíduo.

Nesse sentido, quando o agente estressor não pode ser simplesmente afastado ou quando esse afastamento traz muitas implicações, como no caso da evasão escolar na graduação, isso pode gerar diversas consequências para o sujeito. Rodrigues et al. (2016, p. 212, tradução nossa) apontam que os agentes estressores são decorrentes de: “condições que variam da mais suave estimulação desafiadora a condições severamente aversivas, vivenciadas por pessoas em situação de desequilíbrio real ou percebido frente às exigências ambientais necessárias para a sobrevivência e capacidade de sua adaptação a essas exigências”⁵. Para esses autores, o estresse crônico e excessivo causa problemas físicos, emocionais e mentais, além de diminuição da autoestima e do desempenho acadêmico.

Santos et al. (2017) alertam para um dado preocupante: 90% da população mundial é afetada pelo estresse. Para eles, além desse dado preocupante, fatores contextuais específicos, como o período pré-vestibular e o curso de medicina, são grandes causadores de estresse. Moutinho et al. (2017) destacam que o grande problema do estresse é que, além da redução da qualidade de vida, ele prejudica o aprendizado e o desempenho dos alunos da graduação. Com isso, o discurso veiculado na literatura científica é de que o sujeito precisa constantemente produzir algo, mesmo não dando conta disso.

Um viés adaptativo de que é preciso produzir algo constantemente parece permear os usos e as definições sobre o estresse ao reduzir reações que têm relação com determinado mal-estar da civilização, com diversos aspectos sociais envolvidos em reações individuais e estados adaptativos vagos que variam de suaves a desafiadoras. Conforme já abordado anteriormente, a tentativa de normatizar esse sofrimento, e mesmo

⁵“Stress results from conditions which vary from mildly challenging stimulation to severely adverse conditions,¹ experienced by people in a situation of real or perceived imbalance in relation to the environmental requirements necessary for survival, and the capacity for their adaptation to these demands” (Rodrigues et al., 2016, p. 212).

quando ele se torna adoecimento, por meio da padronização nomeada de transtornos e outras definições vagas, ignora como essas reações subjetivas manifestam o questionamento a uma lógica totalitária de sociedade e a um modo produtivista adotado nas universidades. A frustração, o desamparo e a angústia são parte do humano e as explicações biologicistas banalizam esses conflitos ao invés de permitir que eles se manifestem em todas as suas potencialidades. Além disso, ignora-se o que Pavón-Cuéllar (2017) apontou, e que já foi destacado anteriormente neste trabalho, que os próprios sintomas de ansiedade, angústia, medo, desânimo, estresse, impotência, frustração, vulnerabilidade, insegurança, e mesmo estados depressivos e *burnout*, emergem de um modo de dominação presente no modelo de sociedade capitalista.

Outros estudos usam a terminologia estresse mais na descrição da pesquisa do que como objeto de estudo ou em termos principais do recorte estudado, como fazem Medeiros et al. (2018) quando escolhem como objeto a saúde mental e afirmam dar ênfase tanto na qualidade de vida como também nos aspectos de adoecimento como os Transtornos Mentais Comuns, os sintomas depressivos, o nível de sonolência diurna e o *burnout* ou esgotamento profissional. Para eles, o estresse também é destacado e pode se associar a outros problemas de saúde, pois é responsável por mudanças no estilo de vida, assim como mudanças de hábito alimentar, alcoolismo e vida sedentária. Lima e Tavares (2016) abordam os desafios da formação em enfermagem. Esses desafios seriam, para eles, uma forma de estresse que leva a dificuldades emocionais experienciadas por acadêmicos. Tanaka et al. (2016) analisam as dificuldades de adaptação dos graduandos de medicina ao ingressarem nesse curso e apontam isso como fonte de sofrimentos desses sujeitos. A dificuldade de adaptação também faz referência ao estresse, encontrada no início e no decorrer do curso.

Todos os estudos, apontados até o momento, citam alguma relação do sofrimento com o estresse e a necessidade de adaptação do estudante, isto é, mencionam um aspecto específico como a dificuldade de adaptação diante do ingresso no curso e o estresse que acomete o aluno em todo o contexto da graduação. O estresse, nos artigos acima analisados, no entanto, define quase todo tipo de experiência de mal-estar, desde a experiência de cansaço mais corriqueira da vida ao adoecimento físico e emocional mais severo. Uma definição sobre o que seria estresse muito ampla, composta de forma geral por um estressor ou fator ambiental externo que desencadeia o estresse, a percepção ou análise subjetiva desse estresse e a resposta do estresse em si que são as reações corporais a esses estímulos estressores

Vieira e Russo (2019) aprofundam na compreensão do conceito de estresse. Para eles, esse termo está fortemente associado ao conceito de *burnout*, definido como uma síndrome psicológica causada pela exposição a um estresse laboral crônico. Ambos estão ligados ao foco exacerbado da sociedade moderna no microsocial e na individualização, além da busca por adaptação do sujeito a um sistema social irracional. Não é um individual no sentido de fortalecer o sujeito para se opor à ordem vigente, mas no sentido da adaptação do indivíduo a esse contexto adoecedor.

Em geral, os conceitos de estresse e de *burnout* podem servir tanto a uma medicalização quanto a uma psicologização dos sujeitos, sem uma escuta real daquele que sofre. A medicalização e a psicologização dos sujeitos são formas contemporâneas de discurso que se difundem no meio científico e no cotidiano das pessoas e incidem sobre a fadiga, apresentando uma visão fragmentada de homem. A medicalização tem como objetivo manter o imperialismo do modelo médico, sanitizar a população e controlar comportamentos desviantes, nomeando esses comportamentos como doença, agindo sobre componentes de campos que vão muito além da medicina em si. Assim, a compreensão biomédica invade o cotidiano e propaga uma ideia de melhoramento do sujeito em seu desempenho e produtividade (Vieira & Russo, 2019).

A psicologização, que pode ocorrer por meios diversos como a psiquiatria, a psicanálise e a psicologia, também é compreendida como uma forma indireta de medicalizar, ligada a uma coerção social internalizada e a um juízo de valor entre o que é saudável e o que é doentio, estando também ligada ao controle. Por essa razão, é possível afirmar que há um estresse “bom” que gera produtividade e há um estresse “ruim” que acarreta a improdutividade e é considerado doentio. O elo tanto da medicalização como da psicologização é a interiorização do controle, tornando-o ainda mais eficiente e disfarçando o mal-estar da civilização, bem como a agressão social do modo de vida moderno à natureza humana pela necessidade unicamente individual e subjetiva de adaptação (Vieira & Russo, 2019).

O segundo termo mais encontrado, e que também é o termo usado nesta dissertação, é sofrimento psíquico. Todavia, conforme já delimitado no capítulo 2, o termo sofrimento psíquico se refere aqui à manifestação individual de uma crise e falta de sentido que também é cultural. Os estudos analisados ressaltam diferentes definições sobre o que consideram ser sofrimento psíquico.

Souza, Lemkuhl e Bastos (2015) associam o sofrimento de universitários à discriminação, destacando-a em seu efeito patogênico. Para esses autores, a

discriminação causa sofrimento, prejudica a saúde mental, e também está associada ao estresse e aos Transtornos Mentais Comuns. Andrade et al. (2016) também utilizam o termo sofrimento psíquico, mas quando vão definir de qual sofrimento se referem focam no “distúrbio psiquiátrico menores” ou nos “Transtornos Mentais Menores”, definindo-os como: “conjuntos de manifestações de mal-estar psíquico, de caráter inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem gerar limitações” (Andrade et al., 2016, p. 833). Os autores também apontam para manifestações associadas a esse sofrimento, dentre elas a dependência química, os sintomas psicossomáticos e a evasão.

Graner e Cerqueira (2019) utilizam o termo sofrimento psíquico entendido como sinônimo de Transtornos Mentais Comuns, sem diferenciar consistentemente um do outro. Eles os definem como: “estados mistos de depressão e ansiedade, caracterizados pela presença de sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas e podem ser investigados por instrumentos de screening” (Graner & Cerqueira, 2019, p. 1328). Entretanto, neste trabalho, compreende-se que nem tudo o que causa sofrimento é, de fato, um transtorno. Como visto anteriormente, Han (2015), em *Sociedade do Cansaço*, mostra que há, na atual sociedade, uma tendência a atribuir sentimentos considerados negativos (como raiva, desamparo, tristeza, dentre outros) à necessidade de controle e de silenciamento (Han, 2015; Oliveira, 2018). Quando esses sentimentos perdem seu potencial transformador e o sujeito entra em contato com momentos ou situações nos quais seus limites se mostram e a frustração ocorre surgem patologias.

Neste trabalho, os Transtornos Mentais Comuns são caracterizados por não atingirem os critérios para serem definidos como um transtorno psiquiátrico, mas ainda sim eles têm um efeito negativo na vida das pessoas e estão associados à diminuição da qualidade de vida e à percepção negativa do ambiente universitário. Graner e Cerqueira (2019) buscam, então, identificar os fatores de risco e de proteção para esse sofrimento na literatura nacional e internacional, realizando uma revisão integrativa dela em escolas públicas e privadas, abrangendo uma grande amplitude científica. Todavia, esse estudo não tem a preocupação em discutir os fatores sociais que causam esse mal-estar na sociedade. Conforme afirmam Adorno e Horkheimer (2014), a racionalidade instrumental busca o controle dos aspectos mais internos do humano, reduzindo o eu a objetos de um sistema administrado. Para isso, ela substitui o conhecimento pela fórmula, pela quantidade e pela utilidade.

Girardi e Borges (2017) destacam o sofrimento dos universitários estrangeiros, não unicamente em termos de Transtornos Mentais Comuns, antes consequências psíquicas do processo migratório. O imigrante afastado de sua cultura de origem perde referenciais da cultura que o constitui e pela qual significa a realidade. No entanto, para eles, o sofrimento psíquico surge com a presença de estresse, ansiedade, somatização, isolamento, depressão, confusão identitária e outras, bem como sentimentos de não pertença e de inferioridade. Todos esses fatores dependem, em grande medida, do grau de apoio e de acolhimento desse imigrante na sociedade em que é recebido e de diversas características como o tempo de imigração, os recursos financeiros disponíveis, as diferenças culturais entre país de imigração e de origem e, inclusive, as características pessoais do sujeito.

Apesar de abordar o sofrimento, a maioria desses estudos também discute os Transtornos Mentais Comuns, o estresse, a depressão e a ansiedade pela perspectiva da medicina, quase não considerando o sofrimento cultural, mantendo, assim, os indivíduos controlados e adaptados. Outros autores já trabalham especificamente com essa terminologia Transtornos Mentais Comuns, dentre eles Costa, Mendes e Andrade (2017) que utilizam especificamente esse termo, conceituando-o como problemas psíquicos leves, mas que causam um grande impacto biopsíquico e social nos sujeitos ao longo dos anos. Apesar de não corresponder aos critérios diagnósticos do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-V), nem da *International Classification Disease-10th* (CID-10), esses transtornos podem comprometer o desempenho laboral e levar ao desenvolvimento de outros mais graves, tornando-se problema de saúde pública. Neponuceno, Souza e Neves (2019), apesar de também utilizarem o termo, conceituam-no vagamente, afirmando a relevância de estar atento aos problemas psicológicos e psiquiátricos dos discentes de medicina. A prevalência desses transtornos e o uso exagerado de drogas lícitas e ilícitas são colocados lado a lado como causas e causadoras de estresse, misturando os termos já abordados como prevalentes, sem maiores delimitações de sentidos.

Maltoni, Palma e Neufeld (2019) partem de estudos que destacam a existência de sintomas ansiosos e depressivos em universitários a fim de pesquisarem sua predominância. Os autores afirmam que esses sintomas vão muito além do âmbito acadêmico, impactando na vida do indivíduo e na saúde pública. Silva et al. (2019) destacam os problemas de saúde relacionados a estressores do ambiente acadêmico, dentre eles níveis maiores de estresse, sintomas depressivos, que podem inclusive evoluir

para transtornos mais graves, e diminuição da qualidade do sono. Tudo isso reduz a qualidade de vida do estudante.

A literatura científica até então analisada neste trabalho fez uso dos termos estresse, ansiedade, depressão, sofrimento e Transtornos Mentais Comuns de forma bem genérica para referir-se a um mal-estar presente na universidade. Essas terminologias podem abranger desde um sofrimento e um adoecimento extremo a uma sensação de sofrimento mais leve e “cotidiano”. A universidade ou aspectos individuais surgem aqui como fatores indispensáveis que provocam e mantêm o sofrimento. De fato, existe um sofrimento particular na universidade, mas a maioria dessas pesquisas acaba por dar pouca importância a fatores socioculturais que também geram um sofrimento específico agravado no contexto da universidade, ou seja, o macrossocial tem grande importância para a compreensão desse sofrimento. O sofrimento psíquico apresenta-se ainda, muitas vezes, como sinônimo de alguma patologia ou da presença de estresse, sendo ao sujeito necessário adaptar-se ao contexto.

Até então, a pesquisa de Girardi e Borges (2017) foi a que mais se diferenciou da lógica biologicista descrita acima, por considerar o sofrimento dos discentes oriundos do processo migratório e à violência presente nesse processo. Outros estudos destacam também a existência de uma violência na universidade. Silva et al. (2017) pesquisam sobre a percepção do sofrimento do discente de medicina por parte dos docentes, partindo da premissa de que esse sofrimento não só existe como pode ter como uma das causas de grande importância as relações que envolvem, inclusive, professores. O assédio e o *bullying*, às vezes, são negados no discurso dos docentes. Todavia, conforme resultado da pesquisa, eles seriam realizados por colegas, pacientes, residentes e também professores. Além disso, abrangeriam desde o abuso psicológico de poder ao físico. A violência é um problema social importante, ela surge tanto nas relações como também ocorre pela existência de uma violência cultural, reproduzida em determinados discursos que busca padronizar e excluir diferenças.

Albuquerque e Willians (2015) e Godinho et al. (2018) também destacam a presença da violência no ambiente universitário. Albuquerque e Willians (2015) focam o impacto psicológico da vitimização entre discentes e as relações dos sintomas do transtorno de estresse pós-traumático e as variáveis relacionadas à essa vitimização. Para esses autores, a violência pode ocorrer entre alunos, envolver professores e funcionários, e resultar em desesperança, depressão, dificuldade cognitiva e constante rememoração de eventos traumáticos. Conforme esse estudo, 85,2% dos alunos entrevistados relatam

violência relacional; 77,7% violência verbal; 50,8% violência física; 43,1% disciplina injusta; 27,9% danos materiais; 21,4% violência sexual. Situação que se mostra alarmante.

Já Godinho et al. (2018) investiga a percepção dos estudantes sobre a violência no ambiente universitário e os fatores a ela associados. Para Godinho et al., a violência impacta de forma negativa na saúde física e mental do estudante, sendo importante ser compreendida, inclusive, por uma questão de saúde pública. Dentre as formas de violência possíveis, os autores destacam o trote, o *bullying* e a homofobia. Violências que provocam consequências nas relações interpessoais, nas mudanças comportamentais, que geram danos psíquicos e diminuição da qualidade de vida. Como definição e caracterização da violência, esses autores pontuam que a violência é uma problemática social que envolve a dominação do agressor em que a vítima é submetida a muitos abusos. E afirmam:

Em face ao atual panorama brasileiro, destacadamente permeado pelo aumento gradativo da violência e seu efeito destrutivo, as instituições de ensino têm oferecido maior atenção a essas questões. As universidades buscaram desenvolver pesquisas sobre a violência, considerando que é um fenômeno social, complexo, multicausal e histórico que atinge toda a sociedade em diferentes graus. As reflexões acerca desta temática, parecem favorecer com o fomento de soluções e estratégias no sentido de minimizar o fenômeno da violência, desde que haja o envolvimento de diferentes setores e ações na operacionalização das estratégias de prevenção e intervenções. (Godinho et al., 2018, p. 2)

O termo violência destacado em diversas pesquisas apresenta maior preocupação com fatores históricos, sociais e multicausais. Conforme explicitado no trecho acima, a violência tem ganhado grande espaço no contexto brasileiro. A história também carrega e repete determinada violência. Para a Escola de Frankfurt, a sociedade da total administração carrega em si a violência e a dissimula; e essa mesma violência é marca constitutiva do progresso (Matos, 2012). Em uma sociedade que tem em seu próprio funcionamento determinada violência, as relações humanas também a possuem. A existência de violência em parte das relações entre estudantes, professores e demais atores sociais da universidade também aponta para uma violência estrutural presente na cultura.

Outro foco encontrado nos artigos pesquisados é a busca por apoio psicológico por parte dos estudantes em sofrimento. Pinho (2016) reconhece a presença do estresse e alta frequência de transtornos mentais entre estudantes universitários (depressão,

distúrbios do sono, transtornos alimentares e dificuldades de adaptação) e, por meio de uma pesquisa documental, busca identificar os motivos e as queixas que levam o universitário a buscar atendimento psicológico em uma instituição do ensino superior de Santa Catarina/Brasil. Baptista e Zanon (2017) explicam que a terapia pode reduzir o sofrimento psicológico, embora haja resistência em buscá-la. Os autores investigam as variáveis preditoras da busca por terapia, relacionando-as, inclusive, a estigmas e crenças e à presença de sintomas de ansiedade, depressão e estresse. A percepção negativa da terapia associa-se fortemente ao estigma público (o grupo considera o outro socialmente inaceitável) e ao autoestigma (percepção individual de que suas características são socialmente inadequadas).

Há também os artigos que se debruçam sobre as práticas ligadas à qualidade de vida. Kovaleski et al. (2017) explicitam a percepção da qualidade de vida relacionada à participação de estudantes universitários em associações. Qualidade de vida é aqui considerada como algo que vai além de um processo produtivo, técnico-científico, marcado pela eficiência, envolve cultura, arte, valores humanos e felicidade. Para esses autores, há respostas positivas nessa participação em associações: melhoria da autoestima e da qualidade de vida; diminuição da frequência de sentimentos negativos. As associações são definidas como organizações autônomas, voluntárias, sem finalidade de lucro e controladas por seus membros. Nesse sentido, elas promovem a cidadania, aumentam a sociabilização e fortalecem os laços coletivos, além de ampliar a participação política de seus membros, muitas vezes, com a possibilidade de representatividade de grupos excluídos e menos favorecidos.

Vieira, Romeira e Lima (2018) relacionam atividades de lazer à qualidade de vida de estudantes universitários, sendo essas atividades uma forma de ele enfrentar o sofrimento em que vive. Para além de um momento de descanso ou de diminuição da sobrecarga do dia a dia, o lazer está associado, a partir da origem grega (*licere*), a “ter o direito”, “ser permitido”. Na sociedade capitalista, o lazer foi mercantilizado, transformado em bens de consumo, passando a ser considerado superficial. Todavia, esse tempo de lazer possibilita a construção de vínculos, a corresponsabilidade e a autonomia para com a própria saúde. Os conteúdos do lazer podem ser: “físico-esportivo, artístico, manual, social e intelectual” (Vieira, Romeira & Lima, 2018, p. 4222). Podem estar relacionados ainda a conteúdos turísticos e virtuais. O estudo aponta a importância da valorização do tempo livre ou do tempo de ócio, destacando, no entanto, o risco de o lazer estar associado ao consumo excessivo de álcool nessa população. Desses estudos, é

possível concluir o papel fundamental da socialização, da participação do sujeito como agente ativo na sociedade e da necessidade, para ele, de um tempo livre.

Adorno (1955b) já destacava a importância do tempo livre para a saúde mental e afirmava que a pressa, o nervosismo e a instabilidade fazem parte do que a sociedade construiu de ruim. A necessidade de constantemente se dedicar a algo é fruto do modo de produção capitalista e acaba criando mais repetição do que possibilidade de romper com uma lógica repetitiva da cultura e criadora de uma sociedade de massas, que padroniza gostos e pensamentos, servindo ao consumo e à coisificação do homem. O entretenimento pode estar ligado não a um ócio saudável e construtivo, mas a uma apropriação do capitalismo desse tempo livre, tornando o sujeito escravo do tempo de trabalho por meio da massificação de determinadas formas de lazer.

Diante da análise das terminologias encontradas nos artigos selecionados pela pesquisa em questão, destaca-se que os termos associados ao estresse prevalecem como recorte principal ou secundário e surgem com o foco de adaptação dos sujeitos. O sofrimento psíquico se evidencia, muitas vezes, reduzido aos Transtornos Mentais Comuns e estes fazem parte de recortes específicos de outros estudos. As pesquisas que focam a violência, como as de Souza, Lemkuhl e Bastos (2015), Godinho et al. (2018), Albuquerque e Williams (2015), abrangem uma visão mais contextualizada de aspectos históricos, sociais e culturais. Há ainda as pesquisas que, por se direcionarem a aspectos de tratamento e de qualidade de vida, possibilitam compreender como melhorar, de alguma forma, esse sofrimento em âmbito mais individual, fazendo uso de terapia e usufruindo de momentos de lazer (Pinho, 2016; Baptista & Zanon, 2017; Vieira, Romeira & Lima, 2018), ou em âmbito mais coletivo participando de associações (Kavaleski et al. 2017). É importante ainda considerar como os termos estresse e Transtornos Mentais Comuns têm sido o foco de atenção dessas pesquisas na área da saúde, e como essa significação do sofrimento, que ocorre por meio dos termos usados, também contribui para a prevalência de sofrimento direcionada a aspectos individuais de adaptação e não de transformação social.

3.3.2. O estudo do sofrimento: principais áreas e metodologias aplicadas

A maior parte das pesquisas analisadas ocorreu na área da saúde e abrangeu uma lógica específica de encontrar ali a predominância do sofrimento psíquico ou da ansiedade, da depressão, dos Transtornos Mentais Comuns, da presença e fatores de

estresse. Essa lógica corresponde a um viés positivista ainda hegemônico na ciência moderna pela busca da relação causa e efeito. De modo geral, os estudos analisam o sofrimento como pertencente a uma realidade médica ou a uma realidade psicológica; os fatores sociais envolvidos nesse processo são pouco destacados.

Para Vieira e Russo (2019) tanto a medicalização como a psicologização abrangem estritamente o individual e se tornam forma de coerção ou de controle social mais internalizado. A doença (física ou psíquica, medicada ou psicologizada) se mostra um meio de regulação social do mal-estar presente na sociedade. Seu tratamento compreende o problema não como uma desordem social, mas como um mal-estar individual, buscando, assim, formar um indivíduo produtivo e adaptado. Para a Teoria Crítica da Sociedade, a racionalidade científica positivista, presente na literatura encontrada, impõe um modo específico de conhecer, aplicando procedimentos e métodos não sociais às ciências sociais e desvinculando a teoria da práxis⁶ (Matos, 2012).

Esses métodos não sociais são explicitados na obra de Horkheimer na diferenciação que faz entre as teorias tradicionais e a teoria considerada por ele como crítica. A base das teorias tradicionais se pauta nas ciências naturais que, por meio de princípios abstratos, cria leis hipotéticas e explicações causais dos fenômenos naturais. As hipóteses de um estudo devem ser testadas em laboratório, que recria, de modo artificial, o fenômeno estudado. A origem filosófica principal dessa ciência está em Descartes que defende a criação de uma longa cadeia dedutiva, a dúvida metódica e a divisão e análise da parte ao todo. As ciências sociais, contudo, mesmo com suas especificidades, copiaram esse modelo. Com um modo de funcionamento semelhante às ciências naturais, as ciências sociais acabaram por ignorar todo o contexto histórico-social de cada “objeto” isolado para estudo (Repa, 2008).

Nos artigos encontrados nesta pesquisa, o termo estresse auxilia em um estudo que isola o homem do contexto mais amplo e o torna comparável e semelhante a um objeto. Esse termo pode ser usado para qualquer experiência de mal-estar humano psicológico, mas também define, em outros contextos, objetos, sendo que o termo surgiu no domínio das ciências físicas. Diversas metáforas mecanicistas são usadas em estudos sobre o estresse, um exemplo disso é comparar a experiência humana de estresse com uma mola que, mesmo sofrendo enorme pressão, não se quebra, mas se adapta à situação

⁶ Práxis: com essa palavra (que é a transcrição da palavra grega que significa ação), a terminologia marxista designa o conjunto de relações de produção e de trabalho que constitui a estrutura social e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações (Abbagnano, 2007, p. 786).

(Vieira & Russo, 2019). O homem se torna cada vez mais comparável a “coisas”, a objetos, e por isso se faz mais mensurável ao definir variáveis como estressores, respostas ao estresse, possibilidade de avaliar subjetivamente as situações estressoras de maneira a adaptar-se melhor a cada uma delas.

Já os Transtornos Mentais Comuns, termo médico muito usado em pesquisas das ciências da saúde, são uma forma de considerar transtorno mesmo os sofrimentos mais cotidianos, enquadrando os sujeitos em sinais e sintomas mensuráveis e tratáveis, facilitando, desse modo, o controle sobre eles. A partir desses conceitos, torna-se mais fácil estabelecer variáveis para a pesquisa em termos de buscar relações causais e respostas microssociais do sofrimento, limitando uma situação mais ampla à compreensão da “ciência natural”. Esse formato de pesquisa originado nas ciências biológicas positivistas e reproduzido nas ciências sociais limita a compreensão do todo, da cultura, e estabelece uma formatação específica de pesquisar, focando aspectos quantitativos e de prevalência de sinais e de sintomas.

Dentre os estudos analisados, há aqueles que abordam aspectos como a discriminação (Souza, Lemkuhl & Bastos, 2015), a violência no contexto da universidade (Godinho et al., 2018) e o impacto das piores experiências escolares em estudantes, relacionando-as a situações traumáticas e à violência (Albuquerque & Willians, 2015), a questão da imigração e a consequência disso no estudante estrangeiro (Girardi & Borges, 2017). Essas pesquisas abrangem aspectos do sofrimento como um fenômeno social, o que permite uma compreensão mais ampla, não simplesmente partindo de aspectos biológicos e médicos, ainda que trabalhem com termos de prevalência de adoecimento e impactos na saúde dos sujeitos.

Também as pesquisas que abordam os aspectos de saúde no sujeito ao invés de focarem apenas na doença, apesar de usarem a linguagem das “ciências naturais” e biológicas, explicitam uma discussão um pouco mais alargada do que aquelas direcionadas à patologia e ao quantitativo delas. Vieira, Romeira e Lima (2018) reforçam a importância de atividades de lazer entre os universitários; Kovaleski et al. (2017) expõem a participação desses estudantes em associações, melhorando a qualidade de vida; Baptista e Zanon (2017) pontuam a importância da psicoterapia e, ao mesmo tempo, o estigma relacionado a ela, considerada forma de “tratamento” para reduzir o sofrimento psicológico.

Conforme já destacado, 8 (oito) dos artigos encontrados nesta pesquisa foram publicados em revistas das áreas de medicina ou educação médica; 7 (sete) na área de

psicologia; 5 (cinco) na área de enfermagem ou educação em enfermagem; 4 (quatro) na área de saúde de modo mais geral e menos específico e 1 (um) na área de fonoaudiologia e educação. Esses estudos na área da saúde moldam o modo como a temática é abordada, destacando, sobretudo, aspectos individuais, médicos ou psicológicos na análise de dados.

Além da predominância dos estudos na área da saúde, destaca-se que o próprio estudante é, na maior parte das vezes, dessa área, ou seja: 8 (oito) desses estudos têm como sujeito o estudante de medicina; 5 (cinco) de enfermagem; 2 (dois) de psicologia e 1 (um) de odontologia. Segundo Vieira e Schermann (2015), há uma vulnerabilidade do profissional de saúde ao estresse, mesmo durante sua formação. Pinho (2016), ao analisar o perfil do estudante que busca auxílio em um programa de atendimento a universitários, obteve como resultado o fato de que a maioria deles era da área da saúde. Esses estudos destacam, sobretudo, que aspectos como competitividade, contato com o sofrimento, dificuldade de manter o equilíbrio de tempo de lazer e trabalho, são fatores que contribuem para esse sofrimento.

Como resultado de diversos estudos analisados, pode-se destacar a predominância desse sofrimento em estudantes da área da saúde. Esses estudos ainda apontam os fatores que, nos cursos das áreas da saúde, sobretudo na medicina, estão associados ao sofrimento. Alguns autores destacam que, em cursos da área da saúde, há aspectos específicos que geram adoecimento como o contato com a dor, o sofrimento e o medo de contaminação. Também em cursos de alta performance como medicina, fatores culturais como a competitividade, o individualismo, a alta cobrança por desempenho e os discursos meritocráticos parecem surgir de modo mais claro.

O sobressalto de estudos na área da saúde, que discutem o sofrimento dos discentes, pode ser justificado pelo predomínio dessa manifestação nesses cursos ou pela compreensão da saúde envolvendo um bem-estar amplo, que também abarca aspectos psicológicos. Outra possibilidade é a tentativa de biologizar determinados sofrimentos. Para além da causa em si, foi possível perceber como essa predominância influencia no modo como a temática é tratada, cujo propósito, neste estudo, é analisar as causas do sofrimento e como isso pode auxiliar na compreensão do sofrimento discente.

3.3.3. Fatores associados ao sofrimento (indivíduo, universidade e cultura)

Conforme já abordado no capítulo 1, diversos fatores estão relacionados ao sofrimento discente. Tavares et al. (2008) apontam que os aspectos que se relacionam à

esse sofrimento em universidades são: Fatores pessoais, que vão desde transtornos mentais, uso abusivo de substâncias e características comportamentais e de personalidade, a problemas relacionados à questão financeira e à forma como cada um lida com as diferenças dentro dessa instituição. Fatores interpessoais, que envolvem conflitos nas relações entre alunos, professores e técnicos. Fatores ambientais, como distanciamento da família, falta de recursos, trotes e violência nos *campi*. Fatores institucionais, que abrangem aspectos de normas legais, aspectos culturais, formação do corpo docente e técnico, presença ou não de auxílio aos estudantes e professores. Todos esses fatores são considerados de forma complexa, multidimensional e multideterminada, estando entre si relacionados e sendo fundamental uma análise contextualizada sobre eles. Acrescenta-se aqui, como discussão mais específica deste trabalho, os fatores históricos e culturais que surgem a partir de padrões sociais de produtividade e em determinada violência que se reproduz nos discursos e na criação desses padrões.

Pinho (2016), partindo da abordagem teórica da Teoria Cognitiva-Comportamental, explicita os aspectos pessoais relacionados ao adoecimento que surgem em termos de pensamentos e crenças do indivíduo. Por exemplo, na depressão, surgem padrões de pensamentos negativos sobre si e sobre o futuro; na ansiedade, padrões cognitivos relacionados ao perigo e demais distorções cognitivas. Essa autora também reconhece que o ingresso na universidade coincide com um período de desenvolvimento importante na vida do jovem, constituindo-se em uma fase de vulnerabilidade psicológica. Por isso, o ingresso cada vez mais cedo na universidade também contribui com o fato de muitos estudantes entrarem na universidade ainda na adolescência, período marcado por mudanças biológicas e sociais.

A adolescência é um momento crítico, caracterizado pela exploração ocupacional, relacional e por mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Esse momento é de transição para idade adulta que se soma ao estresse psicológico associado ao ingresso na universidade, à saudade de casa, às exigências dos cursos, principalmente do curso de medicina, à falta de apoio social. Todos esses fatores contribuem para o adoecimento. Diante dessa fase e de tantos fatores estressores, o sujeito ainda se depara com a necessidade de definir sua profissão, algo que tem grande impacto em sua vida futura. Nesse sentido, o adoecimento ocorre de modo cada vez mais frequente. De acordo com Pinho (2016) e Calligaris (2000), o próprio conceito de adolescência possui influência de aspectos sociais.

Já, ao considerar a formação médica de uma forma mais específica, buscando compreender quais aspectos dela são causadores de sofrimento, uma vez que essa área se destaca na maior parte dos estudos pela prevalência de adoecimentos em seus discentes, destacam-se os já citados por Tavares et al. (2008) – fatores pessoais, interpessoais, ambientais e institucionais – e os culturais destacados nesta pesquisa. Conforme explicitam Neponuceno, Souza e Neves (20019, p. 446):

Como fatores de estresse na graduação médica, pode-se mencionar a competição no processo seletivo, sobrecarga de conhecimentos, excessiva carga horária, dificuldade em administrar o tempo entre as tantas atividades acadêmicas e o pouco lazer, individualismo, e a responsabilidade e expectativas sociais do papel do médico. Somam-se a isso o contato frequente com a morte e outros inúmeros processos patológicos, o medo de contrair doenças nesse contexto, sobretudo no exame físico de pacientes, o receio de cometer erros e o sentimento de impotência diante de certas doenças. [...] É difícil resolver tal contrassenso em um país como o Brasil, que culpabiliza o médico em vez de incentivar a busca das origens e soluções desse conflito que não é somente acadêmico, mas sobretudo humano e social

Na citação acima, diversos aspectos são mencionados, envolvendo dificuldade em administrar o tempo, individualismo nas relações, alta cobrança por desempenho, grande quantidade de atividades e medo de contrair doença. Esses pontos são reforçados ainda por um padrão que prefere culpar o médico a buscar a origem e a solução desses conflitos.

Para Costa, Mendes e Andrade (2017), a falta de suporte emocional, o isolamento social exigido pelo ritmo de estudo na formação médica e a expectativa de aprovação, são fatores que, principalmente, nos calouros estão associados ao adoecimento. Todavia, os Transtornos Mentais Comuns aumentaram ainda mais de forma não linear ao longo dos anos do curso de medicina, e esse aumento esteve atrelado, sobretudo, ao processo educacional. Para esses autores, a formação do médico é complexa e envolve: aspectos psicológicos da personalidade do aluno, do processo educacional e de vivências cotidianas como o contato com a morte. Isso tudo está associado ao aumento dos transtornos apontados como problema na medida em que prejudicam o desempenho laboral e podem causar outros mais graves.

Moutinho et al. (2017) vinculam a formação médica à responsabilidade e ao compromisso em tempo integral dos discentes com longas jornadas de estudo e trabalho, privação de sono, ambientes não adequados para o estudo, falta de fatores capazes de

promover a qualidade de vida. Diante desse contexto, destaca-se a predominância de sintomas de ansiedade no primeiro semestre do curso; depressivos no segundo semestre e do alto nível de estresse em todos os semestres do curso. A competitividade, o excesso de atividades e expectativas apontados até então ganham força, especialmente em uma educação que se alicerça no quantitativo e na produtividade. Esses autores também destacam o modelo de ensino que se afasta dos aspectos psicológicos e dão destaque, exclusivamente, a fatores de formação técnica e científica. Assim, nesses cursos, o desempenho se torna mais valorizado do que o equilíbrio com outras esferas da vida; os discentes sentem-se julgados e cobrados diante de expectativas e idealizações sociais, gerando determinadas formas de sofrer e de adoecer condizentes com o sofrimento cultural.

Santos et al. (2017) reconhecem o sofrimento presente durante o curso de medicina, mas também o sofrimento anterior ao ingresso nesse curso. O próprio momento anterior ao ingresso na universidade gera ansiedade, estresse e até depressão. Tais sintomas são causados pela pressão do vestibular, concorrência, intervenção de familiares e fase de desenvolvimento em que esses sujeitos estão. Em sua pesquisa, os autores pontuam que, no momento pré-vestibular, foram relatados os maiores índices de estresse. Dentre as comorbidades pesquisadas nessa fase, ganhou destaque o transtorno de humor; já entre os acadêmicos do curso de medicina, a cefaleia foi a mais mencionada. Sobre os fatores adoeceadores nos anos iniciais do curso, eles ainda acrescentam: o sistema de avaliação, as pressões por causa do tempo, a competição e os problemas financeiros causados por causa do tempo e do custo do próprio curso.

Souza et al. (2016) também apontam a presença de estímulos emocionais intensos na formação de enfermagem, pois os estudantes lidam com o cuidado, a dor, o sofrimento e a morte. Para Rodrigues et al. (2016), é importante considerar como fonte de estresse no curso de enfermagem, na prática clínica, o medo de adquirir uma infecção ou se contaminar de alguma forma através do contato com o paciente e a sobrecarga de trabalho acadêmicos. Para esses autores, alterações no projeto político pedagógico dos cursos de enfermagem deveriam ser realizadas visando à integração entre saúde física e mental e incluindo o planejamento para lidar com situações estressantes presentes nesse curso.

Para além da medicina e da enfermagem, as mesmas demandas e sofrimentos aparecem no curso de psicologia em que, dentre os elementos passíveis de gerar sofrimento, estão o contato com o sofrimento do outro e o produtivismo acadêmico, capaz de negligenciar as demais vivências dos discentes (Andrade et al., 2016). Só uma

formação crítica e uma crítica da formação e do modo como a universidade se organiza podem promover mudanças reais na lógica dessa instituição e da cultura, promovendo a saúde desses estudantes. Demais estratégias que visem meramente à adaptação e ao silenciamento de conflitos acabam por favorecer a reprodução dessa lógica e não provocam mudanças reais nos aspectos da cultura e da universidade, impondo sofrimento.

Almeida et al. (2018) também discorrem sobre essa adaptação, afirmando ser ela, no caso adaptação ao processo ensino-aprendizagem, uma preocupação constante do estudante. Esse estudante, assim, deve se adaptar a um contexto que apresenta como fatores estressores: a necessidade de relatórios, as atividades práticas de estágio, as constantes avaliações, o contato com o sofrimento humano, a limitação de tempo, os problemas financeiros, as expectativas sobre o futuro profissional, a necessidade de conciliar trabalho, família, lazer e estudo. Soma-se a isso as próprias características pessoais e sociodemográficas de cada um. Medeiros et al. (2018) ainda apresentam como queixas desses estudantes: o volume excessivo de estudos, o cansaço físico, o tempo escasso, o contato com a morte e a dor dos pacientes por se tratar de estudantes de medicina, as pressões do curso que levam a hábitos ruins como sedentarismo, consumo de álcool, hábitos alimentares inadequados, baixa qualidade do sono. Todos esses fatores associados acarretam alterações na saúde dos estudantes, evidenciando-se como potencial adoecedor (Silva et al., 2019).

Para além da simples necessidade de se adaptar a tudo isso, é importante pensar como uma educação produtivista e não crítica reproduz essa lógica e priva o indivíduo de tempo para processar as demandas da aprendizagem. Apenas pela educação crítica, com tempo para reflexão de seus sentidos, e por meio da própria possibilidade dessa reflexão, é possível vislumbrar transformações efetivas no indivíduo e na sociedade. O tempo para reflexão e para o ócio, conforme Adorno (1995b), permitem construções significativas para a pessoa, sendo importantes para o indivíduo, apesar da sociedade atual priorizar a pressa, o nervosismo e o fazer sempre-igual. Segundo Souza et al. (2016), na produção capitalista, a cobrança é incentivada e isso está presente na universidade:

As mudanças no cenário socioeconômico são marcadas pela incessante busca pela melhoria da qualidade e aumento da produtividade no trabalho, aliada a inserção de novas tecnologias. Com isso, há exigência cada vez maior por excelência no desempenho das funções laborais e sociais, além do desenvolvimento de novas habilidades e competências. Como resposta à exigência e pressão que o trabalhador é exposto, observa-se aumento de casos de adoecimento mental, em especial transtornos relacionados ao

estresse que, hodiernamente, é considerado como problema de saúde pública. (Souza et al., 2016, p. 519)

Esse sofrimento, destacado nos estudos analisados, predominantemente em cursos da área da saúde, explicitou apontamentos sobre competitividade, concorrência e padrões individualistas de relacionamentos. Esses padrões apontam para um modo de funcionamento da cultura e aspectos de determinada violência presentes na sociedade atual. Santos et al. (2017) definem a modernidade como responsável por um conjunto de características que despertam sintomas definidos como estresse. Conforme já citado, fatores históricos e sociais que emergem em padrões de produtividade, na lógica de dominação do homem sobre a natureza e sobre o próprio homem, produzem determinada violência que se reproduz nos discursos e na cultura.

Essa violência se manifesta também nas relações interpessoais e, de modo específico, na universidade. Souza, Lemkuhl e Bastos (2015) trabalham com a temática da discriminação na universidade relacionando-a, de modo geral, ao sofrimento psíquico. A discriminação é vista por esses autores como um fenômeno social e é caracterizada como um comportamento injusto para com um membro de um grupo unicamente por pertencer a esse grupo ou categoria social. Os autores destacam que, mesmo no Brasil, marcado por alto nível de miscigenação e relações sociais complexas, a discriminação se apresenta como fenômeno social de grande relevância e impacto. Esse estudo, apesar do recorte em estudantes universitários, não explicita a relação da discriminação ou do sofrimento por algum fator específico presente no contexto da universidade, mas a discriminação apresenta-se na sociedade de modo mais amplo. Diferentemente disso, Silva et al. (2017) centram-se no espaço da universidade. Para os autores, o abuso psicológico ou mesmo físico de poder advindo das relações sociais (por parte de pacientes, residentes, professores e colegas) no curso de medicina é um dos fatores de sofrimento entre discentes. No entanto, muitas vezes, esse abuso é negligenciado e a existência do *bullying* e do assédio não é reconhecida.

Outros estudos também destacaram os impactos da violência para a saúde mental. Albuquerque e Willians (2015) pesquisaram sobre a violência presente no ambiente escolar, com recorte no contexto universitário, apontando seus impactos para saúde tanto em âmbito individual quanto na dimensão de saúde pública. Godinho et al. (2018) também reconhecem a violência no contexto da universidade como um problema de saúde pública cujas consequências acarretam danos psíquicos e afetam a qualidade de vida,

tendo implicações nas relações interpessoais e promovendo ruptura de comportamentos éticos. Segundo esse estudo, os grupos mais afetados por essa violência são os obesos, homoafetivos e deficientes físicos. A maior parte das violências relatada é psicológica e ocorre entre alunos. Os cursos de fisioterapia, medicina e psicologia se destacam na percepção dessa violência por parte dos discentes.

A violência presente nas relações interpessoais também pode ser percebida na vivência de universitário estrangeiro na Universidade Federal de Santa Catarina, conforme a pesquisa de Girardi e Borges (2017). Os imigrantes afastados de seu referencial cultural de origem passam por um processo de questionamento de sua identidade e de ressignificação psíquica, tornando-se vulneráveis. Situação que provoca impactos físicos (psicossomáticos), psicológicos (ansiedade, estresse), sociais (isolamento, discriminação) e é geradora de sofrimento. Como se não bastasse a experiência de ressignificação identitária pelo qual passam e os sofrimentos relacionados à essa crise psíquica, os autores relatam a presença de um sofrimento social advindo da discriminação em função da nacionalidade desses imigrantes, a desvalorização de sua cultura ou mesmo a discriminação racial. Esse fator de violência influencia diretamente em como esses sujeitos vivenciam seu processo migratório. A discriminação envolve diversos fatores como: o país de origem da pessoa, o país de acolhimento, os recursos financeiros que possui, o tempo de imigração, a estrutura de suporte e acolhimento na universidade. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram provenientes dos seguintes países: Haiti, Colômbia, Cuba, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Panamá e Moçambique. A discriminação racial foi percebida, sobretudo, entre os estudantes de países da África e do Haiti e não percebida, de forma similar, em sujeitos de países da América Latina.

Há também uma violência presente nas cobranças por padrões de beleza e de produtividade. Essa é uma forma de violência específica da cultura e ela se manifesta na competitividade, na sobrecarga de atividades e de cobranças (Corbisier, 2012) e está presente e também é citada em diversos estudos pesquisados sobre o sofrimento do discente na universidade. De acordo com Santos et al. (2017, p. 195), “A modernidade traz consigo a busca por grandes realizações pessoais e profissionais, demandas sociais variadas, difíceis tomadas de decisão e uma ampla trajetória acadêmica, fatores que vêm despertando um conjunto de sintomas conhecidos como estresse”.

Nesse sentido, Souza et al. (2016) descrevem como o aspecto socioeconômico é capaz de levar a uma busca cada vez maior por produtividade; as pressões a que o trabalhador é exposto têm aumentado o número de casos de adoecimento, o que se torna

cada vez mais um problema de saúde pública. O “progresso” trouxe consigo seu mal-estar. Os autores acrescentam ainda que, para além do sofrimento que a cultura produz nos sujeitos, há um sofrimento específico que marca o processo de ensino-aprendizagem:

No contexto da educação, especialmente nas instituições de ensino superior, o processo de ensino e de aprendizagem, por si só, pode ser considerado um importante agente estressor. Isso porque, a busca do desenvolvimento de habilidades e a aquisição de conhecimentos requeridos pelo mercado de trabalho, exigem do discente/estudante/graduando, a adequação à diversas situações presentes e futuras, o que pode gerar crises adaptativas e conseqüentemente, alto nível de estresse. (Souza et al., 2016, p. 519)

Esses autores sinalizam uma crise adaptativa e de estresse próprias do processo de ensino-aprendizagem que, em contextos com altos padrões de exigência, controle, individualismo e competitividade, pioram a situação psíquica dos discentes. Com isso, esses discentes apresentam dificuldade em gerenciar o tempo, em conciliar o estudo com as demandas pessoais, emocionais e sociais (Souza et al., 2016). Como já foi visto até aqui, há também diversos fatores sociais, econômicos e culturais envolvidos nesse sofrimento. Graner e Cerqueira (2018) afirmam haver alguns fatores sociodemográficos mais associados ao sofrimento, sendo eles: sexo feminino, maior idade e baixa renda. Com isso, eles ressaltam que: “Esses dados reforçam que condições socioeconômicas desfavoráveis, acentuadas pela ainda vigente discriminação de gênero em muitas culturas, podem contribuir para o sofrimento psíquico” (Graner & Cerqueira, 2018, p. 1340).

Dentre todos os estudos apontados, mesmo os que chegam a citar como as dificuldades financeiras geram sofrimento, não há diferenciação ou aprofundamento sobre como isso surge de forma específica em discentes de instituições públicas e privadas. Mesmo quando essa necessidade foi apontada e reconhecida, por exemplo, um sofrimento causado por dificuldades financeiras em função do alto custo das mensalidades no curso de medicina, ou mesmo uma maior recorrência de adoecimento em quem tem necessidade de usar o transporte coletivo ou conciliar trabalho com estudo, esses fatores não são aprofundados, tampouco houve o interesse em considerar esses aspectos, inclusive para a prevenção de adoecimento (Vieira & Schermann, 2015; Souza et al., 2016). As universidades públicas se destacam no quesito inclusão por meio de cotas de grupos historicamente excluídos, fornecendo bolsas de permanência para alunos de baixa renda, bolsas de alimentação, de moradia, dentre outras, apesar de elas não darem conta da demanda, conforme afirmam Tavares et al. (2008). Já as instituições privadas

provocam sofrimento pela necessidade de o aluno pagar mensalidade ou manter bolsa de estudo. Todavia, essas diferenças precisam ser melhor investigadas em estudos específicos.

Outro aspecto analisado refere-se ao gênero de maior prevalência de sofrimento, que também se relaciona, sobretudo, ao contexto social e cultural do discente. Dentre os estudos analisados, 13 (treze) deles, ou seja, 52%, apontam a correlação entre a forma específica do sofrimento analisado e o gênero feminino. Um dos estudos mostra, inclusive, que a maior parte da clientela de um programa de atendimento psicológico a estudantes universitários é feminina. Nos demais estudos, essa variável não foi verificada e nenhum estudo encontrou correlação de predominância de sofrimento em pessoas do gênero masculino (Pinho, 2016).

Diferentemente do aspecto financeiro mais específico, os estudos em questão buscam entender qual fator do gênero feminino ganha destaque em discentes em sofrimento. A seguir são explicitados trechos sobre as principais formas de justificar, nos estudos analisados, a predominância do sofrimento na mulher:

A enfermagem, historicamente, remonta-se como profissão permeada pela figura da mulher, a qual sempre esteve associada à provisão do cuidado familiar. Esse dado tem relevância porque, a mulher, além do possível estresse vivenciado no período de formação profissional, pode também sofrer influência de fatores ainda presentes na sociedade hodierna que, apesar dos avanços, mantém resquícios históricos da hegemonia do homem como figura provedora do sustento familiar e, conseqüentemente, da própria sociedade. (Souza et al., 2016, p. 523-524)

Segundo os autores a sociedade imprime às mulheres, de maneira geral, uma sobrecarga de atividades em que a carreira (profissional ou acadêmica) é acrescida das exigências pessoais, sociais, biológicas e hormonais (como flutuações cíclicas de estrogênio e progesterona, que aumentam as respostas de estresse), as quais podem constituir fatores de risco estressores (Santos et al., 2017, p. 198)

O sexo feminino parece sofrer com níveis de estresse mais elevados do que o sexo masculino. Estes dados não são suficientes para comprovar que as mulheres são mais estressadas do que os homens, mas indicam que elas estão mais aptas a lamentarem e expressarem seus sentimentos, além de serem mais envolvidas pela vida de outras pessoas do que os homens (Estrela et al., 2019, p. 222)

As duas primeiras justificativas abrangem os aspectos sociais das relações de gênero, vinculados às pressões que uma sociedade patriarcal exerce sobre a mulher.

Pressão real presente na sociedade e que precisa ser considerada. A última forma de explicar a predominância do sofrimento em pessoas do sexo feminino destaca a questão dos sentimentos, em que a mulher é capaz de expressar melhor os sentimentos do que os homens. Todavia, isso não advém de um processo natural, mas historicamente construído, e não se pode desprezar as diferenças de cobranças e oportunidades reais da mulher. Considerando que o discurso científico carrega em si o discurso da sociedade, constituída por diversos jogos de força e de opiniões, às vezes, contraditórias, esse discurso veicula desde visões mais críticas e análises socioculturais complexas a discursos mais simplistas e generalizantes, capazes de naturalizar fatores sociais.

Assim, resumindo os resultados da revisão de literatura feita por Graner e Cerqueira (2019), referente aos fatores de risco e de proteção relacionados ao sofrimento, o que se tem é que o sofrimento encontra-se associado: a aspectos característicos sociodemográficos (com predominância no sexo feminino, maior idade e baixa renda), a condições de saúde (fatores genéticos como a existência de histórico familiar de transtornos mentais e de hábitos de saúde como o sedentarismo e o consumo exagerado de álcool), a características psicológicas (autoconhecimento, autenticidade e outros fatores individuais que incidem sobre o enfrentamento do sofrimento) e a variáveis sociais vinculadas à violência (discriminação, trote, bullying).

Outro fator importante a ser analisado nesses estudos e que auxilia na compreensão do sofrimento na universidade é a possibilidade de atendimento ou de promoção de uma maior qualidade de vida para os discentes. Daí emerge também a viabilidade crítica à lógica dessa instituição capaz de possibilitar a resistência ao adoecimento, que não se limita a esse espaço formativo, tendo também relação mais geral e contextualizada com a cultura. Só pela crítica e pela reflexão é possível superar os discursos que naturalizam e simplificam o sofrimento, culpando os indivíduos e não gerando uma responsabilização ou autonomia para que, de fato, promovam a real mudança.

Foi possível compreender na análise dos artigos selecionados diversos fatores relacionados ao sofrimento psíquico do discente na universidade, que abrangem aspectos individuais, assim como aspectos especificamente relacionados à universidade, bem como aspectos culturais. Grupos historicamente excluídos e vítimas de discriminação ainda apresentam sofrimentos específicos.

3.3.4 Estratégias de redução e superação do sofrimento

Dentre as possibilidades de suporte aos estudantes em sofrimentos, Neponuceno, Souza e Neves (2019) defendem a necessidade de implantar programas de atendimento e suporte psicológico, um exemplo citado por esses autores como modelo a ser implantado é o da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, que conta com o Núcleo de Apoio ao Estudante de Medicina (Naem) e o Programa Saudavelmente (para atendimento do discente com risco ou sofrimento psíquico em todas as unidades). Este está ligado à pró-reitoria que cuida de assuntos comunitários. Mesmo que esses programas ainda não consigam atender toda a demanda da universidade, são ações relevantes nesse contexto.

Essas ações, no entanto, demandam investimento e o cerceamento presente na universidade, sobretudo nas públicas, também é apontado nas pesquisas sobre o sofrimento discente como algo que dificulta a melhoria desses programas de atendimentos psicológicos aos discentes em sofrimento. Andrade et al. (2016, p. 832) explicam que

As universidades públicas paulistas atravessam a pior crise de sua história, com gastos com pessoal muito acima do permitido pela legislação. As universidades federais não se encontram em situação mais favorável. Nestes tempos, em que cortes e contingenciamentos, demissão voluntária para servidores técnicos e administrativos, terceirização do setor administrativo, avaliação de desempenho com vistas a modificações nos regimes de trabalho ou até mesmo a exoneração de docentes são as palavras de ordem na gestão destas universidades, o atendimento ao aluno em suas necessidades fundamentais é deixado em último plano.

Mesmo que Andrade et al. (2016) se refiram, especificamente, à universidade pública paulista, esse cerceamento está presente em nível nacional nas instituições públicas de ensino, limitando também ações de bolsa moradia, alimentação e permanência para estudantes de baixa renda. Essas bolsas nas universidades públicas reduzem um pouco o sofrimento em relação à questão financeira, mas não conseguem atender à demanda de quem precisa, e a cada dia, com os cortes de verba, esse atendimento se torna mais limitado (Tavares et al., 2008). E, no âmbito das universidades privadas, o investimento ou não nesses programas de acompanhamento psicológico e em bolsas de estudos fica a cargo de decisões particulares e relacionadas aos aspectos

financeiros de aplicação e lucro. Além disso, essas intervenções precisam vir acompanhadas de mudanças estruturais e sociais capazes de interferir na causa desse sofrimento, o que não ocorre em instituições que não fazem investimentos em transformação social.

Vieira e Schermann (2015) apontam para a importância de políticas públicas para a redução do sofrimento ou do estresse de estudantes. Todavia, para elas, os fatores de proteção estão mais relacionados a uma perspectiva individual, e as políticas pública são associadas à criação de um repertório, também individual, para o manejo e a prevenção do estresse. Fatores externos como cobranças, exigências profissionais e demandas sociais são apontados como relevantes, porém possuem como foco o facilitar a adaptação dos sujeitos (física, mental e comportamental), e não a transformação das condições concretas da sociedade.

Tanaka et al. (2016), ao evidenciarem as dificuldades de adaptação do aluno de medicina, retratam, no trabalho desenvolvido, aspectos dirigidos às expectativas dos estudantes e à necessidade do discente em criar estratégias para lidar com o contexto gerador de estresse. Sob esse mesmo viés, Estrela et al. (2018) asseguram que esses fatores interferem no equilíbrio emocional dos estudantes que precisam se adaptar a eles. Nesse contexto de adaptação aos primeiros anos do curso de medicina, é necessário acolhimento e orientação, além de suporte psicológico, já que o curso de medicina exige dedicação, sacrifício e resistência. Esse discurso, no entanto, parece valorizar tais fatores e não reconhecer a violência histórica presente no discurso meritocrático e na busca do capitalismo por dominar corpos, disciplinando-os e sujeitando-os à lógica do capital. Conforme Tanaka et al. (2016, p. 664),

Contudo, diversos estudos demonstram que, quando as expectativas em relação à universidade não se concretizam, surgem quadros de depressão, angústia, incerteza, desencanto e frustração dos estudantes já nos primeiros momentos do curso. As causas desses quadros podem inclusive levar a transtornos mentais mais graves, que muitas vezes não conseguem ser enfrentados sozinhos pelos alunos, que procuram ajuda especializada.

Assim, o sofrimento ou o adoecimento desses estudantes, conforme essa pesquisa, está relacionado também às expectativas, ou seja, à dimensão individual. A procura por auxílio externo é ainda referida como forma de adaptar-se e lidar com um meio externo

adoecedor e não em transformá-lo. Esse viés adaptativo também se faz presente na pesquisa de Lima e Travares (2016) e de Almeida et al. (2018).

Para Lima e Tavares (2016), as qualidades das relações interpessoais poderiam ser melhoradas, e os desgastes biológicos, além de doenças mentais e psicossomáticas, prevenidas, caso houvesse uma educação emocional durante a graduação. Essas autoras criticam a educação fragmentada e meramente técnica e afirmam que a educação carrega aspectos valorativos, políticos, econômicos, históricos, e, principalmente, emocionais. Por isso, defendem a necessidade de os estudantes aprenderem a manejar suas emoções negativas (frustração, raiva, tristeza e ansiedade) durante a graduação. Esse manejo seria construído por meio de disciplinas específicas que teriam por objetivo construir habilidades emocionais como empatia, inteligência emocional e autoconhecimento. De acordo com essas pesquisas, deveria fazer parte do currículo da graduação, sobretudo em cursos da saúde, essa educação emocional, o que auxiliaria os estudantes na abordagem ao paciente na etapa do estágio e em outras fases potencialmente estressoras do curso, como no ingresso ou no período de provas (Lima & Tavares, 2016; Almeida et al. 2018; Silva et al., 2019).

Santos et al. (2017) também ressaltam a necessidade dessa educação emocional como estratégia de superação do sofrimento. Para os autores, isso pode ocorrer em disciplinas que abordam aspectos psicológicos, enfatizados por meio teórico e por meio de observações e apresentação de casos, aproximando os discentes de pessoas em diferentes fases de desenvolvimento. Eles enfatizam que essa educação teria como objetivos:

A valorização dos relacionamentos interpessoais; a busca de maior equilíbrio entre estudo e lazer; cuidado com a alimentação, o sono e a saúde; a questão de trabalhar com a própria personalidade, buscando sentir-se feliz e ter ânimo, evitando sentir-se estressado ou pressionado com as situações desfavoráveis são medidas que devem ser implantadas a fim de que as novas gerações de profissionais disponham de saúde psicológica, podendo, assim, executar suas funções exitosamente. (Santos et al., 2017, p. 199)

Desse modo, essa educação emocional, então destacada, parece ligada, prioritariamente, à aquisição de habilidades e competências emocionais a partir de uma visão de adequação mercadológica e de controle emocional internalizado, seguida ainda pela tentativa de se afastar de sentimentos negativos incômodos, o que, conforme analisado neste trabalho, corresponde à pseudoformação. Essa educação emocional

culpabiliza o indivíduo por não possuir determinadas habilidades e não se adaptar à realidade que lhe é dada. Trata-se do homem buscando submeter a natureza à dominação, incluindo a si próprio, tentando dominar seus sentimentos e colocá-los sob controle, conforme já destacado no mito de Ulisses, quando Ulisses maneja formas de resistir ao canto das sereias (Adorno & Horkheimer, 2014). Além disso, essa tentativa de submeter e controlar as próprias emoções e os sentimentos só aponta para o medo do homem diante de seu próprio desamparo. Essa é uma forma de o sujeito se submeter pelo disciplinamento dos corpos a um controle que coopera com a massificação cultural.

Entretanto, mesmo Adorno e Horkheimer não desprezam a possibilidade de ação do indivíduo e a potencialidade de uma educação que promova a autonomia. Para eles, a noção de indivíduo autônomo precisa ser recuperada; o indivíduo que os frankfurtianos defendem não existe de forma isolada e carrega em si a antítese da sociedade que o constitui (Resende, 2005). Por isso, há possibilidade de resistência a essa lógica social de dominação por meio de uma educação crítica, que fuja dos aspectos técnicos simplesmente mecanicistas, e que possibilite, de fato, a compreensão social e a desnaturalização de conceitos naturalizados, permitindo a conscientização da dominação social e a busca da autonomia dos indivíduos. Somente assim, portanto, será possível integrar aspectos emocionais e sociais.

A procura individual por amparo externo profissional, como os psicoterapêuticos e outras formas de apoio, pode auxiliar a pessoa em sofrimento. Para Pinho (2016), as universidades precisam oferecer serviços de apoio aos estudantes com equipes multiprofissionais e acompanhamento psicológico, além de palestras e campanhas de orientação sobre o tema como mecanismos para reduzir esse sofrimento e prevenir sintomas (Pinho, 2016; Estrela et al., 2019; Maltoni, Palma & Neufeld, 2019; Graner & Cerqueira, 2019; Silva et al., 2019). A importância de se buscar por psicoterapia é apontada por Baptista e Zanon (2017). No entanto, o estigma ou as crenças negativas associadas à essa procura e ao medo de se expor são vistos como barreiras na busca por ajuda psicoterapêutica.

Almeida et al. (2018) ainda pontuam fatores promotores da qualidade de vida como o apoio social de familiares, amigos, vizinhos e demais colegas. Esse apoio, segundo os autores, minimizaria a vulnerabilidade situacional, auxiliando o sujeito a lidar com seus problemas e adotar estilo de vida mais saudável, promovendo a saúde mental. A satisfação com esse apoio se revela em índices mais baixos de estresse, e não está

necessariamente relacionado à quantidade de relacionamentos, mas à qualidade desse suporte, conforme mostra o estudo citado.

A necessidade de conciliar estudo ao lazer e tempo com a família também é apontada em diversos trabalhos (Neponuceno, Souza & Neves, 2019; Almeida et al., 2018; Vieira, Romeira & Lima, 2018), sendo que Vieira, Romeira e Lima (2018) mostram como, no curso de medicina, houve a diminuição de atividades físicas, de recreação e de lazer. Medeiros et al. (2018, p. 219) ressaltam como “estratégias adaptativas”: apoio psicológico, atividade de lazer, apoio espiritual, expressão de sentimentos, cuidados com a saúde, valorização de relacionamentos interpessoais e outras.

Essas estratégias de enfrentamento são importantes, porém elas, por si só, não provocam mudanças estruturais em um contexto adoecedor, sendo, desse modo, limitadas, podendo, inclusive, contribuir para a reprodução da lógica capitalista. Conforme já explicitado anteriormente, para a Teoria Crítica da Sociedade, a ideologia conceituada como “mentira manifesta” serve muito mais para adaptar e controlar os sujeitos, tornando-os passivos e lhes inculcando comportamentos (Adorno e Horkheimer, 2014; Resende, 2005). Além disso, Tavares et al. (2008) afirmam a necessidade de prevenção e de promoção da saúde mental no contexto universitário, envolvendo tanto a prevenção quanto a mudança de atitude de toda a população-alvo, isto é, de toda a comunidade universitária. A prevenção seletiva deve ocorrer em subgrupos específicos considerados de risco e a prevenção indicada ajudar aqueles com dificuldade já constituídas, oferecendo-lhes apoio. Todas essas ações necessitam de investimentos e recursos, algo que nem sempre está presente nas instituições de ensino. Essas ações devem ser mais do que uma intervenção meramente assistencialista, abrangendo o ensino, a pesquisa a extensão, visando uma formação cidadã.

A pesquisa de Kovalski et al. (2017) evidencia um fator diferente para a promoção da qualidade de vida: a participação dos jovens universitários em associações. Essa participação promove a cidadania, fortalece laços coletivos, enriquece a participação política, aumenta a socialização, melhora a saúde coletiva e a qualidade de vida dos sujeitos. Desse modo, a compreensão da qualidade de vida presente nesse estudo busca ir além da formação tecnológica e científica de sujeitos produtivos e eficientes, superando a lógica meramente produtivista e positivista. Essa pesquisa obedece a uma lógica diferente da maioria dos estudos aqui analisados, pois não foca o sofrimento, mas a qualidade de vida, e não direciona o olhar para o bem-estar meramente com objetivo de promover a produtividade do sujeito em suas horas de trabalho, mas em propiciar a

participação política e transformadora deles na sociedade. Por fim, destaca que a criação e o incentivo de associações democráticas voluntárias e com finalidade social podem ser uma boa estratégia para promover a qualidade de vida.

Diante de tudo o que foi apontado, um fator que contribui para a redução desse sofrimento é a luta e a resistência do indivíduo do sequestro pela rotina, de uma educação que privilegia o quantitativo aos sentidos da educação (Ribeiro, 2003). É necessário a compreensão dos sentidos, das contradições, da história, da massificação presente na universidade para que, então, seja possível, a partir de um “desencantamento do mundo” (Maar, 1995, p. 8) e de uma desnaturalização desses fatos, libertar-se do medo da natureza desconhecida (Maar, 1995) e da naturalização do social, que acaba por perpetuar modos de dominação sobre o homem.

A luta e a resistência, buscando a liberdade diante de um controle social internalizado e velado, mascarado, que acaba por assegurar discursos como a “meritocracia”, auxiliam na recuperação da noção de indivíduo autônomo e no fortalecimento dessa autonomia, desmistificando a redução ao biológico de sofrimentos, transtornos e adoecimentos que têm fundamental caráter social. Para isso, é necessário buscar melhores condições concretas de transformação social, escutando o sofrimento e permitindo a ação social para reduzi-lo.

Por fim, a análise dos artigos selecionados nessa revisão sistemática de literatura possibilitou a reflexão sobre os principais fatores que geram sofrimento nos discentes universitários. Além de mencionar maneiras como esse sofrimento é enfrentado, permitindo ainda uma reflexão sobre como é possível resistir a um sofrimento que também possui raízes na cultura. A Teoria Crítica da Sociedade viabilizou tencionar os discursos presentes nesses artigos, que também carregam as contradições presentes na sociedade.

Entretanto, o contato com os artigos selecionados e suas características, que abrangem desde a linguagem ao modo como dão ênfase a aspectos quantitativos e ligados a transtornos, e mesmo algumas formas de enfrentamento do sofrimento, apontam para o fato de eles terem sido realizados na área da saúde. A causa disso ainda precisa ser questionada em outras pesquisas, porém, conforme já abordado, percebe-se no discurso relacionado ao estresse, à depressão, aos Transtornos Mentais Comuns e à ansiedade uma tentativa de rotular, biologizar e medicar determinados sofrimentos sem questionar aspectos sociais que os causam. De uma forma mais específica, questiona-se aqui a falta de artigos na área da educação de uma forma mais ampla, não só a educação vinculada à

área da saúde. Isso porque essa temática é de grande relevância para a educação, provocando a necessidade de pensar sobre a possibilidade de que mais estudos precisam ser desenvolvidos nessa área. Outras questões, inclusive, necessitam ser levantadas e uma pesquisa mais detalhada, com outros termos e objetos de estudo, pode ser realizada para uma melhor compreensão desse resultado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa destacou a existência de determinado sofrimento psíquico que se manifesta nos discente do ensino superior. Tal sofrimento é realçado também por meio de diversos estudos da literatura científica, analisados nesta dissertação.

A motivação inicial do estudo se pautou em uma percepção pessoal do sofrimento na universidade, que se manifestou em forma de adoecimento, além da presença de um discurso meritocrático e de uma constante exigência de produtividade. Ao construir essa dissertação, percebi relações entre essa motivação inicial e diversos discursos sociais e culturais de controle e massificação do capitalismo.

Desse modo, a pesquisa em questão ampliou ainda mais minha visão e a compreensão que possuo sobre o assunto, permitindo a desmistificação de alguns discursos naturalizados. Também foi possível ampliar a visão do sofrimento psíquico discente que possui especificidades na universidade, mas que possui também relação com aspectos culturais e históricos.

A tentativa foi realizar uma pesquisa que, partindo da base teórica da Teoria Crítica da Sociedade ou Escola de Frankfurt, permitisse uma visão crítica e contextualizada, não apenas destacando as causas e a prevalências de sofrimentos e transtornos, mas também uma visão da cultura e dos discursos presentes na sociedade atual.

Foi possível reconhecer, com este estudo, que há fatores na universidade que podem agravar determinados sofrimentos. Esses fatores foram apresentados por diversos estudos. Esta pesquisa, no entanto, destaca que, para além de uma compreensão limitada da universidade como causadora de todo o sofrimento nos discentes, aspectos da sociedade, da história e da cultura precisam ser considerados, pois ilustram uma lógica adoecedora que se reflete nas instituições de ensino e nos próprios indivíduos.

Essa lógica, que busca o controle e a dominação dos sujeitos, e que gera sofrimento e adoecimento tem impacto mais efetivo em indivíduos já fragilizados e constituídos nessa mesma sociedade que se estrutura pelo narcisismo e pela melancolia. Assim, o controle é internalizado, ou seja, torna-se parte do sujeito que se autocontrola, que estabelece para si cobranças, prazos, produtividade. A crítica e a resistência a isso partem do fortalecimento de indivíduos autônomos, críticos, capazes de refletir sobre as condições que buscam controlá-los, desmistificando aquilo que a sociedade naturalizou.

O reconhecimento de determinado mal-estar na sociedade atual é importante pois pode promover a transformação social de lógicas adoecedoras e, só assim, reduzir, de fato, o sofrimento, inclusive de forma particular nos discentes da universidade. Contudo, na sociedade capitalista, a escuta do sofrimento humano não ocorre e o potencial de transformação social é silenciado. Não sem razão, os transtornos são enquadrados a partir de fatores meramente biológicos cujo tratamento exige medicação. Isso contribui para a redução do incômodo.

Conforme os estudos analisados neste trabalho, o sofrimento psíquico do discente envolve fatores pessoais, relacionais, ambientais, institucionais e culturais. Da mesma forma, a superação desse sofrimento não deve partir de um único fator. Mudanças apenas em aspectos individuais, referentes à adaptação, não alteram o contexto, que é adoecedor.

As ações preventivas a curto prazo referentes à melhoria da qualidade de vida e à redução de sofrimentos necessitam de investimento e de recursos. Todavia, elas são relevantes, mas paliativas, pois apenas uma mudança estrutural pode, de fato, alterar significativamente esse sofrimento. Além disso, essas ações preventivas dependem de investimento e nas universidades públicas os recursos estão cada vez mais escassos e nem sempre as instituições privadas realizam tais investimentos.

Só a partir da compreensão histórica e social é possível uma educação emancipatória, capaz de resistir ao ciclo da barbárie e à essa realidade adoecedora. Uma educação assim envolve a conscientização individual que escuta o sofrimento ao invés de silenciá-lo, envolve ainda mudanças nas relações interpessoais que também reproduzem a violência histórica, mudanças curriculares e a desmistificação do domínio do homem sobre a natureza.

A universidade crítica, inclusiva e de qualidade, e não meramente focada na quantidade e no mercado de trabalho, na adaptação do indivíduo à lógica irracional do capital, pode contribuir para que o sofrimento gere transformações e para que o contexto da universidade não seja tão adoecedor. Já a universidade que educa apenas para as demandas do mercado reproduz um contexto que é cada vez mais adoecedor.

Além disso, o discurso meritocrático encontra grande espaço no ambiente acadêmico, naturalizando as desigualdades existentes na sociedade por defender que todos podem alcançar o “sucesso”. Todavia, os resultados desta pesquisa mostram que grupos socialmente excluídos apresentam sofrimentos específicos e possuem maior chance de adoecimento psicológico. Dentre esses grupos estão as pessoas de baixa renda,

que inclusive trabalham e estudam ao mesmo tempo; as pessoas vítimas de preconceito e violência nas universidades; o gênero feminino que sofre uma sobrecarga maior de desafios, pois precisa conciliar o estudo com outras exigências pessoais e sociais.

Novas pesquisas precisam ser desenvolvidas para um maior aprofundamento sobre o sofrimento desses grupos socialmente excluídos, que carecem de políticas públicas de auxílio e assistência como medidas necessárias à redução do sofrimento psíquico. Essas políticas públicas podem contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e cooperar para a maior equidade social. Isso considerando a realidade de como determinados grupos enfrentam obstáculos historicamente e socialmente constituídos. E um desses obstáculos é manter-se na universidade, usufruindo do tempo necessário para a aprendizagem, apesar das demandas que não são apenas acadêmicas.

Além disso, a racionalidade instrumental que limita a educação a um fazer técnico, utilitarista e qualitativo, cobrando a mera produtividade e ignorando questões sociais, coopera unicamente para a dominação burguesa, ou seja, a dominação do homem sobre o próprio homem e o controle de sua própria natureza. A educação pautada nisso massifica o homem e o submete a uma série de controles, mascarando o medo do sujeito de enfrentar o seu próprio desamparo.

Partindo de todas as colocações acima apresentadas, os problemas desta pesquisa – “Como os estudos sobre a universidade e o sofrimento de seus discentes emergem? E como eles contribuem para uma crítica à cultura?” – foram respondidos e o objetivo de realizar uma análise do sofrimento do discente, por meio da compreensão sobre a universidade e a cultura, foi alcançado.

O contato com o referencial teórico, com os artigos analisados e toda a discussão e reflexão levantada durante o processo de elaboração deste trabalho me possibilitou uma melhor visão sobre o sofrimento discente e uma concepção de educação capaz de ampliar a compreensão do mundo a partir de uma postura crítica e questionadora. Isso não apenas no aspecto profissional, mas, sobretudo, humano.

Além disso, durante a construção e reflexão deste trabalho surgiram, em minha vida pessoal, novas experiências e possibilidades, pois passei a atuar como docente universitária. Essa atuação despertou em mim o interesse em ampliar discussões e realizar pesquisas sobre a universidade, sobre o sofrimento psíquico do docente e de funcionários que ali atuam.

Destaco ainda a necessidade de novos estudos capazes de apontar, de forma mais específica, como a diferença de condições concretas e materiais dos discentes se

manifesta em distintas formas de sofrimento em instituições públicas e privadas. Outro estudo que se faz necessário é o de investigar sobre o sofrimento psíquico do discente durante e após a pandemia da Covid-19, estabelecendo relação, inclusive, como o modelo de ensino remoto.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Adorno, T. W. (1995a). *Educação e emancipação*. Tradução: Maar, W.L. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- _____, T.W. (1995b). *Palavras e Sinais: modelos críticos*. Tradução de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (1973). Ideologia. In Horkheimer, M., Adorno, T. W. *Temas básicos da sociologia* (pp.184-203). São Paulo: Ed. Cultrix,
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2014). *Dialética do Esclarecimento* [Edição Digital]. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Albuquerque, P. P., & Williams, L. C. A. (2015). Impacto das piores experiências escolares nos alunos: um estudo retrospectivo sobre trauma. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 25 (62), 343-351.
- Almeida, L. Y., Carrer, M.O., Souza, J., & Pillon, S. C. (2018). Avaliação do suporte social e estresse em estudantes de enfermagem. *Revista de Enfermagem da USP*, 52, e03405. Epub 29 de novembro de 2018, 1-8.
- Almeida, V. S. (2010). A distinção entre conhecer e pensar em Hannah Arendt e sua relevância para a educação. *Educação e Pesquisa*, 36 (3), 853-865.
- Andrade, A. dos S., Tiraboschi, G. A., Antunes, N. A., Viana, P. V. B. A., Zanoto, P. A., & Curilla, R. T. (2016). Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psicológico entre estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36 (4), 831-846.
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual Diagnóstico E Estatístico De Transtornos Mentais* (DSM V). Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides VolpatoCordioli et al. Porto Alegre: Artmed.
- Arendt, H. (2000). *A vida do espírito* (4a ed.). Tradução Antonio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Baptista, M. N., & Zanon, C. (2017). Por que não buscar terapia? O papel do estigma e dos sintomas psicológicos em estudantes universitários. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 27 (67), 76-83.
- Berman, M. (1986). *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução: Moisés, C.F.; Ioriatti, A. M. L. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- Bolgueuse, M. S. (2004). *Depressão & Doença Moderna*. São Paulo: Via Lettera: Fapesp.
- Brasil. (1996). Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- _____. (2017). Ministério da Educação. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.
- _____. Ministério da Educação. (2019). *Future-se*. Brasília. Recuperado de https://isurvey.cgee.org.br/future-se/*/inicio
- Calligaris, C. (2000). *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Chauí. M. (1980). Ventos do progresso: a universidade administrada. In Prado Júnior, B. (Org.). *Descaminhos da educação pós-68*. São Paulo: Brasiliense, 1-20.
- _____. (2000). Resistir às determinações do mercado, em busca da autonomia do saber. *Revista ADUSP*, 48-54.
- _____. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 5-15.
- Coêlho, I. M. (2016a). Universidade e ensino: treino ou formação? In _____, & Furtado R. M. M. (Org.). *Universidade, Cultura, Saber e Formação* (pp.87-108). Campinas: Editora: Mercado de Letras.
- _____. (2016b). Universidade e formação de professores. In Guimarães (Org.). *Formar para o mercado ou para autonomia*, Campinas, SP: papiros. p.43-63.
- Coimbra, C. M. B. (2012). Neoliberalismo e Direitos Humanos. In Amarante, P. (Org.). *Ensaio subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Conselho Federal de Psicologia. (2011). Carta sobre medicalização da vida. In *Campanha "Não à medicalização da Vida" XV Plenário Gestão 2011-2014*.
- Corbisier, C. (2012). A Reforma Psiquiátrica: avanços e limites de uma experiência. In Amarante, P. (Org.). *Ensaio subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 279-299.
- Costa, E. F. O., Mendes, C. M. C., & Andrade, T. M. (2017). Transtornos mentais comuns em estudantes de medicina: um estudo transversal repetido durante seis anos. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 63(9),771-778.
- Cult. (2009). Dossiê: O conflito das Universidades. *Revista Cult*. Brasília, 12, 44-66.
- Cunha, L. A. (2000). Ensino Superior e universidade no Brasil. In Lopes, E. M. T., Faria Filho, L. M., & Veiga, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Cunha, M. I. (2000). Ensino como mediação da formação do professor universitário. In Morosini, M. C. (Org.). *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 45-52.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- Deleuze, G. (1990). *¿Que és un dispositivo?* In Michel Foucault, filósofo. pp. 155-161. Barcelona: Gedisa. Tradução de wanderson flor do nascimento.
- Duarte, D. (2013). *A individualidade para si. Contribuições a uma teoria histórica-crítica da formação do indivíduo* (3a ed. rev.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Estrela, Y. C. A., Rezende, C. C., Guedes, A. F.; Pereira, C.O., & Sousa, M. N. A. (2018). Estresse e correlatos com características de saúde e sociodemográficas de estudantes de medicina. *CES Medicina*, 32(3), 215-225.
- Figueiredo, L. C. (2007). *A invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900*. São Paulo: Editora Escuta/Editora EDUC.
- _____, & Santi, P. L. R. (2010). *Psicologia. Uma (nova) introdução* (3a ed). São Paulo: EDUC – Editora da PUC, SP.
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes*. Tradução: Magda Lopes. Revisão Técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso.
- Fonseca, A. S. S. (2020). Hora de dar um tempo para si: o recolhimento em tempos de pandemia. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 19 (55). Suplemento Especial – Pensando a Pandemia à luz da Antropologia e da Sociologia das Emoções, 195-202.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE). (2018). In *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*. Recuperado de <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1989). *Microfísica do poder* (8a ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2000). O que é a crítica? Tradução: Galdino A. C. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, 9 (1).
- _____. (2017). A coragem da verdade. In Gros, F. *O governo de si e dos outros. Curso no Collège de France* (pp. 3-22). Tradução Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Freud, S. (1917[1915]). *Luto e Melancolia* (Vol. XXI). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1923). *O ego e o id* (Vol. XIX). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1930 [1929]). *O mal-estar na civilização* (Vol. XXI). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- _____. (1976). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 18, pp. 87-179). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Frigotto, G. (2005). A escola pública na atualidade: Lições da história. In Lombardi, J. C., Saviani, D., & Nascimento, M. I. M. (Orgs.). (2005). *A escola pública no Brasil: História e Historiografia*. Campinas: Ed. Autores Associados.
- Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional De Saúde Pública Sergio Arouca. (2020). Ansiedade, abuso de álcool, suicídios: pandemia agrava crise global de saúde mental. *Informe ENSP*, 1-4.
- Giannotti, J.A. (1986). *Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A.
- Girardi, J. de F., & Borges, L. M. (2017). Dimensões do sofrimento psíquico em estudantes universitários estrangeiros. *Psico*, 48(4), 256-263.
- Godinho, C. C. S., Trajano, S. S., Souza, C.V., Medeiros, N. T, Catrib, A. M. F., & Abdon, A. P. V. (2018). A violência no ambiente universitário. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31(4), 1-8.
- Gomes, G., & Powell, A. (2016). Microagressões no ensino superior nas vias da Educação Matemática. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 9 (3), 44-76.
- Graner, K. M., & Cerqueira, A. T. A. R. (2019). Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4), 1327-1346.
- Grechi, D. (2009). *Saúde Mental em Sala de Aula: A Percepção de Professores Universitários* (Dissertação de mestrado em psicologia da saúde). Instituição de Ensino, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- Han, Byung-Chul. (2015). *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes.
- Homero. (2009). *Odisséia* [Formato eBooksBrasil] (3a ed., Coleção Biblioteca Clássica). Tradução: Mendes, M. O.
- Horkheimer, M. (2002). *Eclipse da Razão*. Tradução Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro Editora.
- _____, M. (1985). Sobre meios e fins. In Horkheimer, M. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Illich, I. (1975). A expropriação da saúde: nêmesis da medicina. 3. ed. Tradução: Cavalcanti, J. K. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Kant, I. (2000). *Crítica da razão pura* (Coleção Os Pensadores). Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

- _____. (1985). Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento” [“Aufklärung”]? In Kant, I. *Textos Seletos* (2a ed., pp. 100-117). Edição bilíngue. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes.
- Kovaleski, D. F., Neto, O. G., Spieger, V., & Massignam, F. M. (2017). Associativism and quality of life among undergraduate students in dentistry/Associativismo e qualidade de vida entre estudantes de graduação em odontologia. *Revista CEFAC: Atualização Científica em Fonoaudiologia e Educação*, 19 (4), 493-502.
- Lima, T. O., & Tavares, C. M. M. (2016). As dificuldades emocionais experienciadas por acadêmicos de enfermagem na abordagem ao paciente. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 93-99.
- Maar, W. L. (1995). À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: Adorno, T. W. *Educação e Emancipação* (pp. 11-28). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Maltoni, J., Palma, P.C., & Neufeld, C. B. (2019). Sintomas ansiosos e depressivos em universitários brasileiros. *Psico* (Porto Alegre), 50 (1), 1-10.
- Matos, O. C. F. (2012). *A escola de Frankfurt: Luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna.
- _____. (2009). O crepúsculo dos sábios. *O Estado de São Paulo*. Recuperado de <https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/Crepusculo%20dos%20sabios.pdf>
- Medeiros, M. R. B., Camargo, J. F., Barbosa, L. A. R., & Caldeira, A. P. (2018). Saúde Mental de Ingressantes no Curso Médico: Uma Abordagem Segundo o Sexo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 42 (3), 214-221.
- Mello, A. F. de, Almeida Filho, N. A.; Ribeiro, R. J. (2009). *Por uma universidade socialmente relevante*. Brasília: Fórum Nacional de Educação Superior, 1-10. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf
- Menezes, L. C. (2000). Universidade Sitiada. *A ameaça de liquidação da universidade brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Moutinho, I. V. D., Maddalena, N. C. P, Roland, R. K., Lucchetti, A. L. G., Tibiriçá, S. H. C., Ezequiel, O. S., & Lucchetti, G. (2017). Depressão, estresse e ansiedade em estudantes de medicina: uma comparação transversal entre estudantes de diferentes semestres. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 63 (1), p. 21-28.
- Neponuceno, H. J., Souza, B. D. M., & Neves, N. M. B. C. (2019). *Transtornos mentais comuns em estudantes de medicina*. *Revista Bioética*, 27 (3), 465-470.
- Neto, G. (2018). O emergir da epistemologia do século XIX pelo viés onto-lógico. In. *Análises hegelianas: formação e Psicologia* (pp. 177-190). Goiânia: Editora Vieira, p.177-190.

- Oliveira, G. F. (2018). A sociedade do desempenho e suas urgências HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015. 80 p..*Horizontes Antropológicos*, 24(52),p. 375-382.
- Olvídio. (2017). Metamorfoses 3.339-510 (Eco e Narciso). Trad. do latim de Paulo Farmhouse Alberto. In Pena, A. N. *Eco e Narciso*. Cotovia Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 53-57.
- Pavón-Cuéllar, D. (2017). Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal. *Revista Psicología Política*, 17(40), 589-607.
- Pedrossian, D. R. S. (2008). O sofrimento do corpo e da psique sob a dominação social. *Psicologia USP*, 19(2), 159-180.
- Pinho, R. (2016). *Caracterização da clientela de um programa de atendimento psicológico a estudantes universitários*. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6 (1),114-130.
- Repa, L. S. (2008). A Crise da Teoria Crítica. Razão Instrumental e Crítica do Indivíduo. *Revista Mente, Cérebro & Filosofia* (pp. 16-32, 7a ed.). São Paulo: Editora Duetto.
- Resende, M. R. S. (2005). *Formação e autonomia do professor universitário: um estudo na Universidade Federal de Goiás* (Tese de doutorado em psicologia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17205>, (206 f).
- _____, & Roure, S. A. G. (2012). Formação cultural e moral: a crítica da razão. *Revista Inter Ação*, 37(1), 147-159.
- Ribeiro, R. J. (2003). *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Rodrigues, E. O. L., Marques, D. A., Neto, D. L., Montesinos, M. J. L., & Oliveira, A. S. A. (2016), January-April). Stressful situations and factors in students of nursing in clinical practice/Situaciones y factores de estres em los estudiantes de enfermería em la practica clinica/Situacoes e fatores de estresse em estudantes de enfermagem na prática clínica. *Investigación y Educación en Enfermería*, 34(1), 211-220.
- Sá Mota, R. P. (2014). *As universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Santana, C. D. E. (2017). De Walter Benjamin a Theodor Adorno: traços que permanecem na contemporaneidade. *Revista Videre*, 9 (17), 44-69. ISSN 2177-7837. Recuperado de <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/5301>
- Santos, F. S., Maia, C. R. C., Faedo, F. C., Gomes, G. P. C., Nunes, M. E., & Oliveira, M. V. M. (2017). Estresse em Estudantes de Cursos Preparatórios e de Graduação em Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 41(2),194-200.

- Silva, M. A. M., Tavares, R., Araújo, M. G., & Ribeiro, M. M. F. (2017). Percepção dos Professores de Medicina de uma Escola Pública Brasileira em relação ao Sofrimento Psíquico de Seus Alunos. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 41(3), 432-441.
- Silva, R. M., Costa, A. L. S., Mussi, F. C., Lopes, V. C., Batista, K. M., & Santos, O. P. (2019). Alterações de saúde em estudantes de enfermagem após um ano da admissão ao curso de graduação. *Revista de Enfermagem da USP*, 53, e03450. Epub.
- Silveira, C., Norton, A., Brandão, I., & Roma-Torres, A. (2011). Saúde Mental em estudantes do Ensino Superior: experiência da Consulta de Psiquiatria do Centro Hospitalar São João. *Acta Med Port*, 247-256.
- Soares, S. R., & Cunha, M. I. (2017). Qualidade do ensino de graduação: concepções de docentes pesquisadores. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 22(2), 316-331.
- Souza, J. (2009). Parte 1: O mito brasileiro e o encobrimento da desigualdade. In Souza, J. (2009). *Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.29-102.
- Souza, M. V. C., Lemkuhl, I., & Bastos, J. L. (2015). Discriminação e transtornos mentais comuns de estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 18 (3), 525-537.
- Souza, V.S., Costa, M. A. R., Rodrigues, A. C., Bevilaqua, J. F., Inoue, K. C., Oliveira, J. L.C., & Matsuda, L. M. (2016). Stress among nursing undergraduate students of a Brazilian public university. *Investigación y Educación en Enfermería*, 34(3), 518-527.
- Speller, P., Robl, F., & Meneghel, S. M. (Orgs.). (2012). *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década*. Brasília: UNESCO, CNE, MEC.
- Tanaka, M. M., Furlan, L. L., Branco, L. M., & Valerio, N. I. (2016). Adaptação de estudantes de medicina nos primeiros anos da faculdade. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 40 (4), 663-668.
- Tavares, L. A. T. (2010). *A depressão como “mal-estar” contemporâneo medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo* [Formato eBookKindle]. SciELO: Editora UNESP.
- Tavares, M., Osse, C. M. C., Moura, C. M., Bohry, S, Rodrigues, J. C., & Portela, C. E. (2008). Apoio psicológico e social a estudantes nas universidades brasileiras. In Kullmann, G. G., Pozobon, L. L., Domingues, R. M., & Mello, S. T. (Orgs.). Apoio Estandil: Reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior. Santa Maria: Ed. da UFSM, 256-280.
- Thayer, W. (2002). *A crise não moderna da universidade moderna*. Tradução de Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Vieira, I., & Russo, J. A. (2019). Burnout e estresse: entre medicalização e psicologização. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29(2),1-22, e290206.

- Vieira, J. L., Romeira, L. A., & Lima, M. C. P. (2018). Lazer entre universitários da área da saúde: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(12), 4221-4229.
- Vieira, L. N., & Schermann, L. B. (2015). Stress and related factors in psychology students from a private university in the Southern part of Brazil/Estresse e fatores associados em alunos de psicologia de uma universidade particular do sul do Brasil. *Revista Aletheia*, 46, 120-13.
- Xavier, A.; Nunes, A. I. B. L.; & Santos, M. S. (2008). Subjetividade e sofrimento psíquico na formação do sujeito na Universidade. *Rev. Mal Estar e Subjetividade*, Fortaleza, 8 (2), 94-118.